



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Psicologia Policial: Programas de Prevenção e Redução da Vitimização Profissional

Roberta Torres dos Santos

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

Área de especialização em Gestão de Segurança

Orientação científica:

Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Professora Doutora Juliana Ferreira da Silva
Universidade Católica do Brasília

Abril, 2022

Modelo da lombada
(dissertação de mestrado)



Roberta Torres dos Santos

Abril, 2022



Psicologia Policial: Programas de Prevenção e Redução da
Vitimização Profissional

Abril
2022

ROBERTA TORRES DOS SANTOS

**PSICOLOGIA POLICIAL: PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA
VITIMIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial de avaliação de conclusão do curso XII Curso de Mestrado em Ciências Policiais na Especialização de Gestão da Segurança.

Orientadores: Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes e Professora Doutora Juliana Ferreira da Silva.

LISBOA
2022

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado a todos os policiais vitimados.

Dedicado ao meu pai Roberto (*in memoriam*) por me transmitir o amor pelos livros e por ter sido, sempre, meu maior incentivador.

Agradeço a Deus.

Agradeço a minha mãe e às minhas irmãs por serem a base que me permite voar.

Agradeço a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela oportunidade e confiança para a realização deste estudo.

Agradeço aos meus orientadores Professor Doutor José Fernandes e a Professora Doutora Juliana Ferreira da Silva por acreditarem nesse trabalho e pelo olhar atento na orientação e apoio decisivo durante esse percurso.

Agradeço a Haydée Caruso, Cristiane Lima e Steven Gouveia mais que amigos, profissionais brilhantes cada um em sua área e que fizeram uma revisão rigorosa e ajuda imprescindíveis para que essa pesquisa fosse realizada.

Agradeço a minha família portuguesa: “Seu Alves” e Maria José por me tratarem como filha e não medirem esforços para que eu pudesse escrever e deixar o dia a dia mais fácil.

Agradeço a João, Victor, Gustavo, Yuri, Dona Filomena pela amizade e apoio por fazerem de Portugal um país mais acolhedor.

Aos meus amigos Juliana Dib, Filipe Asth e Fábio Silva por compartilharem os dias bons (e outros nem tanto) desde sempre.

Por fim, agradeço à Bruno Alves, pelo amor e por fazer todos os meus dias muito mais felizes.

RESUMO

A presente pesquisa consiste em um estudo exploratório dividido em quatro capítulos sobre os programas de saúde mental para profissionais de segurança pública, com enfoque no tema da vitimização policial e saúde mental. Foi utilizado o conceito de vitimização desenvolvido por Minayo (2014) que afirma que, a expressão “vitimização profissional” diz respeito aos agentes de segurança pública enquanto vítimas de agravos físicos e emocionais ou de morte no exercício de sua profissão. O objetivo deste trabalho foi identificar, descrever e analisar os programas institucionais relacionados ao tema da vitimização policial, e se tais programas, possuíam ações estruturadas dentro da área de saúde mental. São objetivos específicos a análise, estudo e descrição de programas voltados para a prevenção de patologias ligadas à saúde mental. O desenho metodológico compreende três métodos, a saber: (i) revisão sistemática de literatura, (ii) análise documental de programas relacionados ao tema da prevenção à vitimização policial e (iii) pesquisa de campo com a Divisão de Psicologia da Polícia de Segurança Pública (Portugal). Foram pesquisados ações e programas de prevenção à vitimização nas instituições de Portugal, França, Estados Unidos da América e Reino Unido. Conclui-se que as ações de prevenção contra a vitimização policial têm aumentado nas variadas instituições analisadas, sendo ainda um campo pouco estruturado. Assim, deveremos reconhecer que a vitimização policial é uma realidade crescente das forças de segurança e que, por isso, maior investimento e atenção devem ser dado a este fenômeno.

Palavras-chave: Polícia, Prevenção, Saúde Mental, Vitimização.

ABSTRACT

The present research consists of an exploratory study divided into four chapters on mental health programs for public security professionals, focusing on the topic of police victimization and mental health. I used the concept of victimization developed by Minayo (2014) who states that the expression “professional victimization” refers to public security agents as victims of physical and emotional injuries or death in the exercise of their profession. The aim of this research is to identify, describe and analyze the institutional programs related to the subject of police victimization, and if such programs have structured actions within the mental health area. Specific objectives are the analysis, study and description of programs aimed at the prevention of pathologies linked to mental health. The methodological design comprises three methods, namely: (i) systematic literature review, (ii) document analysis of programs related to the topic of police victimization prevention and (iii) field research with the Psychology Division of the Polícia de Segurança Pública (Portugal). Actions and programs to prevent victimization were researched in institutions in Portugal, France, the United States of America and the United Kingdom. It is concluded that prevention actions against police victimization have increased in the various institutions analyzed, which is still a poorly structured field. Thus, we must recognize that police victimization is a growing reality for security forces and that, therefore, greater investment and attention must be given to this phenomenon.

Keywords: Police, Prevention, Mental Health, Victimization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAES - Coordenação de Assuntos Estratégicos

COMETLIS - Comando Metropolitano de Lisboa

CRP - Constituição da República Portuguesa

DP- Divisão de Psicologia

EUA- Estados Unidos da América

FBI – *Federal Bureau of Investigation*

FSS – Forças e Serviços de Segurança

GEPEP – Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção

GNR – Guarda Nacional Republicana

ISCPSI – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

LEOKA - *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted*

ONG – Organização Não Governamental

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PSP – Polícia de Segurança Pública

RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

SSPO – Serviço de Apoio Psicológico Operacional

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-traumático

UE – União Europeia

UK – United Kingdom

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Efetivo total das Forças e Serviços de Segurança (RASI, 2020).

Figura 2: Policiais mortos em serviço.

Tabela 1: Estrutura para ação (adaptado pela autora com base no guia).

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	VII
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	VIII
SUMÁRIO	IX
1. INTRODUÇÃO	1
1.2. CONTEXTO E LIMITAÇÕES	6
1.3. OBJETIVOS E METODOLOGIA	10
2. ASPECTOS TÉCNICOS DA VITIMIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA SAÚDE MENTAL	12
2.1. HISTÓRIA DAS DOENÇAS MENTAIS NAS INSTITUIÇÕES MILITARES E POLICIAIS	12
2.2. A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS E A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DO POLICIAL	20
2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E VITIMIZAÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO	28
2.4. BUROCRATAS DE RUA, COMO O TEMA DA VITIMIZAÇÃO ENTRA PARA A AGENDA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO	34
3. UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BASE DE DADOS DA RCAAP	41
3.1. SOBRE O CAMPO, INSTITUIÇÕES E TAMANHO DAS AMOSTRAS	44
3.2. ANÁLISE QUALITATIVA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS	45
3.3. A COMPLEXIDADE DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL E OS DIFERENTES NÍVEIS ORGANIZACIONAIS	48
3.3.1. O NÍVEL ORGANIZACIONAL	49
3.3.2. O NÍVEL SITUACIONAL OU ESTRESSORES ORGANIZACIONAIS	51
3.3.3. O NÍVEL SOCIAL	53
3.3.4. O NÍVEL INDIVIDUAL OU PESSOAL	54
3.4. AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA	56
3.5. SOBRE O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E VULNERABILIDADE	57

3.6. A CONEXÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA POLÍCIA E SAÚDE MENTAL	59
3.7. A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E GÊNERO	61
3.8. SOBRE RESILIÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO	62
3.9. SOBRE A EXISTÊNCIA DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO A VITIMIZAÇÃO	64
3.10. SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL ESTRUTURADO	65
3.11. ANÁLISE DA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA	67
4. A VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM PORTUGAL	70
4.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PORTUGAL	70
4.2. CONSEQUÊNCIAS DA VITIMIZAÇÃO	76
4.3. DADOS SOBRE ATIVIDADES POLICIAIS EXTRAÍDOS DO RASI	77
4.4. A DIVISÃO DE PSICOLOGIA DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	79
4.4.1. PESQUISA DE CAMPO	79
4.4.2. ESTRUTURA DA DIVISÃO DE PSICOLOGIA	80
4.4.3. NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO	81
4.4.4. NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES EM CRISE	83
4.4.5. AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E RESULTADOS	84
4.5. ANÁLISE DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM PORTUGAL	85
5. OUTRAS EXPERIÊNCIAS: EUA, FRANÇA E REINO UNIDO	88
5.1.1. EUA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	88
5.1.2. EUA: LAW ENFORCEMENT OFFICERS KILLED AND ASSAULTED (LEOKA)	89
5.2. FRANÇA: POLICE- ACTION SOLIDAIRE	93
5.3. REINO UNIDO: OPERAÇÃO HAMPSHIRE	94
5.3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	101
5.3.2. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO PSICOLÓGICO	103
5.3.3. RESULTADOS: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA DA POLÍTICA	105
5.3.4. COMO A EQUIPE PODE ATUAR PREVENTIVAMENTE	105
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXO I – GUIA DE ORIENTAÇÕES (NAPMF)	120
ANEXO II – PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PÓS-CONFRONTO (PMERJ)	121

ANEXO III – QUESTIONÁRIO I	126
ANEXO IV – OFÍCIOS E AUTORIZAÇÕES	128
ANEXO V – QUESTIONÁRIO 2	129
ANEXO VI – FLYER INFORMATIVO (LEOKA)	130
ANEXO VII – FLYER INFORMATIVO (HAMPSH	131

I

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se desenvolveu como requisito para a obtenção do grau de mestre em Gestão da Segurança no Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna.

A estruturação e o debate sobre o campo de estudos que tem como foco a Polícia e as ciências policiais é relativamente recente e não está estruturado sem controvérsias entre os pesquisadores. Nos últimos anos, a Polícia tem ocupado espaço crescente no debate público e temos assistido a consolidação do seu campo dentro das universidades e ainda, o incentivo das próprias instituições policiais em buscar o protagonismo e aprimoramento científico no seu “saber fazer policial”.

Muniz, Caruso e Freitas (2018) publicaram um artigo analisando os estudos sobre polícia no Brasil e qual foi a produção publicada a partir dos anos 2000, sob a ótica das ciências sociais. Assim, ao realizar uma revisão sobre o campo dos estudos policiais como objeto das ciências sociais no Brasil, os autores afirmam que a produção brasileira ganhou novas perspectivas e novos ângulos de observação com a diversidade de atores e pesquisadores. Acadêmicos, policiais, gestores públicos, de governo e ativistas de direitos humanos, ONGs, entre outros, suscitaram nestes cientistas sociais novas questões e enfoques para velhos problemas relacionados às polícias.

Em um primeiro momento, os pesquisadores esclareceram que a produção acadêmica sobre os estudos de polícia tinha como objeto o tema das práticas policiais desviantes representado na temática da cultura policial. Ou seja, esses estudos dizem respeito a uma certa visão estática da cultura policial, visão caracterizada por atributos negativos, ou seja, pelos efeitos perversos da ação policial. (Muniz, Caruso e Freitas, 2018)

Um segundo tema dos estudos sobre Polícia bastante comum, são os que se propõem a descrever subsídios para prescrever alguma transformação dos graves problemas enfrentados pelas corporações. Os autores afirmam que esse campo de estudos parece atender às demandas do debate público e estariam

mais preocupados em mapear os problemas da polícia, do que a polícia em si. (Muniz, Caruso e Freitas, 2018)

Já outros pesquisadores, tais como Valente (2014) defendem que os estudos sobre polícia podem ser classificados em um campo próprio (múltiplo é verdade), e com objeto bem definido, chamado ciências policiais. As ciências policiais, segundo o autor, como toda ciência, possuem um método, uma forma e tem um objeto específico: a atividade de Polícia. Seu objeto de estudo opera de modo transversal, multi e interdisciplinar e está fundamentada em “duas certezas: a imprevisibilidade e a incerteza da sociedade mutável e a necessidade de a atividade policial ter o Homem e os Direitos Fundamentais e Direitos do Homem” como referência. (Valente, 2014 p.12)

Durão e Coelho (2020), ao analisar as características que o campo de estudos sobre policiamento nas ciências sociais brasileiras afirmam que este apresenta uma peculiaridade: a vasta produção não só sobre o objeto que o define, mas também uma “postura reflexiva” constante, sobre o que identificaram como os singulares “problemas das polícias no Brasil”. Os estudos sobre policiamento dentro desta perspectiva, determina, enquadra o viés teórico e frequentemente entrelaçam diferentes campos: estudos sobre violência, criminalidade e “estudos de polícia”. (Durão e Coelho, 2020)

Valente (2014) cita Montesquieu quando escreve que “as ações de polícia são rápidas e elas se exercem sobre coisas que voltam todos os dias” e afirma que o “voltar todos os dias não significa que volte da mesma forma, do mesmo modo ou da mesma intensidade. Voltar todos os dias impõe um conhecimento e um olhar aperfeiçoado do ser humano: ator principal da ciência”. (Valente, 2014 p.12)

O mesmo acontece com o objeto deste trabalho, a vitimização policial é algo que sempre existiu e infelizmente, mesmo com todas as possíveis intervenções institucionais, continuará existindo (ou seja, acontece todos os dias). Dado que há uma certeza da imprevisibilidade de sua ocorrência, cabe a instituição orientar suas ações tendo o Homem como referência, seja o profissional de segurança pública como também detentor de direitos humanos e que precisa ter sua dignidade respeitada, seja para a sociedade como resultado

da atividade de polícia e sua função em um Estado social democrático moderno. A intervenção policial deve operar de forma precisa, proporcional e justificada assim como as mãos hábeis de um médico cirurgião que deve extirpar a doença sem causar nenhum dano colateral ao paciente e si próprio.

Desta forma, o interesse por este campo de pesquisa está associado com a trajetória profissional da autora desta dissertação como psicóloga da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro desde 2002, ao ingressar em um concurso público que resultou da criação do quadro de oficiais de saúde em psicologia desta instituição com previsão atual de cem profissionais.

Bartol & Bartol (2018), sobre a entrada da psicologia nas corporações policiais, chama a atenção que a comunidade policial sempre foi caracterizada como tendo uma unidade, ser estruturada com hierarquia paramilitar, rígida e não dada à inovação (e assim como aconteceu no Rio de Janeiro), que os psicólogos tiveram uma batalha árdua para ganhar credibilidade e desenvolver seu trabalho e compreender a cultura dos policiais de segurança pública.

Assim, os primeiros dez anos de trabalho da pesquisadora, assim como a estruturação do quadro de oficiais foram desempenhando atividades técnicas de psicologia clínica e organizacional, ou seja, atividades de instrução, processos de seleção para ingresso na corporação e de intervenção institucional nas diferentes unidades de polícia. Depois destes primeiros anos, nos últimos dez anos, o percurso profissional da pesquisadora foi voltado para a políticas públicas, gestão de saúde e projetos em níveis estaduais e federal.

A opção por realizar o mestrado em um programa de gestão da segurança se justifica pela atuação profissional da pesquisadora de atuação interdisciplinar como assessora técnica na elaboração de diretrizes e políticas públicas que alinhassem os campos da segurança pública, saúde ocupacional e psicologia. Pesquisar de que forma outras instituições policiais lidam com a vitimização policial pode ajudar a construir ações mais sólidas para esse problema comum, dado que a ocorrência é certa.

No Plano de Segurança da Polícia de Segurança Pública - PSP (2018), a instituição incentiva a integração e partilha de estratégias entre as diferentes instituições policiais. O documento afirma o compromisso da PSP em

acompanhar continuamente as melhores teorias e práticas de gestão modernas existentes, através da ótica de investigação permanente e adaptada à realidade da organização policial pela realização do Benchmarking estratégico entre as diversas instituições e de partilha interligada de conhecimento, traduzindo-se num processo através do qual se observa, aprende e melhora. Resta-nos afirmar que o fato de Portugal integrar a União Europeia traz um acréscimo de possibilidade e responsabilidade no trabalho integrado de forma a compreender a realidade criminal transnacional.

Foi a partir da participação na elaboração de diretrizes e projetos sobre a vitimização policial, ao ser lotada Coordenação de Assuntos Estratégicos (CAES) que passei a questionar quais eram as competências e lacunas que precisavam ser identificadas para a melhorar as condições de trabalho dos profissionais de segurança pública.

As questões discutidas nesta dissertação não são particulares do Rio de Janeiro, ocorre que ser policial e trabalhar neste estado, torna tudo mais complexo devido a impossibilidade de previsão de cenários e eliminação do risco, ou seja, cenários da incerteza com taxas de criminalidade, violência e vitimização totalmente diferentes dependendo de onde se está na cidade. Araújo (2018) chama atenção que apesar do título: “polícia que mais mata e mais morre”, as estatísticas oficiais não refletem a realidade enfrentada pelos policiais e também esses números são pouco comparáveis com outras polícias urbanas no mundo. Os registros institucionais sobre a quantidade de policiais mortos, feridos, consumo de munição, prisões, operações policiais e trocas de tiro (ainda que bastante altos), não conseguem representar objetivamente o risco que esses profissionais correm em relação às ocorrências com confrontos armados potencialmente letais no serviço de um policial no Rio de Janeiro. (Araújo, 2018)

Além disso, eu me perguntava, quais as ferramentas da psicologia poderiam ser úteis para dar maior “proteção” psicológica a estes profissionais? Como lidar com policiais que não queriam (ou não podiam) mais trabalhar na rua pois apresentavam um quadro de exaustão profissional? Como entender o risco que um policial decide assumir em troca de sentir uma sensação de dever cumprido e ser o “herói” da ocorrência? Como compreender o (abuso) uso de

álcool e psicotrópicos que, em alguns casos, se tornam frequentes para conseguir trabalhar? Como lidar com os fantasmas de um tiro errado que o policial sabe que poderia ter evitado e cuja memória agora lhe acompanha durante a noite?

Podemos pensar que todos esses questionamentos não estão relacionados com a vitimização, mas estão, porque conduzem o profissional para um lugar cada vez menos técnico e assumindo cada vez mais risco no seu cotidiano, cada vez mais “embrutecido” com as exposições à morte que quando ele toma consciência sobre isso, pode ter ido longe demais. Em alguns atendimentos que realizei neste período, era comum ouvir que determinada transferência à revelia, a escala em um curso ou até mesmo quando eram presos no quartel, e pensavam que se a prisão não tivesse ocorrido, teria sido pior pois reconheciam que estavam se expondo demasiadamente na rua, e que poderia ter acontecido “algo pior” com eles.

A vitimização policial no Brasil é um tema de crucial importância, dados os altos números de sua ocorrência, principalmente nas duas últimas décadas (Muniz e Soares, 2011; Minayo e Constantino, 2008; Minayo, 2015; Maia, 2018). O conceito de vitimização policial tem sido utilizado para designar danos sofridos a profissionais de segurança pública (Minayo, 2008). Nesses estudos, a designação é utilizada para fazer referência à ocorrência de lesões físicas fatais (mortalidade) e não fatais (morbidade), assim como danos psicológicos (Maia, 2018). Desta forma, o conceito de vitimização faz parte de um campo semântico tradicionalmente centrado na palavra vítima. A expressão vitimização policial diz respeito aos agentes de segurança pública enquanto vítimas de agravos físicos e emocionais ou de morte no exercício de sua profissão (Minayo, 2011).

A possibilidade de sofrer agressão no desempenho de seu trabalho seria uma premissa universal da atividade policial e esta peculiaridade a difere de todos os outros grupos ocupacionais. Em tempos de paz, eles são o único grupo ocupacional contemporâneo, excluindo as forças de defesa militares, que possuem em seus quadros, um registo sistemático de morte e ferimentos graves causados por violência e são o único grupo ocupacional não militar legalmente habilitado a empregar força física mortal (Henry, 2004).

Para Minayo (2015), desde que existe polícia no mundo a mesma é alvo de vitimização através de tentativas de homicídios, traumas, lesões ou mortes por armas de fogo, objetos perfuro cortantes, agressão física, verbal e psicológica. Algumas peculiaridades inerentes à função policial contribuem em maior ou menor grau para o agravamento deste cenário. Dentre elas: as condições estruturais nem sempre adequadas de trabalho (viaturas, armamentos compatíveis com a situação, equipamentos individuais e coletivos de segurança); processos vinculados à seleção adequados ou não, recrutamento, formação, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação continuada; estrutura organizacional; planejamento e execução das operações (Fernandes, 2016).

Ocorre que “só” dar melhores condições estruturais de trabalho para os policiais não “resolve” o problema da vitimização. É muito mais complexo. Existe um custo que não é percebido, quase invisível e, contudo, é compartilhado por toda a sociedade. De acordo com Minayo (2015), a vitimização policial afeta todo um fluxo de carreira, o interesse pela profissão, a própria gestão de recursos humanos dentro da corporação, os gastos hospitalares e o tempo necessário de formação/aperfeiçoamento policial. (Minayo, 2015).

1.2. CONTEXTO E LIMITAÇÕES

Importante ainda ressaltar que tanto as aulas do mestrado, (desde o segundo semestre de forma online), quanto a realização desta dissertação (seguido de longos períodos de confinamento) foi inevitavelmente marcada pela pandemia do COVID19. Esse fato fez com que a maior parte do material de pesquisa fosse prioritariamente realizada através de sites de divulgação de pesquisa científica, livros publicados e material encontrado nas páginas oficiais das instituições policiais.

A partir do material encontrado e disponibilizado pelas organizações nas páginas oficiais, primeiramente optou-se pela escolha da realização da pesquisa de campo nas seguintes organizações: Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana (as duas instituições policiais de Portugal). A PSP, por ser

a instituição onde é realizado o mestrado, foi escolhida pela facilidade para se conseguir realizar os trâmites administrativos necessários, além do conhecimento desta pesquisadora sobre os programas existentes na área de saúde mental. O objetivo da pesquisa é investigar os programas sobre a vitimização e mapear as ações da saúde mental voltadas para a vitimização policial.

Foram pesquisados programas de prevenção à vitimização nas instituições de Portugal, França, Estados Unidos da América e Reino Unido. Após a seleção de material encontrado na rede, uma instituição foi escolhida para a realização do campo foi o Reino Unido, país escolhido para o estudo mais detalhado por dois relevantes motivos: é o único com a existência de um programa institucionalizado e voltado especificamente para a vitimização policial e este foi o único programa que compreende uma vertente de bem-estar, saúde mental e saúde ocupacional integrado, preconizando a avaliação de risco psicológico do policial como uma das ações institucionais. As outras instituições policiais pesquisadas possuem ações de forma estruturada, mas não um programa com protocolos de aplicação dentre as outras agências policiais.

Tomadas as decisões sobre a escolha do campo, foram realizados os procedimentos e autorizações para a realização das visitas. As visitas presenciais para a pesquisa de campo foram inicialmente previstas em duas instituições policiais: Polícia de Segurança Pública e Polícia do Reino Unido no mês de dezembro e janeiro de 2022.

Iniciado os contatos com as instituições responsáveis, o período disponibilizado para a pesquisa de campo coincidiu com o recrudescimento da pandemia com o surgimento da nova variante Omicron e assim, novamente restrições e distanciamentos sociais.

O Reino Unido, após quase dois meses, respondeu o ofício dizendo não ser um momento oportuno para a realização de uma visita presencial e disponibilizou os documentos relativos ao programa. Já na PSP, após as autorizações internas, foi marcada e realizada a entrevista com o chefe da psicologia e os subchefes responsáveis pelas áreas da psicologia clínica e de incidentes críticos.

Dado o alargado tempo entre dar entrada dos documentos e a efetivação da entrevista, e além da ausência de qualquer menção de um programa sobre vitimização policial da GNR na revisão de literatura sobre o tema pesquisada, além da insegurança sanitária, não houve tempo hábil para a marcação de entrevistas com os gestores responsáveis. Desta forma, optou-se por realizar a pesquisa de campo e as entrevistas somente com a PSP, excluindo a GNR.

A pesquisa científica está sempre sujeita às intempéries do campo. Desta forma, na ausência de programas institucionais sobre o objeto dessa pesquisa nestas instituições, os dados pesquisados nas instituições policiais de Portugal e do Brasil relativos à vitimização policial, bem como a utilização de dados socio criminais, suicídio e dados relativos à saúde mental encontrados servem para situar o leitor nas particularidades encontradas nas realidades institucionais das referidas instituições: Brasil (Rio de Janeiro) e Portugal. Além desses, serão ainda apresentados dados e ações sobre os as iniciativas voltadas para lidar com a vitimização policial nos EUA, França e Reino Unido.

Portanto, essa dissertação consiste em um estudo de natureza exploratória, qualitativa e descritiva, objetivando sobre o tema da vitimização policial e saúde mental e está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, será apresentado o resultado do levantamento bibliográfico na base de dados da RCAAP, sem recorte de tempo de publicação.

Foram levantados 37 documentos que atenderam as análises de pertinência. Após o levantamento dos textos, foi realizada uma análise bibliométrica realizada através de roteiro de perguntas para extração de dados pertinentes, este roteiro está disponível como Anexo I.

No primeiro capítulo, serão apresentados alguns aspectos técnicos da vitimização policial e as consequências para a saúde mental. Como o campo de estudos das doenças mentais surgiu nas instituições militares em guerra no início do século e como elas lidavam com as patologias de saúde mental. Em seguida será apresentado como a psicologia entra nas instituições policiais e qual sua contribuição para esse problema. Para concluir esse capítulo, será apresentado brevemente uma contextualização do campo da segurança pública no Rio de

Janeiro e de que forma o tema da vitimização policial se constitui como campo de estudos e acaba por entrar na política pública.

No segundo capítulo, serão apresentados os estudos encontrados na base da RCAAP, o campo de todas as pesquisas aconteceu no Brasil, com vinte e nove (29) estudos e em Portugal com o total de 08. A maior parte (31) são pesquisas empíricas e o tipo de documentos encontrados se divide em dezoito (18) dissertações de mestrado, dezesseis (16) artigos e três (03) teses de doutoramento. Como encontrado na literatura, pesquisas sobre o tema da saúde mental e a polícia se tornaram mais frequentes na última década com vinte e quatro (24) documentos, demonstrando assim, que a saúde mental dos profissionais de segurança pública tem sido objeto de interesse na última década. A área de estudos mais frequente das pesquisas foi a psicologia com dezessete (17) publicações, seguido pela saúde pública com quatro (4) publicações.

No terceiro capítulo será apresentado, a realidade portuguesa e dados sobre a segurança pública e a vitimização policial. Neste capítulo ainda, será apresentada a Divisão de Psicologia da PSP e as ações em três eixos, na prevenção, intervenção e atividades permanentes. O roteiro de entrevistas se encontra em Anexo II.

No quarto capítulo serão apresentadas uma contextualização da segurança pública e algumas ações nas instituições policiais dos Estados Unidos da América, França, e Reino Unido que tenham como objeto a vitimização policial e saúde mental.

Nos EUA, o destaque será a sistematização e o estudo das causas da morte dos policiais com ênfase no aprimoramento da atividade operacional e conhecimento do que vai denominar-se “sobrevivendo na linha de combate”.

Na França, será descrita a ênfase no programa de prevenção ao suicídio para os policiais e como, apesar de ainda baixo, o número de policiais mortos em serviço tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Por último, será apresentado o Programa do Reino Unido - Operação Hampshire que está estruturado em cinco áreas e possui uma vertente de bem-

estar com avaliação psicológica e acompanhamento dos policiais feridos ou vitimados.

1.3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Objetivo geral:

O objetivo deste trabalho é identificar, descrever e analisar os programas institucionais relacionados ao tema da vitimização policial, e se tais programas, possuíam ações estruturadas dentro da área de saúde mental.

Objetivos específicos:

Identificação, descrição e análise dos programas internacionais voltados para a vitimização profissional e ações de saúde mental através de: (a) pesquisa exploratória nos sites oficiais, institucionais e na mídia e (b) levantamento do escopo dos programas.

Estratégias metodológicas:

Considerando o objeto e os objetivos do estudo, este é de natureza exploratória, qualitativa e descritiva, objetivando conhecer as diferentes variáveis e o contexto que se inserem. Nesta fase, a pesquisa ocorreu através de revisão bibliográfica e documental. Uma segunda fase se efetivou através de pesquisa de campo, onde utilizou-se uma entrevista semi-dirigida para recolha de informações com gestores dos programas relacionados à psicologia e saúde mental da Polícia de Segurança Pública.

- Fase 1- Revisão Bibliográfica

Para a composição da base de dados serão realizadas buscas em literatura especializada em português (**polícia e saúde mental**), francês (police e santé mentale), inglês (mental health and police) e espanhol (policía e salud mental).

A busca foi realizada entre abril e maio de 2021 e foram incluídos os seguintes documentos: artigos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento sem intervalo temporal. A busca se restringiu a documentos

publicados no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). A escolha desta base justifica-se por ser o portal de referência para publicação de pesquisa em Portugal e o portal onde são publicados os estudos sobre polícia realizados no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ISCPSI. Após o levantamento dos textos, foi realizada uma análise bibliográfica com base no roteiro em anexo.

- Fase 2: Documental

Para a composição da pesquisa documental, serão utilizados sites, leis, manuais, protocolos regulamentos, diretrizes e documentos das instituições pesquisadas, disponibilizadas nos sites organizacionais e notícias relacionadas ao tema da vitimização policial.

- Fase 3: Pesquisa de campo

Como instrumento de recolha de dados e selecionados de acordo com os interesses da pesquisa, esta fase será realizada através de entrevista semiestruturada, conduzida de forma semidireta, baseadas em um guião com o responsável pelo programa de vitimização policial ou em sua ausência, o setor de psicologia nas instituições pesquisadas.

2. ASPECTOS TÉCNICOS DA VITIMIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA SAÚDE MENTAL

Neste capítulo iremos nos deter sobre a história das doenças mentais nas instituições militares e policiais, para depois discorrer sobre a atuação da psicologia nestas instituições e a especificidade do trabalho do policial. Em seguida, faremos uma contextualização do campo da segurança pública e vitimização policial no Rio de Janeiro e como este tema entra para a agenda política no Rio de Janeiro.

2.1. HISTÓRIA DAS DOENÇAS MENTAIS NAS INSTITUIÇÕES MILITARES E POLICIAIS

Nem sempre o entendimento sobre as “baixas” profissionais dos policiais foi o mesmo, pois durante muito tempo (e ainda hoje), as condições de trabalho destes profissionais foram pouco valorizadas, os ferimentos e mortes em serviço foram entendidos como “consequências” das políticas de segurança pública. Podemos ver, com relatos históricos, de que formas os primeiros mortos em serviço “serviram” para comprovar o comprometimento institucional com sua missão.

Em Portugal, Torres (2020) ao fazer uma pesquisa histórica sobre os primeiros mortos na guerra de Ultramar, observa que os integrantes foram polícias que pertenciam à PSP. O autor ainda ressalta a confiabilidade pública da instituição policial e nos revela, como foi explicitado à época, que o senso de dever e cumprimento da missão, estava acima dos sacrifícios pessoais dos policiais e deveria ser atendido mesmo com o risco da própria vida.

Aliás, o facto de sempre se ter evidenciado como uma Instituição rigorosamente apartidária e leal, de elevada confiança, organização e disciplina, **pronta para sacrificar o seu bem mais precioso – a vida dos seus elementos** – em prol da suprema missão, não terá sido alheio à decisão tomada pelo Estado Novo de a eleger como reforço das entidades policiais de implantação territorial nas ex-colónias (que também eram da PSP), logo que surgiram as primeiras insurreições de vulto, no

início da década de 60, através de destacamentos das chamadas Companhias Móveis da PSP, que acabaram por dar origem ao conhecido Corpo de Intervenção. Os **primeiros mortos da guerra do Ultramar são da PSP**, no início da revolução armada em Angola (seis elementos de uma assentada, em 04FEV1961), que marcou oficialmente o início da guerra em África. (Torres, 2020. p. 7 grifo meu)

Já na França, nos primeiros anos da república, decidiu-se distinguir e honrar os policiais mortos, conferindo-lhes o título de "Vítima do Dever". Esta seria uma distinção honorária francesa concedida por decreto do Presidente da República e publicada no Jornal Oficial, para homenagear os policiais da função pública que tenham morrido em serviço como resultado de um ato de dedicação realizado no exercício de suas funções. Além disso, naquela mesma época foi criada uma medalha de honra da polícia para recompensar "atos de coragem" para profissionais que cumpriram mais de vinte e cinco anos sem punição, distinção que pretendia saudar demonstrações de bravura, desenvolver o espírito de corpo policial, estimular o ardor e exaltar o sacrifício dos policiais desenvolvendo e premiando qualidades essencialmente militares: disciplina, desprezo pelo perigo, obediência absoluta e gosto pelo serviço.¹

Para Geiger e Reizer (1984) uma parte significativa da atividade de um policial envolve a prestação de serviços à comunidade e apoio às vítimas de crimes. O treinamento de intervenção em crises que recebem os ajuda a cumprir com mais eficácia essa responsabilidade. No entanto, para os autores, esse treinamento geralmente não é orientado a preparar o policial que se torna vítima para lidar com as consequências negativas e quando atingido, o policial pode sofrer um trauma mais grave do que a população. Isso porque, asseveram os autores, além do possível dano físico que o policial pode sofrer, o dano mais grave é muitas vezes a perfuração da ilusão anterior de controle e invulnerabilidade. Desta forma, a vítima policial é forçada a reconhecer que outra pessoa invadiu seu espaço aparentemente inviolável e interferiu no controle e autonomia do policial, rompendo com a suposição de estar no comando absoluto de seu ambiente. Para Geiger e Reizer (1984) essa

¹ (Fonte site: *victims du devoir*, disponível em [Victimes du devoir | Facebook](#)- Grifo meu) Consulta em 02 de fevereiro de 2022.

experiência tende a destruir a crença de que isso “não pode acontecer comigo”, o resultado geralmente costuma ser uma reação de baixa autoestima, culpa e sintomas depressivos, forçando o policial a enfrentar seriamente sua própria mortalidade. (Geiger e Reizer, 1984. p. 315)

Encontramos há algum tempo estudos que apontam para uma reação traumática como resultado das consequências da vitimização ao realizar as atividades profissionais dos policiais, mas houve um período na história mundial, onde os casos de enfrentamento e posterior ampla divulgação de algo que sempre ocorreu em conflitos, a vitimização e possibilidade de sofrer um trauma foi mais frequente. Na época das grandes guerras mundiais, o campo dos estudos em saúde mental estava iniciando e a quantidade de pessoas que relataram sofrer de uma nova patologia, chamou a atenção dos profissionais de saúde. O alcance das consequências do combate foi potencializado com o advento das guerras, devido ao grande número de baixas por questões psicológicas, a importância desse registro histórico será a etimologia do conceito de trauma.

Se ainda hoje, podemos dizer há um certo tabu em como as instituições lidam com as consequências psíquicas do resultado das atividades laborais, no início do século, as instituições militares tiveram que desenvolver programas para lidar com esses fatos. Será esse percurso histórico que irá promover o avanço nos estudos e consolidar um novo campo de saber, que terá como resultado a entrada da psicologia nas instituições policiais.

Acontece que mesmo com todos os estudos na área da saúde mental, com evidências sobre as boas práticas institucionais e por outro lado, as consequências de insistirmos nas “fantasias de super-homem” para os policiais. Assistimos ao mesmo tempo a coexistência de pensamentos anticientíficos de “fraqueza moral” e com programas institucionais elaborados para prevenir, identificar, treinar a resiliência quando possível e tratar as patologias mentais.

Além da própria natureza do trabalho policial, a possibilidade de um “encontro mortal” será potencialmente traumática, mesmo que o profissional escape sem ferimentos físicos. Será isso que a literatura irá demonstrar retomando o percurso histórico das grandes guerras e traumas coletivos

institucionais. Refazer este caminho serve para ilustrar as consequências psicopatológicas para as instituições que estão submetidas à lógica de combate. Podemos incluir algumas polícias que possuem índices próximos às encontradas nas guerras pela exposição à violência contra seus profissionais e baixas em sua tropa.

Van der Kolk (2020) em seu livro “O corpo guarda as marcas” evidencia de que forma as guerras tiveram impacto no campo da saúde mental, no diagnóstico de uma “nova doença”, as neuroses de guerra e trauma e sua relação posterior com o diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático em 1980. De acordo com o autor, os primeiros estudos sobre trauma psicológico indicam que o medo vivenciado ao suportar um evento violento poderia provocar um conjunto de sintomas na ausência de lesão física que o pudesse explicar.

Primeiramente chamada de “neurose de guerra” ou “shellshock”, causaram inúmeras baixas nas fileiras militares. As evidências mostram que os estudos sobre traumas psicológicos se tornaram mais relevantes com as guerras e a necessidade de descrever os sintomas dos soldados que se queixavam de memórias instrutivas e perturbadoras. (Van der Kolk, 2020)

Segundo Van der Kolk (2020) estima-se que em torno de 25% dos profissionais que lutam nas zonas de guerra desenvolvem sérios problemas pós-traumáticos e experimentam uma sensação de desastre iminente, desesperança, medo e isolamento (p. 34). Sabemos, porém, que a guerra não é a única tragédia de impacto violento à vida humana. Nos países com altos índices de violência crônica e homicídios, como a América Latina, uma parte da população pode ser vítima de um crime violento em algum momento da vida.

Segundo Van der Kolk (2020), o primeiro livro publicado relatando as observações de um médico psiquiatra sobre as neuroses traumáticas de guerra foi o “*The Traumatic Neuroses of War*” de Abram Kardiner de 1941. O livro foi publicado dada a expectativa de novos soldados traumatizados à época da eclosão da Segunda Guerra Mundial e descrevia a observação clínica do médico e seu acompanhamento dos ex-combatentes e veteranos que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial.

Antes tidos como detentores de um comportamento normal, ao voltarem para a casa, os ex combatentes experimentaram bizarros sintomas psicológicos, problemas médicos inexplicados e perda de memória. Eram dominados por uma sensação de inutilidade, um sentimento de vazio e distanciamento, além de terem se tornado altamente sensíveis ao ambiente circundante e desenvolverem uma vigilância crônica em relação a ameaças. Posteriormente, esses sintomas estariam classificados como transtorno do estresse pós-traumático (TEPT). Van der Kolk (2020) relata ainda que a Segunda Guerra Mundial será acompanhada por uma inovação, uma nova tecnologia irá possibilitar o registro das batalhas, as mortes na linha de combate e pela primeira vez, as consequências traumáticas da guerra para os seres humanos.

Esse fato será mais bem explicitado no documentário de John Huston “*Let there be light*”, disponível no *You Tube*², de 1946, com filmagens em um Hospital para Veteranos de Guerra (Mason General Hospital, Brentwood, NY) acompanhando o programa de tratamento psicológico de dez semanas para homens com problemas relacionados ao combate, aconselhamento individual e proposta de reabilitação para esses veteranos. O documentário faz parte de uma série de quatro filmes e foi realizado com o objetivo de “educar” o público sobre o transtorno de estresse pós-traumático. A apresentação sem roteiro do filme sobre as patologias mentais fez com que ele fosse proibido antes do seu lançamento e só fosse divulgado em 1980, porém, com uma má qualidade que impedia o total entendimento das falas dos soldados. Uma cópia restaurada foi lançada somente em 2012, atualmente o filme é de domínio público. Segundo o diretor, a proibição se deu para combater os possíveis efeitos desmoralizantes que o filme poderia ter e para manter o “mito” guerreiro de que os soldados voltaram da guerra mais fortes, que apesar das baixas, “seus espíritos permaneceram intactos”.³

No filme de Huston, rodado quando ele servia no Corpo de Sinais do Exército, os médicos ainda são paternalistas, e os

² Disponível em: <https://youtu.be/IQPoYVKeQEs> Consulta em 02 de fevereiro de 2022.

³ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Let_There_Be_Light Consulta em 18 de fevereiro de 2022.

pacientes, jovens aterrorizados. Contudo, eles expressam seus traumas de maneira diferente. Enquanto os soldados da Primeira Guerra Mundial se debatem, têm tiques faciais e desmoronam com o corpo paralisado, a geração seguinte conversa e se encolhe. Os corpos ainda guardam as marcas: o estômago revirado, o coração disparado e, sobretudo, o pânico. Entretanto, o trauma não afetou apenas o corpo. O estado de transe induzido pela hipnose lhes possibilitou encontrar palavras para expressar o que o medo não os deixava recordar: o horror que sentiam, a culpa do sobrevivente, as lealdades conflitantes. (Van der Kolk, 2020. p.131)

A contratação de diretores de cinema incorporados às linhas de combate foi crucial para eternizar os efeitos da guerra e retratar e disseminar o contato de seres humanos com barbáries e permitiu filmar esses soldados e guardar para a posteridade, o que aqueles combatentes estavam passando. Assim, segundo Van der Kolk (2020), hoje podemos assistir a essas imagens e podemos observar homens com postura física esquisita, falas estranhas, expressões aterrorizadas e tiques - a expressão física corpórea do trauma.

Ao relatar sobre a diferença de tratamento dados pelas instituições inglesas sobre essa “nova doença”, Van der Kolk (2020) afirma que desde as primeiras observações clínicas sobre os sintomas psíquicos encontrados nos soldados havia uma ambivalência sobre a conduta da instituição militar britânica. Ao serem diagnosticados como portadores do “shellshock” os soldados tinham direito a tratamento e pensão por invalidez, ou o critério médico podia ser diagnosticado com “neurastenia” e neste caso, tinham direito ao tratamento, mas perdiam o direito à pensão por invalidez. (Van der Kolk, 2020)

Com o prosseguimento da guerra, a eficiência das forças combatentes viu-se cada vez mais minada pelo shellshock. Dividido entre levar a sério o sofrimento dos soldados e buscar a vitória sobre os alemães, em junho de 1917 o Estado-Maior britânico baixou a Ordem Geral 2.384, que declarava: “Em nenhuma circunstância a expressão ‘shellshock’ será usada verbalmente ou constará de qualquer informe regimental ou de outra natureza sobre baixas, ou de qualquer documento oriundo de hospital ou outra fonte médica.” Todos os soldados com problemas psiquiátricos deveriam receber um único diagnóstico, o de “**NYDN**”, **acrônimo em inglês para “Ainda Sem Diagnóstico, Nervoso” [Not Yet Diagnosed, Nervous]**.(Van der Kolk, 2020. p.130) grifo nosso

Conforme os casos iam ficando mais visíveis era preciso uma resposta institucional. Os casos encontrados e após uma tentativa de tratamento aos poucos, os sintomas psíquicos foram sendo desacreditados, sendo muito comum a associação de sintomas psicológicos com fraqueza de caráter.

Em novembro de 1917, o Estado-Maior não autorizou o médico Charles Samuel Myers, que visitava quatro hospitais de campanha, a submeter ao British Medical Journal um artigo sobre o shellshock. Os alemães eram mais rigorosos ainda e tratavam o **transtorno como um defeito de caráter, a ser controlado por meio de vários tratamentos dolorosos**, entre os quais eletrochoque. Em 1922, o governo britânico publicou o Relatório Southborough, que visava coibir o diagnóstico de shellshock em guerras futuras e, assim, evitar novos pedidos de pensão. O documento propunha o expurgo da expressão em todas as publicações oficiais e insistia em não classificar esses casos “como baixa de batalha, da mesma forma que um mal-estar ou uma doença não são assim considerados” (Van der Kolk, 2020. p.130). grifo nosso

Para Van der Kolk (2020) as instituições tinham um posicionamento oficial que soldados bem treinados e corretamente comandados não sofrem de sintomas psicopatológicos e aqueles que haviam tido baixa do combate eram indisciplinados e refratários à ideologia de guerra.

Uma outra vertente sobre a quantidade de pessoas amputadas, feridas e com sequelas que retornaram das duas grandes guerras desconhecida, foi que ela incentivou a criação das Paraolimpíadas⁴. Em 1948, foi organizada a primeira competição para 16 homens e mulheres com algum tipo de lesão. Foram os Jogos Stoke Mandeville para atletas em cadeiras de rodas e foi organizada para coincidir com a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 1948 em Londres.

Em que pese o desenvolvimento de muitas pesquisas no campo da saúde mental demonstrando as consequências para os profissionais da exposição a situações de combate ainda hoje esse discurso aparece nas falas dos

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58346138>. Acessado em 03 de abril de 2022

comandantes sobre patologias de origem mental, não fazendo parecer apenas um relato histórico.

Outro fenômeno a ser observado são a alta incidência de suicídios com os ex-combatentes e como esse fato fez com que as pesquisas no campo das patologias de saúde mental nas instituições militares continuassem avançando.

Pesquisas recentes fazem a relação entre suicídio e os feridos e mortos em combate na guerra do Vietnã. O estudo desenvolvido pelo Departamento de Assuntos para Veteranos, mantida pelo governo dos Estados Unidos, afirma que o número de ex-combatentes da Guerra do Vietnã que morreram por suicídio é maior do que o número de soldados que morreram em combate (58.220). Esses mesmos dados são encontrados na guerra do Afeganistão, onde também morreram posteriormente mais soldados por suicídio do que quando estavam servindo na linha de frente⁵.

Dos soldados que retornaram do Vietnã, 50% também têm transtornos mentais, de acordo com um estudo americano de 2005. Os 300.000 veteranos do Vietnã que ainda sofrem com o sintoma de estresse pós-traumático agora excedem em número.

Segundo Leite (2021) as corporações policiais americanas têm em seus quadros muitos ex-combatentes, e os veteranos com transtornos mentais dos Estados Unidos chegam a quase 1,5 milhão, 868 mil deles com TEPT— daí o interesse das associações das forças na pesquisa e nos trabalhos de recuperação e reabilitação. Leite ainda esclarece que somente o tratamento psíquico de ex-combatentes custa 29 bilhões de dólares anuais ao governo, dos quais dezessete bilhões são gastos só com estresse pós-traumático⁶. Pelo menos quinze veteranos cometem suicídio diariamente nos Estados Unidos. (Leite, 2021 p.84)

⁵ Disponível

em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606_soldados_suicidio_gm Consulta em 02 de fevereiro de 2022.

⁶ Disponível em: www.mentalhealth.va.gov/docs/data-sheets/2019/2019_National_Veteran_Suicide_Prevention_Annual_Report_508.pdf>. Consulta em 15 de fevereiro de 2022.

Todas as pesquisas e ações nos campos de saúde mental voltados para lidar com traumas de guerra, com a reavaliação e readaptação fizeram com que o campo continuasse avançando. Esse percurso ajudou a pavimentar o caminho da psicologia, as ações institucionais e os tratamentos em saúde mental ainda hoje.

Em muitas instituições policiais com baixos índices de vitimização em serviço existe uma maior quantidade de casos de mortes provocadas por autolesão (suicídio), ao invés de mortes ocasionadas como consequência da função, ou seja, vitimização em serviço (esse fato poderia ser explicado pela baixa ocorrência de mortes em serviço, acontece que no Brasil por exemplo, em países com grande incidência de mortes em serviço o índice de suicídios também é alto), seria a exposição a violência, a natureza do serviço policial a explicação para tal fato?

O sofrimento psíquico, patologias em saúde mental e aumento de casos de suicídio entre esses profissionais de combate, evidenciaram a necessidade de elaboração de programas de saúde mental que contemplem as especificidades da carreira destes profissionais. Desta forma, a Psicologia foi convidada a participar dessa conversa, e se primeiro foi chamada nos meios militares, logo veremos sua inserção nas instituições policiais.

2.2. A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS E A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DO POLICIAL

Segundo Vieira e Fernandes (2020), foi no início do século XX que ocorreu uma maior integração entre a Psicologia e a Polícia nos Estados Unidos da América, e sua “porta de entrada” foi a aplicação de testes cognitivos e de aptidões para a seleção de novos profissionais.

Bartol e Bartol (2018) irá definir a atuação da psicologia no âmbito das instituições policiais e da segurança pública, como um campo de pesquisa e a aplicação de serviços psicológicos e habilidades clínicas voltadas para os profissionais de segurança pública e “aplicadores da lei”. Essa especialidade tem como objetivo auxiliar os agentes e as instituições no cumprimento de sua

missão e função social com eficácia e segurança. Foi somente em 2013, que a Psicologia Social e Segurança Pública (*public and safety psychology*) foi reconhecida como um campo específico pela American Psychological Association (APA). (Vieira e Fernandes, 2020)

Ainda segundo Bartol e Bartol (2018), as grandes áreas de trabalho dos psicólogos dentro das instituições policiais são: (1) seleção e avaliação (por exemplo triagem e seleção de pessoal, avaliação de aptidão para o serviço e avaliação para unidades especiais); (2) atividades clínicas (incidentes após-confronto, atendimento clínico, avaliação de risco para incidentes críticos e transtorno de estresse pós traumático (TEPT)); (3) apoio operacional (por exemplo, suporte à operações negociação com reféns, perícias ligadas à atos criminais; e (4) Gestão organizacional (por exemplo questões sobre gênero, etnia, grupos minoritários, força excessiva, corrupção policial e estressores encontrados no local de trabalho). (Bartol e Bartol, 2018)

A atuação do psicólogo neste campo deve levar em consideração a cultura ocupacional em que estes profissionais estão inseridos. A cultura policial pode ser definida como uma cultura ocupacional, na medida que é resultado das vivências comuns a todos os elementos de uma mesma profissão, formando-se através das práticas, das regras, dos princípios e crenças consideradas aceitáveis por esse grupo de profissionais (Vieira e Fernandes, 2020).

E se estamos assistindo uma cobrança das instituições policiais, abre-se mais o campo para transformações da atuação da psicologia que é chamada a responder às demandas internas por maior eficiência e eficácia operacional.

Para Vieira e Fernandes (2020) e Bartol e Bartol (2018), a maior transformação no papel da psicologia policial nos últimos anos foi a sua participação no apoio operacional. Esse avanço, segundo as autoras, se deu conforme o trabalho da polícia também foi se especializando e passou a demandar mais intervenção da psicologia: acompanhamento dos programas, gestão de conflitos, treino para reduzir enviesamento racial e treino de competências em áreas específicas.

Assim, a intervenção na psicologia no apoio às atividades operacionais, busca diminuir os riscos de uma tomada de decisão errada, do excesso do uso

da força, no julgamento de uma ocorrência que deve ser a mais técnica possível, apoio ao treinamento, buscar condições de trabalho adequadas à especificidade das funções e assessoria técnica institucional. Além disso, em algumas instituições, o apoio operacional também pode incluir o psicólogo na equipe de negociação e “incidentes com tomadas de reféns, intervenção em cenários de crise, investigações criminais e avaliação de riscos e avaliações de ameaças” (Vieira e Fernandes, 2020 p. 590).

No Brasil, como visto, a participação da psicologia na segurança pública é uma área de atuação relativamente nova nas instituições policiais. Será em 2020, com a publicação do documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, que psicólogos que atuam nesta área passam a ter diretrizes consolidadas sobre a atuação profissional. Nas *Referências Técnicas para a Atuação dos Psicólogos na Política de Segurança Pública* (Meza et. al., 2020) afirma ser fundamental atuação profissional, os profissionais de psicologia estarem atentos às subjetividades dos operadores de segurança pública e enfatiza o compromisso ético com a valorização da vida de todas as pessoas.

As principais áreas de atuação do psicólogo descritas neste documento podem ser agrupadas por atuação clínica na assistência psicológica, ações educacionais, desenvolvimento de pesquisa e iniciativas destinadas à avaliação, acompanhamento em saúde mental e na gestão institucional dos programas com interface com a política de segurança e profissionais de segurança pública.

Para Vieira e Fernandes (2020) a atuação dos policiais representa no nosso imaginário coletivo uma imagem dupla e ambivalente. Por um lado, representam o herói que nos salva e protege do perigo e por outro representam o carrasco e a coerção a autoridade. Segundo as autoras, exercer autoridade constitui um papel cada vez mais difícil e complexo na nossa sociedade, seja pelos policiais, professores, pais entre outros, a polícia tem que trabalhar com essa contradição.

Em relação às instituições policiais, assistimos a cada vez mais cobranças e necessidade de adequação à modernidade e a garantia de direitos dos cidadãos. Com a popularização das redes sociais, cada vez maior conhecimento de direitos individuais e de uma sociedade mais igualitária (racial e socialmente),

o acesso às tecnologias e smartphones para documentar as ações policiais cotidianas no mesmo momento em que elas acontecem. Desta forma, há neste momento sobre as polícias uma pressão para mudanças pelos movimentos sociais. A sociedade atualmente (e ainda bem) têm demonstrado uma preocupação muito maior com o resultado de ações policiais e suas consequências para os cidadãos, para o governo e para os indicadores de eficácia institucional, que passa a ser questionado quando há aumento de força letal.

Segundo Elias (2012) após o 11 de Setembro de 2001, podemos dizer que o risco experimentado pelas forças de segurança aumentou no mundo inteiro. Assistimos o agudizar de fenômenos como os conflitos intraestatais, a criminalidade organizada, o terrorismo, o narcotráfico, os crimes ambientais, a proliferação de armas de destruição em massa, as migrações, a corrupção endêmica que mina as estruturas do Estado de Direito. Esse fato nos confronta com a “aceitação da ideia de que o mundo atual se caracteriza por um ambiente infinitamente complexo e caótico”, marcado pela porosidade, pela metamorfose permanente, por ameaças e riscos e pela difícil previsão dos próximos acontecimentos. (Elias, 2012, p. 2)

Ainda segundo o autor, estamos passando por uma mudança no campo da segurança, que se evidencia na alteração do objeto e de seus instrumentos, bem como do número e tipologia dos atores que produzem e distribuem o “bem” ou a paz, no plano internacional. Esta mudança acontece na produção e distribuição de segurança, e já não se limitam ao monopólio estatal, focando-se cada vez mais no ator, na pessoa humana como objeto das políticas de segurança. (Elias, 2012)

E se estamos assistindo uma cobrança das instituições policiais, abre-se mais o campo para transformações da atuação da psicologia que é chamada a responder às demandas internas por maior eficiência e eficácia operacional.

O documento elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (2020), chama a atenção para o agravamento do risco epidemiológico que os policiais sofrem quando expostos às políticas públicas de segurança marcadas pelo enfrentamento da criminalidade com incremento do poderio bélico e em

situações de confronto armado. Ainda que o risco seja um componente indissociável do serviço policial, o resultado da escolha de atuação mais militarizada ou operacional, com base nos enfrentamentos, costuma resultar no aumento da vitimização e letalidade destes profissionais e da população.

Aumento de confrontos ou atividades operacionais, e por consequência, mortes em serviço, naturalizam a vitimização policial. E assim, não protegem os policiais e também não levam em conta quais as necessidades da população no campo da segurança pública e, finalmente, de que forma essa necessidade pode ser atendida. (Rodrigues, 2010)

Assim, tais políticas que intensificam e normalizam a exposição à violência, objetificam esses trabalhadores, tratando-os como instrumentos descartáveis das políticas de segurança que provocam “baixas nos dois lados”. Desta forma, “a vitimização policial e da juventude brasileira, coloca-se, assim, como uma das problemáticas urgentes e emblemáticas do momento político nacional atual, tanto do ponto de vista da saúde laboral dos operadores de segurança pública, quanto da sociedade”. (Meza et al., 2020, p.78)

Jorge da Silva (2020), irá denominar que nestas condições, o policial poderia ser portador de uma “sina” de ser algoz e vítima ao mesmo tempo, como se fosse um destino que de tão frequente, torna-se naturalizado pelas instituições. O autor explica, “por que sina e algozes-vítimas? Sina porque o sofrimento dos policiais militares é tido como algo natural, sem possibilidade de ser modificado; e algozes-vítimas porque era preciso mostrar que são vistos por muitos simplesmente como algozes, que praticam violência abusiva por conta própria, por maldade, sem que as pessoas percebessem o quão vítimas também são”. (Silva, 2020. p 24)

Outro ponto a ser observado pelo autor são os objetivos a serem alcançados com o policiamento e como são concebidas as políticas para o emprego dos policiais. As políticas que privilegiam e valorizam o confronto, “empurram nos para matar ou morrer, como se fossem contendores de uma guerra convencional em que o governo afirmasse estar próximo da vitória final sobre o ‘inimigo’. Tudo isso sem que haja qualquer tipo de compensação

adicional, seja pecuniária ou de outra ordem, como a valorização profissional e o reconhecimento público”. (Silva, 2020. p.19)

Henry (2004), em seu livro “Trabalhos de Morte”, esclarece que a atividade policial tem uma relação extremamente particular com o risco, a exposição à morte e essas particularidades traz consequências únicas para o seu desempenho profissional. Afirma ainda que o perigo e a possibilidade de morte violenta seriam tão radicais que fariam parte da definição da personalidade do policial, e que esta teria um papel determinante apontando para um sempre presente risco de vitimização. Ou seja, a especificidade do trabalho policial, entre as outras profissões que também possuem alta incidência de acidente de serviço, é a possibilidade de ser agredido ou morto como consequência do desempenho de suas funções (Henry, 2004).

Esta afirmação será corroborada por Minayo (2008). Para a autora, estes profissionais experimentam um risco difuso e permanente de serem vítimas de eventos traumáticos que podem trazer agravos à saúde e não só, a profissão de polícia é uma ocupação laboral com grande probabilidade de agravos físicos e mentais à saúde (Minayo, 2008).

Na prática, o policial urbano contemporâneo, cujos deveres e experiências relacionadas ao trabalho não o colocaram em situações objetivamente perigosas de uma vez ou outra, é realmente raro (Henry, 2004). Desta forma é uma “característica intrínseca e inelutável da experiência policial urbana contemporânea a consciência duradoura e ofuscante do potencial de envolvimento em um encontro mortal do tipo mais extremo e talvez mais íntimo”. (Henry, 2004. p.9)

Além disso, o autor afirma que:

(...) a possibilidade de sofrer agressão no desempenho de seu trabalho seria uma premissa universal da atividade policial e está peculiaridade a difere de todos os outros grupos ocupacionais. Em tempos de paz, eles são o único grupo ocupacional contemporâneo, excluindo as forças de defesa militares, que possuem em seus quadros, um registro sistemático de morte e ferimentos graves causados por violência (Skolnick, 1994, p. 46) e são o único grupo ocupacional não militar legalmente habilitado a empregar força física mortal (Wenz, 1979).” (Henry, 2004. p.9)

A atividade do profissional de segurança no exercício do seu trabalho pode ser dividida por funções e atividades de maior ou menor risco e, portanto, maior risco de ocorrência de eventos traumáticos. Ainda assim, a exposição ao risco não é igual a toda a corporação, policiais de patrulha ou de primeira resposta são comumente mais alvo de vitimização policial. (Coelho, 2017)

Podemos destacar como tendo maior risco a agravos físicos: ataques à força policial, troca de tiros, enfrentamento criminoso, no momento de realizar uma abordagem ou efetuar uma prisão. Os policiais que desempenham funções operacionais especializadas ou forças especiais precisam de maior planejamento, protocolos de atuação e equipamentos de proteção mais robustos para garantir o cumprimento de suas funções com maior proteção. (Minayo, 2008; Lemercier, 2011)

Brito (2017) ao citar o artigo de Pinizzotto, Davis e Miller (2002), chama a atenção que, a vontade e proatividade em exercer a sua função como policial e o elevado senso de justiça fazem com que os policiais “obscurecem seus julgamentos, o que pode aumentar a possibilidade de dano a si mesmo”, mais do que querer deter os infratores, os policiais deverão focar-se em fazê-lo com segurança. (Pinizzotto, Davis e Miller, 2002, p.1)

Os mesmos autores afirmam ainda, que o treinamento em segurança pessoal e combate deve ser permanente e não só durante a formação inicial. Pinizzotto, Davis e Miller (2002) enfatizam que no treinamento operacional, as forças de segurança devem realizar exercícios práticos e realistas, que os coloquem em situações de estresse, para que assim possam aumentar as capacidades físicas e mentais e consigam manter o controle em situações críticas. (Brito, 2017; Pinizzotto, Davis, e Miller, 2002)

Torres (2015) define risco nas atividades de segurança pública como a probabilidade de uma determinada ameaça atingir uma vulnerabilidade da instituição, resultando em um determinado impacto em um ativo crítico para a missão e objetivos de uma entidade, instituição ou nação. Assim, o risco apoia-se em duas definições: 1) a probabilidade de sucesso de um determinado tipo de ameaça e 2) o impacto a curto e médio/longo prazo que resulta de sua ação. O autor esclarece ainda, que os gestores de risco se preocupam mais com

cenários que conjuguem elevada probabilidade de sucesso de uma ameaça e a ocorrência de elevado impacto caso ela aconteça. Já nos cenários de incerteza, o foco será as situações que associam elevada incerteza com elevado impacto. Será neste ponto que se torna evidente a diferença entre risco e incerteza: enquanto no risco os fatores de aleatoriedade são conhecidos, na gestão da incerteza, o desconhecimento é a regra. (Torres, 2015. p.9-13)

Assim, pensando dessa forma poderíamos caracterizar a atividade policial como tendo muitas características de cenários de incerteza e não só do risco, pois estamos no domínio do desconhecimento dos próprios fatores da aleatoriedade, essa hipótese inviabilizaria calcular a gestão de risco na área segurança pública. Ocorre que, o autor afirma que não existe a possibilidade de zerar o risco na área de segurança pública, ou seja, neste caso, teríamos que incluir em análise uma taxa de risco estrutural, ou seja uma taxa de risco que o gestor deve incluir como desprezível ou suportável, porém se tratando da vida dos profissionais, existiria uma taxa tolerável suportável de “perdas” mesmo que baixa?

Torres (2015) define que a gestão de riscos “encara de frente a incerteza e tenta mitigá-la através da análise criteriosa dos fatores da aleatoriedade que estão na sua base, nomeadamente definindo cenários de risco plausíveis que correspondam a medidas racionais e adequadas a estratégia e aos objetivos pretendidos, estando consciente que, por norma, não é possível reduzir o risco a zero (risco estrutural).” (Torres, 2015. p.110)

Assim, o evento vitimização policial será caracterizado como a gestão da incerteza e da monitorização de um risco estrutural que precisa ser acompanhado institucionalmente, além da elaboração de contramedidas de segurança objetivando diminuir ao máximo o evento, já que alia elevada incerteza, alta probabilidade e alto impacto em sua ocorrência. (Torres, 2015)

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E VITIMIZAÇÃO POLICIAL NO RIO DE JANEIRO

Notícia: "Ex-policiais feridos em serviço enfrentam depressão e sequelas após serem aposentados por invalidez".⁷

Em meio à ampla comoção gerada pelas mortes de policiais no Rio - só neste ano, já foram mais de 60 vítimas fatais - há um grande contingente de policiais feridos que conseguem sobreviver e são frequentemente esquecidos pela sociedade. Em 2017, de acordo com os cálculos da Comissão da Análise da Vitimização Policial, 163 PMs foram mortos em serviço ou de folga no Rio.

Já o número de feridos chegou a 784, o maior desde 2003. Somando os dados dos últimos cinco anos, 3.342 policiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) sofreram ferimentos - alguns tiveram lesões mais leves e puderam voltar ao serviço, enquanto outros ficaram com danos permanentes, caso de Vaz.

"Você tem uma legião de mutilados, paraplégicos, tetraplégicos, pessoas sem uma parte da cabeça, que de repente se veem de cama, dependendo de sondas, fraldas, cadeiras higiênicas", diz o coronel Fábio Cajueiro, presidente da Comissão da Análise da Vitimização Policial e à frente da Diretoria de Assistência Social da PMERJ.

A comissão acompanha as baixas na corporação há 24 anos e diagnostica "décadas de abandono". Em quase um quarto de século, foram 3.397 policiais mortos e 15.236 feridos, nos cálculos da comissão, que contabiliza todos os casos de mortes ou ferimentos não naturais, sejam em confrontos ou acidentes de trânsito. De acordo com a PMERJ, os policiais são vítimas do mesmo cenário de violência que os demais cidadãos fluminenses - com o agravante de que, quando um agente de segurança é identificado como tal, o criminoso busca eliminá-lo.

Em nota, a corporação afirma que uma das ações principais para reduzir os danos aos policiais é trabalhar para ampliar o policiamento ostensivo de uma maneira geral e, assim, "dar mais segurança aos cidadãos e aos policiais".

⁷ Apresentaremos ao longo da dissertação notícias na Mídia como epígrafe ao tema a debater no respectivo capítulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44733288> Acessado em 03 de abril de 2022.

Entre as ações tomadas neste sentido, a Polícia Militar cita a aquisição de novas viaturas, o retorno do Regime Adicional de Serviço (uma espécie de hora extraoficial) e treinamentos específicos voltados para reduzir comportamentos que podem colocar policiais em risco - como, por exemplo, um curso voltado para treinar o porte velado de armas durante horários de folga. "Além disso, todos os policiais militares de unidades da Região Metropolitana estão autorizados a utilizar seus coletes balísticos em dias de folga", diz a nota da PMERJ. Assim como Vaz, Cabral acabou trabalhando em uma UPP, a da Vila Cruzeiro. E, assim como o amigo, também saiu precocemente, após ter a perna esquerda amputada. Em janeiro do ano passado, foi atingido por uma granada em confronto com traficantes na favela, e só sobreviveu porque sua equipe o socorreu e estancou o sangramento com um torniquete mesmo sob intensa troca de tiros. Sobrou "só um palmo de perna", conta ele.

"Em menos de um ano, eu fui o décimo da equipe (de 23 pessoas) a ser ferido. Tinha tiroteio pelo menos três vezes por dia", diz Cabral, que à época tinha 28 anos. Ele completou seus seis anos de polícia no hospital. "Foram 25 dias internado, cinco cirurgias, três paradas cardíacas, doze bolsas de sangue e quatro colônias de bactéria", enumera.

Cabral foi pentacampeão carioca de taekwondo e ensinou a luta para mais de 200 crianças na primeira UPP em que foi lotado, no Morro do São João, na zona norte do Rio. "Naquela época, ainda tomávamos café com os moradores e dávamos aulas em projetos sociais", lembra ele. "O meu melhor chute era a perna esquerda". A perna foi substituída por uma prótese.

"Eu já tinha aceitado que morreria em breve. Sabia que mais cedo ou mais tarde uma daquelas munições ia me acertar. Por eu estar conformado, perder uma perna não foi nada para mim", diz.

No Brasil, é no contexto de uma sociedade violenta que a polícia tem que atuar. A América Latina concentre a maior parte de crimes violentos no mundo e provavelmente, devidos à grande quantidade de confrontos, os maiores índices de letalidade policial.

Segundo Piovesan (2014) nas pesquisas sobre países mais violentos no mundo, o Brasil frequentemente encontra-se entre os dez primeiros, com a taxa

de homicídios cinco vezes mais altas que a média mundial, dos vinte países mais violentos do mundo, dez destes países são países localizados na América Latina desde sempre caracterizada por apresentarem grande desigualdades sociais e econômicas, elevado grau de exclusão e violência ao qual se somam democracias em fase de consolidação. Ainda hoje, convivendo com as reminiscências do legado dos regimes autoritários ditatoriais, com uma cultura de violência e de impunidade, com a baixa aquisição dos direitos fundamentais e com a precária tradição de respeito aos direitos humanos. (Piovesan, 2014)

O Instituto de Segurança Pública⁸ (ISP), criado pela Lei nº 3.329, de 28 de dezembro de 1999, é uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro. O ISP desenvolve metodologias de análise de dados relativos à Segurança Pública, principalmente os dados relacionados à criminalidade, mortes violentas e relacionados à presença de armas de longo alcance no Rio de Janeiro e números de policiais mortos e feridos. Este instituto produz informações e dissemina pesquisas e análises com vistas a influenciar e subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas

Segundo os relatórios do ISP de 2022, no ano passado, em 2021, as mortes de policiais durante a folga (47) aumentaram em relação a 2020, enquanto as mortes de policiais em serviço (17) diminuíram. As circunstâncias das mortes destes profissionais se dividem em Letalidade Violenta (48), acidente (5) e suicídio (11). Dessas categorias, apenas as mortes por acidente apresentaram redução em relação ao ano de 2020. O número de suicídios cometidos apresentou tendência de crescimento nos últimos anos e o valor observado (11 casos) em 2021 foi o maior desde o início da série histórica monitorada desde os anos 2000. Avaliando separadamente as causas das mortes de policiais militares e civis, foi constatado que a maior parte delas

⁸ Disponível em: <http://isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=1> acesso em 29 de março de 2022, grifo nosso

ocorreu durante a folga: 15 policiais militares foram mortos em serviço e 40 durante a folga.⁹ (ISP, 2022)

A atividade policial militar no Rio de Janeiro tem características e com números de policiais mortos e feridos que poderiam ser comparadas às encontradas nas aplicações dos efetivos militares ocorridas em alguns países em guerra (Maia, 2018; Araújo, 2021). A gravidade do cenário gera impactos negativos para as instituições e para a sociedade.

Na pesquisa sobre vitimização policial no Rio de Janeiro realizada por Araújo (2020) no breve período estudado, entre os anos de 2017 e 2018, com o público específico de policiais militares, foram analisadas 445 ocorrências, sendo 170 resultantes em mortes e 275 feridos, segundo o autor, “todos consequentes de ação criminosa. Como exemplificado em números, esta realidade é incomparável com qualquer força policial no mundo”. (Araújo, 2020 p. 106)

Assim, apesar de estarmos em estado democrático de Direito, ser signatário das convenções internacionais e a vida cotidiana acontecer (para uma parte da população), aparentemente no Rio de Janeiro, não estamos em uma guerra, apesar de todos os indícios que os pesquisadores usam para classificar países em guerra. Moura¹⁰ (2005) formula o conceito de “novíssimas guerras” para explicar a aparente contradição acima e ainda encontramos alto número de homicídios por habitantes (acima de 20 homicídios por 100 mil habitantes), grande apreensão de armas de guerra utilizados pelos criminosos (fuzis e metralhadoras de longo alcance), armas estas também utilizados como meio de trabalho cotidiano nas forças policiais em meio urbano nas comunidades do Rio de Janeiro. Podemos concluir que, locais com alto índice de criminalidade,

⁹Disponível em: https://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SN2021_rev.html acesso em 29 de março de 2022

¹⁰ Para Moura (2005) assistimos atualmente a um novo tipo de conflitualidade violenta, denominada pela autora de “novíssimas guerras”. Será definido por ter características, actores e estratégias específicas, que se manifestam em micro espaços urbanos de países que vivem oficialmente em paz. Um dos exemplos estudados pela autora deste novo tipo de conflitualidade é o Brasil e, em particular, a cidade do Rio de Janeiro: “O país não vive um conflito armado ou uma guerra considerada tradicional, mas apresenta índices de violência directa ou de mortalidade provocada por armas de fogo muitas vezes superiores a regiões que são devastadas por conflitos armados declarados”. (Moura.2005. p.71)

confrontos e com armas de grande poder de letalidade, provocam “baixas” nos dois lados.

Maia (2018) afirma em seu estudo sobre vitimização policial nos policiais no Rio de Janeiro em 2018, que os ferimentos por arma de fogo foram o principal mecanismo de injúria em serviço entre os policiais deste estado, ocorreram com mais frequência com profissionais de segurança do sexo masculino, com idade aproximada de 31 anos. Segundo a autora, as circunstâncias de maior risco foram: ações de prisão e confrontos com criminosos; respostas a chamados policiais para verificação de perturbação à ordem; e em situações de guerra. (Maia, 2018)

Já Coelho (2017) em sua pesquisa busca compreender quais foram os fatores históricos que influenciaram as taxas de violência atuais e quais as consequências para a atividade policial e para a população fluminense. Segundo os muitos estudos realizados sobre a segurança pública neste estado, até a década de 80, o Rio de Janeiro apresentava taxas de homicídios por mil habitantes próximas às taxas encontradas no resto do Brasil. Foi na década de 90, que houve o maior aumento na violência encontrada no estado, onde a disputa pelo controle territorial por grupos armados passou a ser o cotidiano das favelas, periferias e espaços urbanos. Por serem crimes com obrigatoriedade de notificação policial e terem consequências nos sistemas de saúde, este índice serve como referência para indicar a violência de um local, assim números altos de homicídios geralmente vem acompanhados de taxas relativamente altas nos demais crimes, chegando a representar quase 10% de todos os casos ocorridos por esse tipo de morte no Brasil, em 2015. (Coelho, 2017.p.21-22)

Entretanto, segundo Maia (2018), importa ressaltar que não é possível conhecermos a real magnitude de ocorrência dos homicídios por fatores tais como a subnotificação e pela inconsistência deste registro nas fichas de notificação compulsória dos acidentes e violências no que se refere à violência extrafamiliar, como é o caso da violência decorrente de criminalidade em homens adultos de 20 a 59 anos. Para a autora, em que pese os números já alarmantes, tais fatos representam “uma grande restrição à real compreensão sobre os

impactos dos ferimentos por arma de fogo na população brasileira". (Maia, 2018. p.16)

Brito (2017. p.19) ao analisar estudos sobre agressões a policiais, afirma que "os policiais que trabalham em departamentos policiais situados num contexto ambiental com elevada taxa criminal, desvantagens estruturais e desigualdade, estão mais expostos a situações de risco e por isso mais propensos a situações de violência". E ainda conclui que, locais com taxas de crime elevadas implicam inevitavelmente um aumento da ostensividade policial, e, conseqüentemente esse fato propicia o encontro entre as forças de segurança e os criminosos, aumentando assim a hostilidade e risco de violência contra os policiais, pois nesses locais, presença da polícia não é desejada. (Brito, 2017)

Já Coelho (2017) estuda a relação entre a morte de um policial em serviço e o risco de um aumento de mortes de civis na semana seguinte ao evento. De acordo com sua pesquisa, o risco aumenta em 125% as chances de um cidadão morrer em decorrência de operações policiais nos sete dias posteriores. A solução encontrada pelas instituições policiais para lidar com as agressões a seus profissionais será muitas vezes o "recurso de mobilização policial e uso excessivo da força como resposta, tendo como conseqüências mais mortes tanto de policiais como causadas por eles". (Coelho, 2017, p.29)

Essa reiterada exposição à violência terá impacto nos profissionais que trabalham nas forças de segurança. O risco cotidiano que correm estes profissionais marca de forma permanente suas relações de trabalho, ocorre que, para além de ser um traço característico ou inerente à profissão de policial militar, o risco pode ser potencializado em função da adoção de determinadas estratégias de administração de conflitos e reiterada afirmação de discursos no ambiente militar que incentivem o enfrentamento bélico potencializando a vitimização policial. (Joly, 2017; Minayo, 2008)

A experiência com violência faz parte da rotina policial. Contudo, nem todas as agressões são percebidas como estressante ou traumatizante. Para Zietlow (2016), a atitude pessoal ao lidar com a agressão parece o indicador necessário sobre quando procurar um profissional, assim como o discurso sobre

como a cultura policial entende as relações entre a atividade policial e a violência pode ser trabalhada para permitir que um ambiente de apoio se desenvolva.

Esse cotidiano de confronto também se reflete nas pesquisas sobre a saúde mental dos profissionais de polícia que atuam no Rio de Janeiro. No artigo de Dias Campos et al., 2021, os dados recolhidos em avaliações periódicas de saúde de polícias, possibilitaram identificar a incidência de TEPT (16,9%) e de TEPT parcial (26,7%) em toda a corporação. (Dias Campos et al, 2021)

Se ser policial já seria uma profissão estressante que traz mais impactos à saúde mental, ao exercê-la no Rio de Janeiro, deveria ser imperativo aumentar as medidas e programas de apoio para dar suporte a este profissional.

Este profissional, então tem sobre si “duas camadas de direitos”, enquanto cidadão e como profissional. A primeira centrada nas garantias e direitos individuais de qualquer cidadão, e o segundo, traz a discussão para o campo dos direitos do profissional das forças de segurança. Redobrando a responsabilidade da instituição em construir políticas de saúde ocupacional, disponibilizar equipamentos de proteção adequados para garantir sua segurança e estratégia para reduzir o risco à que estão cotidianamente expostos e, por consequência, reduzir a vitimização profissional.

2.4. BUROCRATAS DE RUA, COMO O TEMA DA VITIMIZAÇÃO ENTRA PARA A AGENDA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO

Michael Lipsky, no livro “Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos” (2019), afirma que professores, juízes, policiais e assistentes sociais, apesar de terem diferentes funções no serviço público podem ser classificados em uma única categoria, a de “burocratas a nível de rua”. Estes profissionais representam a face visível do Estado, e será por meio da interação com eles e de sua discricionariedade que os cidadãos poderiam ter seus pleitos atendidos ou negados, através do recebimento de benefícios ou sanções, direitos adquiridos e desigualdades reduzidas. Apesar de Lipsky (2019) classificar as interações como complexas, elas estão marcadas por um paradoxo. Por um lado, o trabalho desses profissionais é realizado através do

desenvolvimento de rotinas de prática e psicologicamente simplificando a interação entre seu cliente e o ambiente. Por outro, o trabalho dos burocratas a nível de rua requer improvisação e capacidade de resposta para cada caso, individualmente. Tal gera o seguinte questionamento: como tratar os cidadãos igualmente em suas reivindicações ao governo, sem deixar de ouvir e atendê-los em suas demandas individuais?

Não há como pensar em políticas públicas sem levar em conta o maior contingente de funcionários que representam a face do governo. Portanto, oferecer um bom ambiente de trabalho, monitorar a satisfação e engajamento e pensar em políticas de proteção de direitos a esses profissionais seria mais do que desejável, já que a interação entre os cidadãos e esses profissionais podem definir a forma como a população interage com o governo e, posteriormente, essa interação será expressa no voto de apoio ou de insatisfação com os dirigentes. (Lipsky, 2019)

Araújo (2020) constata que “a grande maioria das ocorrências policiais são de caráter assistencialista, como por exemplo, prestação de informações, atendimento de parturientes, auxílio a crianças ou a idosos e perturbação de sossego. Os policiais militares devem saber reagir de acordo com a ocorrência apresentada, que poderá variar de uma intensa troca de tiros, em inferioridade numérica e bélica, até uma simples prestação de informações”. O autor pondera ainda sobre a versatilidade de funções que um policial desempenha e afirma a importância da transformação do conceito de “soldado policial” para o de “técnico em segurança pública”, preparando o policial não só para o atendimento em ocorrências e eventualmente combate, mas para atender a todos os tipos de prestação de serviços. (Araújo, 2020 p.73)

Para Rodrigues (2018), uma crítica que alguns gestores, administradores e estudiosos fazem sobre a comparação dos dados relativos à vitimização policial, acidentes de serviço e a taxa de suicídio em relação à população ou com outras profissões. Argumentam que outros ofícios podem ter taxas maiores ou até que as referidas estatísticas encontradas nas instituições policiais possam ter diminuído nos últimos anos. Acontece que com a profissão de policial, há uma exigência todos os dias pela própria natureza do serviço, do uso máximo de suas

valências profissionais. E será no momento de sua atuação que a face democrática e a “mão de força” do Estado se personificam na frente dos cidadãos. Sem falar nas possíveis consequências de se “invisibilizar” um policial sem as mínimas condições de trabalho e convívio social e familiar, portando sua arma de fogo diuturnamente. (Rodrigues, 2018)

A incorporação de procedimentos voltados ao controle e monitoramento dos indicadores relacionados ao adoecimento ocupacional e a adoção de medidas preventivas no âmbito da gestão de saúde e segurança no trabalho demonstram preocupação da gestão com seus servidores e ajudam a desenvolver uma consciência coletiva de respeito à sua integridade física. Mais do que uma escolha da organização, oferecer um ambiente minimamente seguro aos servidores é um direito fundamental de todos os trabalhadores. (Maia, 2018; Minayo, 2008; Brito, 2017)

No Brasil, assistimos nas duas últimas décadas, o tema da vitimização policial ser alçado à agenda política, à discussão pública, dado aos altos números de sua ocorrência. A rotina de policiais feridos, incapacitados e mortos, ou seja, as consequências de uma rotina de confrontos é uma realidade que a Polícia tem de lidar. Estes números causam impacto, preocupação institucional de ações para reduzir sua incidência e nos últimos anos, foram realizadas ações que procuram resguardar os direitos. Uma das definições mais conhecidas do que seriam políticas públicas seria a escolha do governo realizar ou não realizar determinadas ações perante um problema público, distribuindo estas ações, em um processo carregado de múltiplas escolhas, interações, através de um conjunto de decisões e ações.

Para qualquer elaboração de uma política, primeiro é preciso conhecer a realidade dos seus componentes, assim eram solicitados dados sobre características institucionais, quantitativos e alguns relativos ao número de mortos e feridos nas instituições de segurança pública de todo o país. Através da publicação anual dos relatórios consolidados com dados, relativos à vitimização, foi possível comparar as taxas entre as diferentes regiões brasileiras e acompanhar historicamente sua evolução ao longo de um determinado período. Este fenômeno se torna visível, quantificável, através do número de

policiais mortos e feridos e em serviço ou em folga nas corporações. Porém, sua discussão se dá em torno da operacionalidade e da política de segurança orientada pelo confronto e não no eixo da saúde.

Nestes relatórios, os dados relativos à saúde ocupacional não são contabilizados e não são nem sequer incluídos para a prevenção a vitimização, portanto, é deixado de fora um grande eixo que deveria ser priorizado, o eixo ligado a saúde ocupacional e dificulta a implementação de ações institucionais como resposta a estes agravos. Encontramos ainda mais problemas, atualmente, na falta de notificação compulsória, informatizada e sistematizada sobre vitimização policial, acidentes de serviço, e dados sobre saúde ocupacional, entre os policiais militares, representa a principal dificuldade para o conhecimento da real magnitude deste problema. (Maia, 2018)

Os primeiros estudos realizados no Rio de Janeiro sobre vitimização buscavam definir o conceito de vitimização policial e foi realizado dentro da polícia para conhecer as circunstâncias, localização, horário e dia da semana de maior ocorrência (Muniz, 2011). Voltados para o aprimoramento técnico e operacional (Muniz e Soares, 1997), posteriormente, surgiram os estudos que tinham como objeto a saúde ocupacional, (Minayo, 2011) expandindo o conceito de vitimização para um conjunto de ações que incluíam os campos da saúde do trabalhador e suas subáreas: políticas institucionais de recursos humanos, ações de voltadas para a prevenção de riscos e agravos de sua saúde física e mental.

Em um segundo momento podemos identificar como marco regulatório a promulgação de legislação específica à área de qualidade de vida e convênios federais como indutores de políticas públicas para a redução da vitimização e implementação de programas voltados para a saúde ocupacional.

Em terceiro momento, em 2019, foram realizados estudos que resultaram na elaboração proposta de um programa voltado para a prevenção e redução de vitimização e diretrizes institucionais que buscavam reduzir os casos de vitimização e mitigar os danos nas situações ocorridas, como por exemplo, o Núcleo de Apoio ao Policial Militar Ferido (NAPMF) (cf. Anexo I), e na área da Psicologia, a Instrução Normativa SEPM nº044, de 24 de março de 2021, irá estabelecer as diretrizes para o Protocolo de Avaliação Psicológica Pós

Confronto no âmbito da Polícia do Estado do Rio de Janeiro (cf. Anexo II). A instrução Normativa (IN) estabelece que o policial que tenha passado por uma ocorrência com vítimas, seja ela civil ou militar, terá que passar por uma Avaliação Psicológica, além de estabelecer fluxo e o protocolo de atendimento.

Segundo legislação publicada pela PMERJ, o policial que foi ferido em serviço e considerado inválido ou será aposentado por invalidez permanente, portanto, incapaz de fornecer meios de subsistência, de acordo com o artigo 81 terá direito a:

- Seguro de Acidentes Pessoais: Este seguro é destinado aos policiais militares da ativa que adquirirem Invalidez Parcial (IPA) ou Invalidez Permanente por Acidente e Morte Acidental (MA). (folder em anexo)
- Além do seguro será pago um Auxílio Invalidez (Lei nº 6.764, de 2 de maio de 2014): Nos termos do artigo 1º, o policial militar que foi ou será aposentado por incapacidade permanente e considerado inválido, por paraplegia ou tetraplegia, bem como amputação de membro(s) superior(es) e/ou inferior(s), resultante(s) de acidente de trabalho, total e permanentemente impossibilitado de exercer qualquer atividade laboral, não podendo prover os meios de subsistência. O valor do benefício é de R\$3.000,00 (três mil reais) e deve ser pago mensalmente.

O atendimento do NAPMF é realizado na Diretoria de Assistência Social com agendamento prévio ou por meio dos núcleos descentralizados. O Núcleo de atendimento aos policiais feridos é composto por equipe especializada, e tem como objetivo promover o desenvolvimento profissional dos policiais militares por meio de ações que contribuam para o acesso dos policiais militares acidentados a recursos, benefícios e direitos sociais. A equipe é composta por assistentes sociais, agentes sociais e administrativos. Além dessas ações é disponibilizado atendimento psicológico para estes policiais e sua família. Já no Protocolo de Avaliação Psicológica após Confronto da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o Serviço de Psicologia avalia o policial e sua equipe quando existe a ocorrência de morte de um policial ou de um civil, buscando intervir e encaminhar os casos em que há a necessidade de intervenção psicológica.

Ainda sobre a pesquisa de análise sobre a vitimização policial de Araújo (2020), nos anos de 2017 e 2018, em que pese todos os dados alarmantes apresentados nesta dissertação, especificamente no Rio de Janeiro, estamos em um bom momento nos últimos anos devido à diminuição de diversos índices criminais, inclusive os de vitimização policial:

A queda de 38% dos casos em relação ao ano de 2018 é significativa, segundo dados da própria PMERJ. Estes resultados se devem a um conjunto de medidas implementadas na corporação e por parceiros voluntários, que mesmo sem a devida coordenação, engajamento social e corporativo, já podem ser observados importantes avanços”. (Araújo, 2020 p.96)

Outro ponto a ser ressaltado também no Rio de Janeiro, nos últimos anos foi a criação da Comissão de Análise da Vitimização Policial, pela PMERJ¹¹, somando forças com ONGs como ASTSA (Associação Somos Todos Sangue Azul) e Heróis do Rio¹², juntamente com ações institucionais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos, Divisão de Assistência Social (especialmente o Núcleo de Atendimento a Policiais Feridos) e Diretoria Geral de Saúde (especialmente Hospital Central da Polícia Militar, Núcleo de Psicologia e o Centro de Reabilitação e Fisioterapia), bem como suas divisões e seus profissionais que por natureza de suas funções, são responsáveis por ações, programas, estudos e apoio direto aos policiais vitimados.

O resultado deste percurso foi a inclusão de uma política de vitimização policial (contendo um estudo técnico sobre o tema e tendo como objetivo a redução do número de policiais mortos e feridos) nos planos de governo estadual e no planejamento estratégico da Secretaria Estadual de Polícia Militar de 2020-2024.

Assim, em que pese a agenda governamental ser limitada por recursos, pela possibilidade de atender a todos os atores e principalmente em um problema complexo como a vitimização policial, uma série de acontecimentos

¹¹Disponível em: <http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/vitimizacao-de-policiais> Acessado em 03 de abril de 2022.

¹²Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3BAqgahyFoY> Acessado em 03 de abril de 2022.

(ou múltiplas janelas de oportunidade) ocorreram a ponto de assumir uma dimensão e relevância crítica que ele não pode ser mais ignorado pelas autoridades.

Como já visto, o grande número de policiais vitimados então não é recente e diversas ações institucionais estaduais, nacionais e de iniciativas individuais dos profissionais que integram essas instituições, há pelo menos uma década, já foram iniciadas para tentar mitigar essas causas. Desta forma, todos esses programas precisam estar disponíveis para o profissional de forma a investir na prevenção e oferecer tratamento sempre que o policial necessitar de um acompanhamento mais específico. A atividade da polícia não pode ser desvinculada da política, e será sempre monitorada e acompanhada pelo governo de forma a propor medidas para sua mitigação.

3. UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BASE DE DADOS DA RCAAP

Este capítulo irá tratar da revisão sistemática de literatura. Objetiva-se conhecer e sistematizar as pesquisas que tenham como tema “polícia” e “saúde mental” e que tenham sido indexadas no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), base de dados que reúne documentos de pesquisa acadêmica em Portugal.

De acordo com Koller, Couto e Hohendorff (2014), a proposta de uma revisão de pesquisas feita de maneira sistemática surgiu no final da década de 1970 e se refere ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos (Koller, 2014). A escolha da base de dados RCAAP justifica-se por ser o portal de referência para publicação de pesquisa em Portugal e o portal onde são publicados os estudos realizados no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

A busca foi realizada entre abril e maio de 2021 e foram incluídos os seguintes documentos: artigos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento sem intervalo temporal. Uma maneira de definir as palavras-chave é procurá-las em *thesaurus* ou banco de terminologias (Koller *et al.*, 2014). O objetivo principal da utilização de um banco de terminologias é a realização de uma busca rápida e bem-sucedida de publicações acadêmicas. A unificação de terminologias favorece o diálogo entre a comunidade científica, à medida que inibe a proliferação de diferentes conceitos para retratar um mesmo fenômeno (Koller, 2014: p. 61)

A primeira busca de pesquisa foi realizada com as palavras-chaves: **vitimização** e **vitimização policial** e **saúde mental**. As palavras chaves foram incluídas no campo descrição e com o operador booleano **E**. Esta ação não encontrou nenhum documento que relacionasse os dois termos. Utilizando-se os termos **vitimização** e **polícia** no campo descrição, foram encontrados 22 documentos. Destes, cinco (05) eram ligados diretamente à prevenção operacional à vitimização. Tais trabalhos excluía a dimensão da saúde mental, tema importante para esta dissertação. Dessa forma esse caminho foi descartado e proposto outro. Ampliou-se a pesquisa no portal RCAAP e optou-

se pela redefinição das palavras-chave e a busca dos termos: **polícia e saúde mental**, por acreditar que os agravos em saúde mental destes profissionais seriam discutidos nestes trabalhos.

Para a composição da base de dados da pesquisa, foram realizadas a equivalência de termos com base no *Thesaurus EuroVoc* com objetivo de unificar e ampliar as buscas em literatura especializada em português (polícia e saúde mental), francês (police e santé mentale), inglês (mental health and police) e espanhol (policía e salud mental).

A busca resultou em 79 (setenta e nove) documentos, reduzidas as 15 (quinze) duplicidades, restaram 64 (sessenta e quatro) publicações. Em seguida foi realizada a análise de pertinência temática das publicações por meio da leitura do resumo. Foram aplicados os seguintes critérios: (a) o trabalho discute a saúde mental dos policiais? (b) o trabalho apresenta dados de pesquisa original?; (c) o trabalho discute organizações policiais?

O processo resultou na exclusão de vinte e sete (27) publicações por não atenderem os critérios acima, após a análise de pertinência resultou em trinta e sete (37) publicações para serem analisadas através de um formulário próprio para extração de dados pertinentes (cf. Anexo III).

RCAAP= 80

Referências potencialmente relevantes N = 68

Removidos Não atenderam os critérios de inclusão N = 43

Banco de dados final N = 37

Ao analisar os documentos que discutem **trabalho policial e saúde mental** foram encontradas dezessete (17) pesquisas realizadas no campo da psicologia, sendo este o campo mais prevalente para os estudos em saúde mental e polícia: Andrade e Souza, 2010; Assis e Silva, 2019; Castro, 2010; Dias Campos, Chambel, Lopes e Dias, 2021; Fernandes, Marques e Castilho, 2013; Maia, 2018; Manzochi, 2014; Minayo et al, 2011; (Queirós, Passos, Bártolo, Faria, Fonseca, Marques, da Silva e Pereira, 2020- A e B); Silva, 2016; Silva,

Fabbro e Heloani, 2009; Silva e Vieira, 2008; Souza, 2013; Spode, 2004; Spode e Merlo, 2006; Vale et al., 2015).

Seguido por Saúde Pública com quatro (4) documentos e as demais pesquisas foram realizadas nas seguintes áreas de conhecimento:

Administração, Antropologia, Ciências Policiais, Educação Física, Educação, Enfermagem, Engenharia de Produção, Gestão de Políticas Públicas, Psiquiatria, Sociologia (Aldé, 2003; Almeida, 2012; Branco, 2020; Cândido, 2013; Carneiro e Santos, 2019; Carvalho, 2016; Castro, 2010; Civil, 2001; Fernandes et al, 2013; Maia, Nóbrega, Marques-Portela, Mendlowicz, Volchann Coutinho, e Figueira, 2015; Nascimento et al., 2020; Oliveira e Santos, 2010; Paixão, 2013; Pereira, 2009; Perez, 2014; Perez e Bensenor, 2015; Poiares, 2018; Prisciliano, 2014; Sartori, 2006; Silva et al., 2009; Soares, 2013).

Sobre a área de pesquisa, ao analisarmos a base de dados, observamos que parte significativa das pesquisas, com vinte e quatro (24) documentos, ocorreram nos últimos dez anos. Podemos observar um interesse crescente pelo tema da segurança pública e saúde mental nos últimos anos. Foram encontrados artigos em português e inglês, e não foram encontrados artigos em outros idiomas. O tipo de documentos mais encontrados divide-se em dezoito (18) dissertações de mestrado, dezesseis (16) artigos e três (03) teses de doutoramento.

Das pesquisas que possuem como objeto os temas saúde mental e polícia, trinta e quatro (37) são pesquisas empíricas, sendo que a maioria delas (17) estão sendo produzidas predominantemente na área de Psicologia (Andrade e Souza, 2010; Assis e Silva, 2019; Castro, 2010; Dias Campos et al. 2021; Fernandes et al. 2013; Maia, 2018; Manzochi, 2014; Minayo et al. 2011; Oliveira, 2019; Queirós et al. 2020; Silva e Vieira, 2008; Silva, 2009; Silva, 2016; Souza, 2013; Spode e Merlo, 2006; Spode, 2004; Vale, et al.2015).

Os campos empíricos são realizados no Brasil e em Portugal (Aldé, 2003; Almeida, 2012; Andrade e Souza, 2010; Assis e Silva, 2019 ; Branco, 2020; Cândido, 2013 ; Carneiro e Santos, 2019; Carvalho, 2016; Castro, 2010; Civil, 2001; Dias Campos et al., (2021) ; Fernandes, 2010; Fernandes et al., (2013); Maia et al, 2015; Maia, 2018; Manzochi, 2014; Minayo et al, (2011) ; Nascimento

et al, 2020; Oliveira e Santos, 2010; Paixão, 2013; Pereira, 2009; Perez e Bensenor, 2015; Prisciliano, 2014 ; Queirós et. al, 2020 ; Sartori, 2006; Silva et al., 2009; Silva e Vieira, 2008; Silva, 2009; Silva, 2016; Soares, 2013; Souza, 2013; Spode e Merlo; 2006, Spode, 2004; Vale, et al. 2015).

Nos documentos pesquisados, a metodologia de coleta de dados para sistematizar os agravos em saúde mental mais frequente, encontrada em vinte e nove (29) documentos, foi através da entrevista clínica (individual com entrevista de roteiro semiaberto individual e ou com entrevista de roteiro fechado). (Manzochi, 2014; Spode, 2004; Civil, 2001; Carneiro e Santos, 2019; Pereira, 2009; Sartori, 2006; Assis e Silva, 2019; Branco, 2020; Cândido, 2013; Fernandes et al., 2013; Oliveira e Santos, 2010; Perez e Bensenor, 2015; Prisciliano, 2014; Queirós et al, (2020); Soares, 2013; Souza, 2013; Carvalho, 2016; Nascimento et al, 2020; Ferraz, 2018; Maia et al, 2015; Maia, 2018; Paixão, 2013; Silva et al., 2009; Aldé, 2003; Minayo et al, 2011; Spode e Merlo, 2006). Duas foram realizadas com Grupo focal com roteiro semiaberto (Andrade e Souza, 2010; Castro, 2010).

3.1. SOBRE O CAMPO, INSTITUIÇÕES E TAMANHO DAS AMOSTRAS

A maior parte dos estudos encontrados na base de dados foi realizada no Brasil com vinte e nove (29) publicações e oito (8) estudos realizados em Portugal.

Como objeto de estudos podemos definir ou o profissional, a instituição ou a relação entre eles, portanto vinte pesquisas tiveram como objeto a Polícia Militar, seis a Polícia Civil, um a Polícia Federal e três a Guarda Municipal.

Dos artigos que têm uma instituição policial como campo empírico em Portugal, sete (7) optaram pela Polícia de Segurança Pública. Nos dois artigos de Queiróz, foram realizadas pesquisas para mensurar os níveis de burnout, estresse operacional e angústia nos policiais da PSP e da adequação do instrumento para medir estresse policial operacional, além de apresentar uma revisão bibliográfica dos instrumentos descritos pela literatura científica utilizados para medir estresse ocupacional entre policiais, segundo os autores,

poucos estudos estão adequados as instituições policiais e usam questionários específicos para a atividade policial.

Nos estudos citados em uma revisão de literatura, por Queiroz et al, 2020, os tamanhos das amostras foram principalmente abaixo de 500 participantes e foram desenvolvidos principalmente na última década nos Estados Unidos e no Brasil, mas também em outros 24 países, mostrando a extensão do interesse pelo tema. Apesar do significativo aumento na produção científica no Brasil, relacionada ao tema da segurança pública e saúde mental e a crescente preocupação a respeito da temática da violência como questão de saúde pública, a partir do ano 2000, Minayo, et. al. (2011) observa que a produção acadêmica científica disponível nas bases abertas de pesquisa ainda é pouco expressiva, se comparados à relevância do tema (Minayo, et.al, 2011).

As pesquisas empíricas têm como participantes policiais militares, policiais civis, policiais federais, guarda municipais e profissionais de segurança pública (Aldé, 2003; Almeida, 2012; Andrade e Souza, 2010; Assis e Silva, 2019; Branco, 2020; Cândido, 2013; Carneiro e Santos, 2019; Carvalho, 2016; Castro, 2010; Civil, 2001; Dias Campos et al., 2021; Fernandes, 2010 Fernandes et al., 2013; Maia et al, 2015; Maia, 2018; Manzochi, 2014; Minayo et al, 2011; Nascimento et al, 2020; Oliveira e Santos, 2010; Oliveira, 2019; Paixão, 2013; Pereira, 2009; Perez e Bensenor, 2015; Poiars, 2018; Prisciliano, 2014 ; Queirós et al, 2020; Sartori, 2006; Silva et al., 2009; Silva e Vieira, 200; Silva, 2009; Silva, 2016; Soares, 2013; Souza, 2013; Spode e Merlo; 2006, Spode, 2004; Vale, et al. 2015).

3.2. ANÁLISE QUALITATIVA DOS TRABALHOS ENCONTRADOS

Para Silva (2009), os estudos na área da vitimização e saúde mental devem ter como foco a atuação dos profissionais, seja no âmbito da prevenção e repressão aos crimes, seja pelo impacto que suas ações podem provocar na sociedade. Segurança e violência são temas amplamente discutidos na imprensa ou na academia, em que pese a crescente preocupação a respeito da temática da violência como questão de saúde pública. ainda para o autor,

podemos observar poucos estudos sobre a atividade policial e policial como sujeito, na produção científica formal e acessível à comunidade acadêmica, bem como, sobre a incidência de trabalhos cujo tema relaciona-se ao trabalho do policial como precipitador de sofrimento psíquico e implicações na saúde mental do trabalhador. (Silva, 2009)

Sobre o aumento das pesquisas nessa temática, Minayo et al. (2011) afirmam que, os agravos à saúde dos policiais ultimamente e cada vez mais, tem sido objeto de estudos e atenção dos governos, das instituições ou dos pesquisadores. A maior parte dos estudos em saúde mental e segurança pública publicados, contudo, se resumem à fase inicial de diagnóstico situacional. Em que pese a existência (relativamente recente de forma instituída como setor) de programas de prevenção em saúde ocupacional e saúde mental nas instituições policiais, esses programas (quando) são descritos nos documentos, o são de forma pouco detalhada e talvez não haja ainda, tempo hábil para se publicarem estudos sobre avaliação dos mesmos nos documentos pesquisados.

Uma das hipóteses para tal fato, pode ser a vulnerabilidade (do mau) uso dos dados encontrados pela mídia, as instituições (geralmente) herméticas à academia, o reconhecimento recente do campo das ciências policiais enquanto área de estudos e principalmente, a consolidação do campo da saúde mental dentro das instituições e da valorização do profissional como prioridade no planejamento estratégico.

No Brasil, talvez devido ao maior foco da mídia sobre as questões sobre violência e saúde dos policiais, podemos encontrar alguns artigos com recomendações de programas de prevenção e avaliação sobre temas relacionados à saúde ocupacional (Minayo et al., 2011). Os mais comumente encontrados no Brasil, são trabalhos sobre as condições técnicas, relacionais, subjetivas, qualidade de vida, propostas para reformar as instituições, apoio social, emocional e quais as ações são necessárias para valorizar seu trabalho. (Minayo et al., 2011)

Segundo os autores pesquisados, principalmente na área de ciências policiais, (Prisciliano, 2014 e Branco, 2020) o investimento em polícia fundamenta os pilares das instituições democráticas. Concordando com Minayo

et.al. (2011), evidenciar os problemas existentes na saúde física e mental desses servidores permitirá a suas corporações traçar planos de ação que valorizem seus profissionais. Para um ganho efetivo nas ações será importante realizar uma crítica corajosa aos processos de trabalho, às condições gerais de prestação de serviços e à situação de sua vida fora da instituição (Minayo et.al, 2011).

Para Cândido (2013) é importante ressaltar que não só a exposição a esses eventos é significativa, o tempo envolvido com cada ocorrência, sua repetição também são fatores agravantes. O autor sintetiza o que os artigos pesquisados afirmam sobre atividade policial e o alto risco profissional: o combate à violência e prezar pela segurança de outrem implica em expor sua própria condição de ser humano em prol da vida e bens de terceiros, colocando em evidência a sua própria segurança (Cândido, 2013 p.41).

Para além de ser um traço característico ou inerente à profissão de policial, a noção de risco deve ser gerida institucionalmente (na formulação de políticas públicas de segurança, disponibilização de equipamentos, entre outros) e individualmente, em função da adoção de determinadas estratégias de aceitação, enfrentamento e manejo. Os policiais expostos a situações potencialmente traumáticas, não diagnosticados com estresse pós-traumático, trabalhando nas ruas sob situação de altos níveis de risco ocupacional, sentido medo de ser vitimado, representam um risco para si próprios e para a sociedade. (Pereira, 2009; Silva, 2009)

Apenas três estudos (Fernandes, 2010; Fernandes et al, 2013; e Soares, 2013) não se detiveram diretamente nas consequências psíquicas sobre o efeito do trabalho policial na saúde mental como resultado da pesquisa. Na atividade policial, o estado psíquico influencia diretamente na sua atuação profissional e na qualidade dos serviços prestados. (Almeida, 2012; Maia, 2018; Queiroz et al, 2020) Diferentemente de outras categorias profissionais, onde os riscos físicos e ambientais são mensurados e assim podem ser tomadas medidas de proteção, os riscos aos quais os policiais estão submetidos não são facilmente mensuráveis. Os policiais têm como sua principal fonte de perigo o acaso, ou seja, a maior parte das situações de que são vitimados são oriundas de ações

corriqueiras e cotidianas e as situações de interação e enfrentamento com outras pessoas. (Cândido, 2013: p. 41)

3.3. A COMPLEXIDADE DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL E OS DIFERENTES NÍVEIS ORGANIZACIONAIS

A literatura científica pesquisada para a revisão bibliográfica sobre saúde mental e polícia, reúne diferentes variáveis explicativas para conceitualizar a relação entre o trabalho e as consequências psíquicas para os trabalhadores. De forma a realizar uma melhor compreensão de um conjunto de variáveis, farei uma analogia com a relação entre violência e polícia, exposto anteriormente pelos autores Cubas, Natal e Castelo Branco (2015)

Em um texto sobre abordagens da literatura sobre violência policial, Cubas et al. (2015) classifica as explicações para este fenômeno em quatro níveis. No primeiro nível, estariam os aspectos históricos e socioculturais; no segundo, abordagens situacionais; no terceiro as variáveis institucionais e organizacionais e por último, as abordagens individuais. (Cubas, Natal e Castelo Branco, 2015)

Este sistema poderia representar uma rede de complexidade e intercomunicação entre os níveis de forma que nunca um só fator levaria a sua causa, como a adição de diversas camadas de em torno de um núcleo, porém frequentemente é apontado uma única "solução" ou intervenção para o "problema".

No campo da saúde mental, muitas vezes são privilegiadas explicações e intervenções no nível individual. Em relação às classificações sobre violência policial as abordagens individuais seriam divididas nos aspectos de saúde: as ligadas à saúde física e mental, a teoria da "maçã podre" onde características pessoais e de personalidade (autoritária) dos profissionais seriam as causas para este fenômeno. (Cubas et al, 2015:119). Outra explicação a nível individual seria a "banalidade do mal", ou seja, haveria um processo de dessensibilização em relação à violência por excesso de exposição à situações extremas (Cubas et al, 2015) O risco dessa classificação, segundo os autores, é que muitas vezes,

os comandantes justificariam os casos onde há excesso do uso da força como se fosse unicamente uma responsabilidade individual.

Em que pese as consequências das decisões individuais e da personalidade na conduta profissional, é importante ter em conta que temos alguns níveis de intervenção preventiva e de ações institucionais a serem tomadas de forma complexa e multifatorial, sob o risco de sempre reduzirmos as questões (restando nesta ótica, muitas vezes o encaminhamento para um clínico) ao nível individual.

De maneira análoga podemos utilizar os mesmos níveis de classificação de documentos que estudam trabalho policial e saúde mental, em quatro níveis de análise: 1) **organizacionais**; 2) **situacionais (ou relacionados com a tarefa)**; 3) **sociais (externos)**; 4) **individuais (ou pessoais)**. (Cubas, et al. 2015:119). Essa divisão também aparece nos estudos sobre como os fatores de estresse afetam os policiais nestas quatro categorias (Bartol & Bartol, 2018; Vieira & Fernandes, 2020). Importante esclarecer, como já foi anteriormente explicado, que as causas de adoecimento psíquico dos policiais são multifatoriais, complexas e muitas vezes é difícil apontar qual foi o fato mais prevalente. Apesar disso, a categorização tentará obedecer a priorização central dos autores propuseram como objeto do trabalho.

3.3.1. O NÍVEL ORGANIZACIONAL

No nível **organizacional**, os fatores estressores mais frequentes estão relacionados com às políticas e gestão organizacional: a estrutura formal do trabalho, podemos citar como exemplo de fatores organizacionais ou institucionais: excessiva burocracia, sobrecarga de trabalho ou má distribuição de tarefas, política de recursos humanos pouco estruturada, falta de recursos materiais ou humanos, treinamento insuficiente, acesso aos serviços de saúde, hierarquia e estruturas fixas de comando, trabalho por turnos, políticas salariais, entre outras. Estes autores colocam ênfase nos aspectos organizacionais: Manzochi, 2014; Minayo et al, 2011; Silva e Vieira, 2008; Spode, 2004; Pereira,

2009; Silva, 2009; Aldé, 2003; Andrade e Souza, 2010; Carvalho, 2016; Quiroz et al, 2020-A, Queiroz et al, 2020-B e Maia, 2018.

Quando o estresse no trabalho se torna crônico, ele acaba por afetar a saúde física e mental desses profissionais. Quando a resposta ao estresse crônico no trabalho é inadequada, o esgotamento emerge como um fenômeno ocupacional, podendo ser considerado um risco psicossocial no trabalho influenciando negativamente a saúde mental deste grupo de profissionais. Vários pesquisadores afirmam que os fatores organizacionais têm relação direta com a saúde do trabalhador e podem aumentar os riscos de vitimização, resultando em agravos à saúde do profissional de segurança pública (Andrade e Souza, 2010; Assis e Silva, 2019; Castro, 2010; Dias Campos et al. 2021; Fernandes et al. 2013; Ferraz, 2018; Maia, 2018; Manzochi, 2014; Minayo et al. 2011; Oliveira, 2019; Queirós et al. 2020; Silva e Vieira, 2008; Silva, 2009; Silva, 2016; Souza, 2013; Spode e Merlo, 2006; Spode, 2004; Vale, Maciel, Nascimento, Vasconcelos e Pimentel, 2015.)

As pesquisas publicadas por Queiroz et al (2020 A-B), em Portugal, foram principalmente orientadas para identificar os agravos relativos aos fatores organizacionais e sobre o estresse operacional e agrupa em duas grandes categorias os fatores estruturais, tais como: "má gestão e falta de recursos" e "responsabilidades e encargos". O instrumento utilizado foi o *Operational Police Stress Questionnaire (PSQ-Op)* e o PSQ-org e foram respondidos por 1131 profissionais da PSP. Segundo os autores, este teste foi validado para versão portuguesa e revelou propriedades psicométricas adequadas e confiável para este grupo de profissionais. Os resultados apresentados no artigo revelam que, após a exclusão dos pontos de corte, 88,4% dos policiais apresentaram altos níveis de estresse operacional, 87,2% apresentaram alto estresse organizacional, 10,9% apresentam valores críticos para Burnout e 53,8% apresentam enfrentamento de baixa resiliência, preferindo enfrentamento orientado para a tarefa do que para o enfrentamento emocional e evasivo. Algumas diferenças foram encontradas de acordo com sexo, idade e experiência profissional, assim como foram encontradas correlações negativas entre estresse no trabalho e esgotamento e resiliência e enfrentamento e entusiasmo

em relação ao trabalho. Os autores enfatizam a importância de se investir em saúde ocupacional dos policiais. (Queiróz et al., 2020)

Já para Fernandes et al (2013), apesar da vasta literatura existente sobre a interferência do comprometimento organizacional nas instituições de segurança pública, poucos têm sido os estudos realizados com o profissional de segurança, (podemos verificar que estes estudos têm se tornado mais frequentes nos últimos anos). O autor observa ainda que os policiais, ao relatarem sobre os fatores estressantes da profissão, frequentemente não enumeram os fatores operacionais. Para estes profissionais, a exposição a situações de extrema violência, o uso de armas de fogo e o risco de vida fazem parte da sua condição profissional (Fernandes et al., 2013).

No caso dos estudos tendo como objeto os policiais militares no Brasil, é bastante frequente o relato sobre a precarização das condições de trabalho. Os mais citados nos estudos brasileiros são: falta de equipamentos individuais de proteção e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais à exposição do risco e da falta de capacitação profissional regular pode levar a um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos profissionais (Silva, 2009). Outra preocupação frequente, seja por meio da imprensa ou da área científica, é a relação entre a atuação profissional na prevenção, repressão de crimes e os desdobramentos que as ações são capazes de provocar ou o uso da violência por parte dos policiais (Silva, 2009; Dias Campos et al, 2021; Minayo. 2013; Oliveira, 2010; Almeida, 2012; Assis e Silva, 2019; Silva e Vieira, 2008)

3.3.2. O NÍVEL SITUACIONAL OU ESTRESSORES ORGANIZACIONAIS

No nível **situacional ou relacionado com a tarefa**, são definidos como fatores políticos e ambientais temporários que influenciam a motivação dos trabalhadores, sua produtividade e sensação de sentido do trabalho. Os fatores situacionais podem ser influenciados pela função que o profissional desempenha dentro das instituições de trabalho. Neste nível também estão incluídas questões

que decorrem das funções operacionais, nomeadamente situações que exigem o uso da força, a responsabilidade de proteger os outros, tomar decisões imediatas, a exposição frequente à morte, à violência e ao sofrimento do outro e a necessidade de controlar as emoções. (Vieira e Fernandes, 2020 p. 589- 590)

Estes autores priorizam este nível em suas abordagens teóricas: Soares, 2013; Castro, 2010; Civil, 2001, Fernandes, 2010 e por último, da Andrade Carneiro e Santos, 2019.

Para exemplificar esse tipo de abordagem, Soares (2013), investigou o sentido do trabalho para servidores públicos policiais. O autor definiu o sentido do trabalho como o conhecimento sobre a realidade do trabalho e a forma como as pessoas agem em relação a ele. Esta dimensão seria um fenómeno multideterminado, social e culturalmente dinâmico e deveria incluir a mensuração de características tais como engajamento, comprometimento, bem-estar, valorização profissional. Soares, (2013) aponta para seguinte hierarquização entre esses profissionais de segurança pública: 1) Qualidade nas relações seria o fator mais importante para o sentido do trabalho ou seja, a possibilidade de desempenhar um trabalho que permita ter apoio dos chefes e boas relações com os colegas); 2) Aprendizagem e desenvolvimento, que o profissional tenha possibilidade de ao longo da carreira desenvolver habilidades, se aperfeiçoar e crescer profissionalmente; 3) Sentimento de utilidade social, sentir-se útil e que agrega contribuição à sociedade; 4) Autonomia nas decisões para solução de problemas; 5) Retidão moral, sentir que executa um trabalho moralmente justificável, que reflita a dignidade humana e realizado em um ambiente que promova a justiça e a equidade; e por último 6) Reconhecimento profissional, sentir que há respeito e a estima entre colegas e chefias, no qual seja possível ficar satisfeito com o apoio, salário e perspectivas na profissão. (Soares, 2013: p.7)

Nas instituições policiais, o **nível situacional** também inclui os **estressores operacionais** e estão relacionados, muitas vezes, com as especificidades de policiamento, a exposição a índices altos de violência ou ao exercício de funções especializadas. (Soares, 2013; Aldé, 2003; Minayo et. al, 2007)

Podemos classificar as situações operacionais como agravantes de exposição ao risco de vitimização, agressões ou a eventos traumáticos. Estressores operacionais podem ser exemplificados por trabalho em turnos, perigo e risco de lesões, incidentes críticos, traumático, matar uma pessoa em serviço, críticas dos cidadãos ao comportamento dos policiais, percepção do policiamento pela sociedade, medo do excesso e uso de força, interações agressivas, conflito trabalho-família etc. (Minayo et al. 2007)

Em relação à especificidade das funções dos policiais, para Aldé (2003) a atividade de rua e a dinâmica operacional, tais como riscos e perigos iminentes e grande parte do tempo do serviço tornam-se a razão do ser do policial. O trabalho entendido como operacional seria a essência da atividade policial. De acordo com esse pensamento e no entendimento de alguns os policiais, taxas de criminalidade elevadas, não seriam um fator que impacte na sua saúde mental ou em sua carga de trabalho. (Aldé, 2003)

3.3.3. O NÍVEL SOCIAL

No nível **social** ou externo encontramos como fatores estressores as relações sociais destes profissionais. Podemos enumerar: suporte entre pares, camaradagem, reconhecimento profissional, apoio familiar e de amigos através de suporte emocional, a interface com a justiça, a relação com os meios de comunicação e a opinião pública, assim como as imagens captadas pelos cidadãos e expostas na internet (Vieira e Fernandes, 2020). Para Cândido (2013) e Pereira (2009) estes seriam os fatores que teriam maior influência no bem-estar dos profissionais de segurança pública.

Para Spode (2004), a baixa rede de apoio social pode ser preditor para agravamento do quadro geral de saúde mental. Neste sentido, para a autora, as relações que se estabelecem entre os policiais evidenciam o papel fundamental nas vivências de prazer e de sofrimento no trabalho. Os maiores desafios seriam para que as relações intersubjetivas possam abarcar o vínculo de confiança e o reconhecimento que parecem ser influenciados pela própria forma como é organizado o trabalho e os mecanismos disciplinares, pois (ainda segundo a

autora) nas organizações policiais, quase sempre, oferece-se pouquíssimos espaços para que o trabalho e os desafios possam ser efetivamente discutidos. (Spode, 2004)

Maia (2018) irá estudar a relação entre engajamento, exaustão e suporte social e satisfação com o trabalho. A autora afirma, que o fator suporte social teria forte correlação positiva com a satisfação com o trabalho, e seria um dos mais importantes como fatores amortecedores a nível psicossocial e psicopatológico para os profissionais. Já menores níveis de intimidade e atividades sociais agravam os casos de forma significativa, apontando para maiores prevalência de psicopatologia e menor engajamento no trabalho. (Maia, 2018).

3.3.4. O NÍVEL INDIVIDUAL OU PESSOAL

No nível **individual ou pessoal**, os fatores ligados à história pregressa, suas vivências e experiências determinam a forma como o indivíduo vai se relacionar com o trabalho e com as dificuldades. Podemos incluir a personalidade, o sentimento de realização pessoal, níveis de satisfação, percepção e manejo de estresse, condições fisiológicas de saúde tais como perturbações do sono, sedentarismo, alimentação saudável, entre outras. A definição de estresse seria a combinação entre os estressores e a reatividade ao estresse, através de um estímulo e uma resposta. (Assis e Silva, 2019; Branco, 2020; Minayo et. al, 2013)

Podemos incluir nos fatores pessoais ainda, relações conjugais e familiares, predisposição a vícios e uso de substâncias psicoativas, sentimentos de desamparo, isolamento e discriminação. (Vieira e Fernandes, 2020)

Para Spode e Merlo (2006), as características pessoais devem ser consideradas ao mensurarmos predisposição ao trauma e são fatores importantes para a satisfação no trabalho. Diferentes indivíduos que executam a mesma atividade podem considerar a sua carga de trabalho sob diferentes ângulos, já que a personalidade e os ritmos influenciam diretamente na reação frente às circunstâncias. Embora a tarefa seja a mesma, a carga de trabalho é

considerada a partir da sensação de cada trabalhador. O estresse resultante de uma determinada situação é em maior ou menor grau, de acordo com a percepção e avaliação pessoal e a capacidade de compreensão da demanda. (Spode e Merlo, 2006: 363-364)

Já Almeida (2012); Andrade e Souza (2010); Assis e Silva (2019); Dias Campos et al. (2021); Fernandes et al. (2013); Branco (2020); do Nascimento (2020); Peres, (2014) Silva e Vieira (2008); Silva (2016); Souza (2013) e Vale et al. (2015), deram um enfoque maior nas consequências individuais dos efeitos dos estressores individuais sobre os profissionais.

Foram encontrados nos documentos pesquisados a prevalência dos seguintes efeitos ligados a fatores estressantes individuais. Sendo que oito deles teve como objeto Transtorno de Estresse Pós-traumático e/ou Burnout (Assis e Silva (2019), Branco (2020); Dias Campos et al (2021); Maia et al (2015); Queiróz et al, (2020-A) (2020-B), Souza (2013); Sartori (2006))

Consumo de álcool ou substâncias estupefacientes, Estresse laboral, diminuição do engajamento ou compromisso com o trabalho, Transtornos de Ansiedade, Transtorno Depressivo, Suicídio, pânico, hiper vigilância, baixo nível de realização pessoal e despersonalização também foram outros dos temas pesquisados.

O suicídio policial é uma área nestes estudos que sempre encontrou destaque, seja na investigação das causas, seja nos programas de prevenção e intervenção institucional, e na realização de autópsias psicológicas pós-ocorrência. Vieira e Fernandes (2020) referem que os fatores de risco expostos anteriormente concorrem para risco de suicídio acrescido com o fácil acesso às armas de fogo que estes profissionais possuem. Afirmam, ainda, que os estudos sobre a frequência de casos de suicídio policial e a comparação com as taxas encontradas na população em geral apresentam dados inconsistentes. (Vieira e Fernandes, 2020, p.580)

Dois artigos apresentam dados sobre os traumas sofridos pelos agentes de segurança, como consequência do trabalho e têm como campo de pesquisa o Rio de Janeiro (Minayo et al., 2011; Dias Campos et, al., 2021) Estes seriam definidos como incidentes violentos contra os profissionais, ou traumas

diretamente ligados ao enfrentamento da criminalidade e a experiência em seu trabalho diário com incidentes potencialmente deprimentes. Tais pesquisas afirmam que o trabalho policial é de risco potencialmente traumático. Relacionam as comorbidades à experiência de agressão ao profissional ou como consequência do trabalho com eventos potencialmente de risco, ou seja, são aqueles definidos como eventos que exigem intervenção policial direta após eventos violentos, tais como assistência às vítimas de acidentes físicos e agressões sexuais e contato com cadáveres. (Minayo et al, 2011; Dias Campos et al. 2021).

3.4. AS CONSEQUÊNCIAS PARA A SAÚDE FÍSICA

Nos documentos estudados, por serem da área de saúde mental, apresentam dados sobre os casos de policiais feridos ou mortos de forma não específica ou relacionada à saúde mental. A maior parte dos estudos sobre agressões e mortes dos agentes de segurança são produzidos pelas áreas operacionais das polícias, objetivando diagnosticar e acompanhar os dados do efetivo e propor melhorias na estratégia de policiamento e em manter o profissional seguro.

Dado o número de casos de policiais feridos ou mortos no Brasil, é comum estes dados serem incluídos nos estudos sobre vitimização policial de forma a explicitar os impactos destes dados no efetivo policial, tais como descritos por Minayo et. al (2011:p. 2199-2209).

Minayo et al. (2011) descrevem um grande temor dos profissionais de segurança pública sofrerem alguma lesão ao longo do tempo em que precisam trabalhar antes de irem para a reforma. Esse temor tem fundamento em relação aos dados de policiais feridos que estavam, à época da realização do estudo em acelerado crescimento. A taxa de incapacitados físicos permanentes e temporários no período de 2000 a 2004 no Rio de Janeiro, em 2000, foi de 1.118 praças e 79 oficiais e, em 2004, 3.450 praças e 211 oficiais foram enquadrados nessa situação. As taxas de lesões e traumas por agressões não fatais foram de 9,29 para a Polícia Militar, nesse mesmo ano. Ao comparar com a população da

cidade do Rio de Janeiro, a taxa de morbidade hospitalar da Polícia Militar em 2000 foi 92,90 vezes maior e supera em 27,32 vezes a taxa referida a população masculina do Brasil, indicando a vulnerabilidade dos agentes que atuam nas ruas. (Minayo et. al, 2011: 2004)

Ainda em sua pesquisa, Minayo et. al. (2011:), também identificou sobrepeso e obesidade em especial na Polícia Militar; precária frequência de atividade física e informação de elevados níveis de colesterol, especialmente na Polícia Civil. Em relação aos sintomas físicos mais frequentes encontrados: dores no pescoço, nas costas ou na coluna, problemas de visão, dores de cabeça e enxaquecas. A presença de lesões físicas permanentes foi relatada por 16,2% dos membros das duas corporações, sendo mais relevante entre os policiais militares, que também apresentam mais elevada frequência de sofrimento psíquico (SRQ-20).

3.5. SOBRE O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E VULNERABILIDADE

Os dados estatísticos encontrados nos estudos para esta revisão, ao apresentarem dados relativos à agravos físicos, muitas vezes o fazem em conjunto com estudos de diagnósticos das prevalências de transtornos mentais no efetivo policial.

Aldé (2003), em sua pesquisa com profissionais que trabalham, no Instituto de Medicina Legal (IML), 79,9% dos policiais Rio de Janeiro, responderam que tem medo de serem identificados como policiais ao utilizarem transporte público, a percepção de risco dos profissionais é percebida com o bastante alta, o que os faz estar em alerta permanente, mesmo quando encerram o expediente. Hiper vigilância associada ao estresse foi descrito na literatura como desencadeador de transtornos mentais.

Já para Oliveira e Santos (2010), os resultados da pesquisa evidenciaram que os participantes (91,7%), sempre ou às vezes, percebiam-se estressados; uma parte (41,7%) relatou já ter agido impulsivamente em alguma ocorrência; 88,3%, sempre ou às vezes, se sentiam emocionalmente cansados após o dia

de trabalho; 62,5% afirmaram que às vezes percebiam-se agressivos no trabalho; 20,8% já pensaram em suicídio e 8,3% dos respondentes nunca se sentiam realizados com a profissão. (Oliveira e Santos, 2010)

Os principais estressores citados são a estrutura e organização do trabalho, as condições laborais (como por exemplo a falta de disponibilização de equipamentos de proteção individuais, efetivo reduzido, os efeitos do trabalho por turnos e a sua interferência na capacidade para o trabalho) e questões disciplinares (Sartori, 2006; Pereira, 2009). Para Minayo et al. (2011) o comportamento de risco somado os efeitos do não cuidado com as situações de estresse e de sofrimento mental, podem desencadear “formações reativas”, sobretudo nos casos em que os policiais cometem violências ou assistem a cenas de violência que resultam em mortes. Para a autora, o maior risco é a banalização das intercorrências violentas; outro ponto ressaltado é o tratamento jocoso, eventualmente relatado dos episódios de confronto, nos casos que os policiais escapam ilesos de uma situação perigosa. (Minayo et al, 2011:2205)

Já para Queirós. (2020-A), a vulnerabilidade do policial não se relaciona apenas com o sofrimento psicológico que é lhe infligido no cotidiano do trabalho, mas também nas suas ações e na interação com os cidadãos. Estas ações aumentam o risco de se tornarem potenciais ameaças uma vez que pode existir uma tendência para o uso excessivo da força caso o profissional apresente níveis elevados de sofrimento mental. Fato este que é corroborado pelo estudo diagnóstico realizado na PSP e publicado por Queiroz et al. em 2020-A: 85% dos policiais que responderam à pesquisa apresentavam níveis de estresse operacional elevados, 11% manifestavam valores críticos de Burnout e 28% tinham níveis de angústia e sofrimento preocupantes. Para além disso, por si só preocupantes, 55% da amostra apresentou risco de sofrer de algum tipo de distúrbio psicológico, reforçando assim a necessidade de evitar as situações de estresse e de investir na saúde ocupacional dos polícias (Queirós et al., 2020A)

Todos esses fatores operacionais e organizacionais devem ser considerados ao mesmo tempo que os profissionais devem estar em segurança e terem suporte institucional para manter seu bem-estar físico, psicológico e social.

Nos estudos analisados, é frequente a conclusão de que a vida laboral dos profissionais de segurança pública está constantemente permeada por situações que envolvem estresse extremo e que esse fato pode gerar possíveis quadros de desequilíbrio emocional.

Alguns autores, tais como Oliveira e Santos (2010) evidenciam o impacto que o desequilíbrio emocional pode acarretar no cotidiano do trabalho e quais seriam as consequências para o cotidiano profissional. Em seu estudo sobre os policiais que atuam em força tática especializada, (em tese mais treinados e preparados), os resultados evidenciaram que os participantes (91,7%), sempre ou às vezes, percebiam-se como estressados; uma grande parte (41,7%) relatou já ter agido impulsivamente em alguma ocorrência; 88,3%, sempre ou às vezes, se sentiam emocionalmente cansados após o dia de trabalho; 62,5% afirmaram que às vezes percebiam-se agressivos no trabalho; 20,8% já pensaram em suicídio e 8,3% nunca se sentiam realizados com a profissão. (Oliveira e Santos, 2010). Estes dados sugerem uma correlação entre a saúde mental e o desempenho laboral.

3.6. A CONEXÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA POLÍCIA E SAÚDE MENTAL

Os documentos pesquisados apontam para a existência de conexão entre as condições do trabalho policial e a saúde mental. Os autores, em sua maioria, descrevem a atividade policial como uma ocupação estressante, que potencializaria os riscos à saúde física e mental dos policiais, provocando esgotamento (Burnout) comportamentos agressivos e suicídio.

Para Almeida (2012) as instituições policiais embora reconheçam que o trabalho seja bastante desgastante (pelos riscos eminentes, pela exposição contínua à violência etc.) e que a instituição não oferece condições adequadas de trabalho (efetivo reduzido, escalas irregulares etc.), as instituições tendem a tomar essa realidade como dada e conhecida pelo profissional que optou por ser policial e, muitas vezes, atribui a responsabilidade pelas situações de adoecimento aos componentes psíquicos individuais.

Para Silva (2016), a satisfação profissional terá maior impacto na incidência de estresse e burnout. O grupo não satisfeito do ponto de vista profissional tem indicadores de sintomas psicopatológicos e de propensão para o estresse e burnout, enquanto a participação em incidentes críticos, para àqueles que apresentam positiva satisfação no trabalho, apenas conduz a diferenças na vulnerabilidade ao estresse, na avaliação quanto ao perfeccionismo e dramatização da experiência. (Silva, 2016).

A família dos profissionais de segurança pública também é atingida pelas consequências de suas atividades laborais, mas segundo Paixão (2013) são poucos os estudos a respeito do impacto da atividade policial sobre as famílias. Em seu estudo sobre transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes filhos de policiais militares do estado do Rio de Janeiro, a autora observou a prevalência de quadros graves de adoecimento, com frequentes histórias de vivências de violência, além de psicopatologia e ocorrência de falecimento dos pais. Neste estudo, foram avaliados 39 crianças e adolescentes e foram diagnosticadas com elevada prevalência de transtornos 85% desse grupo, sendo os mais frequentes: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade foram encontrados em 51,2% e Transtornos de Ansiedade em 43%, Violência Doméstica em 53% das famílias assistidas e, TEPT em 23% das crianças e adolescentes, dos quais 66,6% vivenciaram violência doméstica e 55,5% convivem com abuso de álcool nos pais. (Paixão, 2013)

Nos estudos sobre suicídio policial, Queirós et al (2020A) adverte sobre o maior risco de morte por suicídio do que em serviço. Os últimos estudos sobre suicídio policial no Brasil também corroboram essa afirmação, mesmo com os altíssimos índices de vitimização policial (IPPEs, 2021). Para Queiroz et al. 2020a, uma das explicações para esses números entre os policiais se deve ao fácil acesso a arma de fogo, a exposição a situações que desencadeiam transtorno de estresse pós-traumático, a situações estressante durante o policiamento, e a prevalência de diagnóstico de depressão e burnout entre os profissionais. (Queirós et al.2020A)

3.7. A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE MENTAL E GÊNERO

Nos estudos sobre gênero nas instituições de segurança pública a diferença de no quantitativo e do tipo de trabalho realizado, ou exposição ao risco entre homens e mulheres poderia ser quantificável e mereceriam um cuidado maior em sua análise. Algumas pesquisas apontam para a prevalência de agravos à saúde mental em homens policiais.

Para Queirós (2020-A) além das mencionadas acima, outra dificuldade encontrada nas pesquisas em saúde mental e gênero nas instituições policiais, é a possível quebra do anonimato dos profissionais avaliados, dada a baixa presença de mulheres nestas instituições. Como exemplo, no artigo de Queirós et al (2020-A) apresenta esse argumento e nos informa sobre a proporção entre os gêneros e o efetivo da PSP. Nesta pesquisa, com uma amostra de 1131 policiais da PSP, apenas 08% da amostragem era do sexo feminino (no total de 10% do efetivo policial) e não foram realizadas correlação entre esses dados posição, idade, sexo e distrito. Segundo os autores, para que não houvesse possível identificação dos indivíduos pesquisados, não foram realizadas análises estatísticas que combinassem esses dados, e nenhum outro dado sociodemográfico foi coletado. (Queirós, 2020-A)

No artigo de Dias Campos et al (2021), foi encontrada uma maior vulnerabilidade nas mulheres ao Transtorno de estresse pós-traumático no Rio de Janeiro, Brasil.

Para Silva (2009) ao analisar os aspectos comuns do trabalho da mulher nas guardas municipais. A análise concluiu que o trabalho se configura como elemento constitutivo da identidade, sendo perpassado pelas relações de gênero e de poder, historicamente constituídas e de caráter relacional. Para a autora, atividades profissionais que envolvem as situações de ansiedade, tensão e risco favorecem a constituição de ideologias defensivas de negação do medo e mobilizam o ideal de salvar vidas, atitudes heroicas e sentimentos ambivalentes. Concluiu-se que as situações de trabalho das guardas municipais e as características da gestão e organização do trabalho propiciam sofrimento psíquico, estresse e conflitos identitários.

3.8. SOBRE RESILIÊNCIA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Nos estudos sobre suicídio policial, Queirós et al (2020A) adverte sobre o maior risco de morte por suicídio do que em serviço. Os últimos estudos sobre suicídio policial no Brasil também corroboram essa afirmação, mesmo com os altíssimos índices de vitimização policial. (IPPES). Para Queiroz et al. 2020a, uma das explicações para esses números entre os policiais se deve ao fácil acesso a arma de fogo, a exposição a situações que desencadeiam transtorno de estresse pós-traumático, a situações estressante durante o policiamento, e a prevalência de diagnóstico de depressão e burnout entre os profissionais. (Queirós et al.2020A)

Queiros et al (2020A:2-3) afirma ainda que, considerando os perigos do policiamento e as condições estressantes de trabalho, os policiais precisam ser resilientes e usar estratégias de enfrentamento adequadas para gerenciar o estresse, o esgotamento e as consequências psicológicas de vivenciar cotidianamente incidentes críticos. Os autores irão definir e descrever duas estratégias psicológicas individuais para lidar com as situações estressantes do trabalho policial, resiliência e enfrentamento ou *coping*.

Resiliência pode ser vista como um processo de adaptação positiva durante e após um incidente crítico significativo, bem como uma capacidade de lidar com o estresse para o enfrentamento da situação adversa e se recuperar e crescer após esse fato.

O enfrentamento (ou *coping*) seria outra forma de lidar com esses incidentes. Este consistiria em esforços cognitivos e comportamentais para gerenciar / enfrentar / reduzir o estresse provocado por eventos críticos significativos, usando como estratégia o foco no problema ou na emoção. Estratégias focadas no problema tentam modificar as fontes de estresse por meio da resolução de problemas, tomada de decisão, confronto, busca de apoio social e / ou ação direta. Estratégias focadas na emoção tentam regular / reduzir / gerenciar emoções angustiantes, modificando o significado cognitivo da situação estressante, sem mudar a própria situação, buscando apoio emocional

ou usando o autocontrole, distanciamento, avaliação positiva, aceitação e / ou evasão.

De acordo com Queiroz et. al. (2020A:2) indivíduos mais resilientes frequentemente usam mais estratégias focadas no problema do que estratégias focadas na emoção / evitação, uma vez que o enfrentamento resiliente implica uma adaptação positiva em situações estressantes e, portanto, traria mais benefícios para estes indivíduos. E conclui afirmando que as estratégias de prevenção são as melhores escolhas e frequentemente relacionadas a evitação do uso de substâncias / álcool para lidar com situações estressantes, enquanto as estratégias de enfrentamento focadas na emoção estão relacionadas com burnout, depressão, ansiedade e problemas de saúde mental.

Novamente todos os autores pesquisados, enfatizam a importância de um serviço de atenção à saúde mental e ações institucionais de prevenção às consequências decorrentes da atividade policial.

Para Silva (2016) o estresse profissional é um problema frequente, em diferentes áreas, nomeadamente em virtude das consequências para a saúde física e mental. Como já visto, a presença em situações de perigo, crime ou outros incidentes críticos, fazem com que o desempenho da função de Polícia seja uma atividade desencadeadora de estresse e burnout e portanto, devem ser desenvolvidas ações específicas para a prevenção e mitigação destes riscos. (Silva, 2016)

Em relação às ações institucionais recomendadas para a prevenção a incidência de agravos à saúde mental, é consenso para os autores pesquisados a importância de se investir em programas de rastreio e avaliação em saúde mental, de forma a se evitar o agravamento de sintomas no corpo policial, com o risco de uma crise silenciosa estar ocorrendo de forma insidiosa.

De acordo com Dias Campos et al., 2021, em relação especificamente com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, os resultados indicam que as ações preventivas dirigidas aos policiais nas atividades de policiamento operacional devem ser reforçadas e deve-se promover intervenções precoces para prevenir o agravamento dos sintomas. Já para Almeida (2012) ao analisar os cabos e soldados da Polícia de Goiás, afirma que a ordem militar interfere nos

significados atribuídos pelos policiais às suas experiências de adoecimento mental e que seus corpos são terreno da identidade profissional. (Spode e Merlo, 2006)

Spode e Merlo (2006), chama a atenção a possibilidade de reexposição vivenciada tem uma maior frequência por policiais de escalões inferiores que constituem a base da atividade operacional cotidianas do policiamento. Os autores ressaltam, porém, que se por um lado, a exposição crítica contribui para a vulnerabilidade aos agravos entre os policiais, as práticas organizacionais também influenciam no desencadeamento dos transtornos mentais e devem ser levados em consideração. (Spode e Merlo, 2006)

3.9. SOBRE A EXISTÊNCIA DE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO A VITIMIZAÇÃO

Percebe-se que em todas as instituições policiais estudadas para esta revisão, seja nas diversas polícias no Brasil ou na PSP em Portugal, existe ações de prevenção a traumas e a vitimização ligada à saúde mental, oriundos da atividade policial. Algumas ações podem estar mais institucionalizadas, e, portanto, com protocolos e acesso facilitado aos profissionais e com intervenções institucionais ou os mais antigos, estar mais voltadas para um programa de avaliação, diagnóstico e encaminhamentos para a área de saúde.

Sabemos que é de grande importância para a continuidade de programas voltados para a vitimização policial que ele seja publicado, (ou seja, tido como uma política institucional). Esse fato faz com que esses programas sejam apropriados e se tornem permanentes. Civil (2001) ainda vai além, e diz que, a institucionalização de programas de prevenção e gerenciamento de suporte organizacional pode mitigar o impacto do trauma em serviço, principalmente por promover e dar visibilidade a um meio de mudanças na cultura policial, já que frequentemente englobam várias áreas, carga de trabalho, estilo de supervisão institucional e suporte social disponível. (Civil, 2001) Desta forma, segundo Vale (2015), um protocolo definido de ações, a correta identificação das reações subsequentes a incidentes críticos e encaminhamento para um

acompanhamento precoce resultam em quadros clínicos menos graves e com menores índices de afastamento. (Vale, 2015)

Desta forma, é extremamente importante que as ações preventivas de gerenciamento de risco não fiquem restritas aos profissionais de saúde, mas sim que envolvam e sejam integradas a diversos setores institucionais. (Carvalho, 2016) Tais ações podem envolver afastamento forçado preventivo após ocorrência de risco, rodízio de serviços ou áreas de atuação, além da adoção de horários mais espaçados ou escalonados para os profissionais envolvidos em ocorrências de alto impacto (Dias Campos et al., 2021)

A incorporação de procedimentos voltados ao controle e monitoramento dos indicadores relacionados à doença ocupacional e adoção de medidas preventivas no âmbito da gestão de saúde e segurança no trabalho demonstram preocupação da gestão com seus servidores e ajudam a desenvolver uma consciência coletiva de respeito à integridade física e mental. Para Queiroz et al, 2020-A, é importante se utilizar instrumentos adequados aos policiais para avaliar os níveis de estresse policial operacional, burnout e angústia entre os policiais de forma a acompanhar os índices relativos à saúde mental dos profissionais (Minayo et al, 2001; Queiroz, et.al, 2020-A)

3.10. SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL ESTRUTURADO

Nos documentos pesquisados para a revisão bibliográfica, as principais instituições policiais estudadas (PSP e polícias militares brasileiras) em sua maioria possuem psicólogos em seus quadros profissionais, e é relativamente comum avaliação e acompanhamento em saúde mental, mas somente os textos publicados nos últimos anos (Assis e Silva, 2019; Branco, 2020; Dias Campos et al, 2021; Queiróz et al, 2020-A e 2020-B) fazem referência nos documentos estudados, à programas em saúde mental mais estruturados ou sobre a adaptação de instrumentos próprios para uma psicologia aplicada às instituições policiais e suas especificidades.

Destaco a adaptação à versão portuguesa do teste *Operational Police Stress Questionnaire (PSQ-Op)*, utilizado no estudo de Queirós et al. 2020 que avaliou profissionais da PSP.

Uma das explicações para tal fato pode se dever a "maturação" dos serviços de psicologia e a integração das políticas de recursos humanos como ativos estratégicos dentro das instituições.

Já compreendemos que o campo de pesquisas em segurança pública teve a maior parte de documentos produzidos nos últimos trinta anos e podemos encontrar nos últimos vinte anos a maior parte das pesquisas que tenham como objeto a relação entre segurança pública e psicologia. (Minayo et al, 2011 e Queirós, et al, 2020A)

Em muitas instituições, até bem pouco tempo, o setor de psicologia se resumia a um quadro prioritariamente clínico que atendia os casos encaminhados, seja pela chefia, pelos profissionais de saúde da instituição ou em raríssimos casos, demanda espontânea dos profissionais. Uma psicologia ligada à prevenção e inserida na dinâmica das instituições é um fato recente e que depende não só da inclusão de psicólogos no quadro de profissionais, mas também da criação de protocolos claros de institucionalização de programas e procedimentos nos casos ligados à saúde mental.¹³

Assis e Silva (2019) descrevem o Programa de Gerenciamento de Estresse Profissional e Pós-Traumático realizado na Polícia de Santa Catarina, Brasil. Este programa tem o objetivo de prevenir, identificar e tratar os policiais identificados com o transtorno. São realizadas neste programa, ações diretas na educação dos policiais militares para o autogerenciamento de estresse na prevenção do TEPT, ao serem submetidos a ocorrências de incidente crítico como ocorrência que tenha causado impacto emocional nos policiais; morte ou lesão grave; vítimas fatais ou politraumatizadas; confronto com a utilização de

¹³ Ainda hoje, encontramos nos trabalhos bastante estigma sobre as patologias ligadas à saúde mental. Especificamente em relação a Portugal e aos programas desenvolvidos pela PSP, será dedicado um capítulo nesta dissertação para explicar o seu funcionamento com base em dados colhidos em entrevistas com gestores. Há duas hipóteses para a ausência de dados sobre tais programas na revisão bibliográfica: ou os pesquisadores não descrevem programas existentes ou a maior parte das pesquisas está buscando fazer um diagnóstico institucional ou do perfil de saúde dos profissionais de segurança. Estas hipóteses serão discutidas nas entrevistas.

armas de fogo com o resultado de morte ou ferimento de cidadão civil etc. O comandante responsável aciona a equipe responsável, através do preenchimento do formulário específico para este fim, indicando o profissional para a avaliação programa." Assis e Silva, (2019)

3.11. ANÁLISE DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como já visto nos estudos encontrados na base da RCAAP, a maior parte do campo empírico das pesquisas encontradas será no Brasil e depois em Portugal. Uma explicação para este fato, devido aos altos índices de criminalidade e ocorrência de mortes de policiais no Brasil e com isso, o desenvolvimento de estudos das ciências sociais e psicologia, inicialmente nos campos sobre polícia e violência e em segundo momento: vitimização e as consequências para a saúde mental. Quanto maior a frequência de um fenômeno, mais pesquisadores se debruçam para estudá-lo. Outra explicação pode ser sobre a diferença populacional, o número de universidades e a diversidade de polícias no Brasil, o que pode ter facilitado os estudos. Outra explicação possível, pode ser a maior frequência de publicações na língua portuguesa no Brasil.

Como já corroborado pela na literatura, se pesquisas sobre o tema da saúde mental e a polícia se tornaram mais frequentes recentemente, podemos identificar esse mesmo movimento em Portugal quanto a estudos sobre saúde mental dos profissionais de segurança pública como objeto de interesse acadêmico.

Quanto a grande maioria de pesquisas em diagnóstico ou empíricas, ao estudarmos as políticas públicas e o seu ciclo de implementação, os acadêmicos e teóricos afirmam que é relativamente difícil que se tenham resultados mensurados para a avaliação dos projetos implementados.

Em sua grande maioria, a implementação de programas, aferição de resultados e relatórios de prestações de contas das políticas implementadas informam as ações realizadas, o número de profissionais atingidos e a expectativa de impacto de determinada política. Avaliar, monitorar, criar

indicadores de eficácia e desempenho fazem parte de uma nova abordagem da administração pública, que procura nortear suas ações com base em evidências científicas buscando atingir o melhor resultado e um maior acompanhamento do processo através da monitorização de indicadores precisos e confiáveis.

É possível que, no futuro, mais estudos sobre ações implementadas venham a ser publicados, já que nos estudos encontrados para esta revisão, não estão identificados claramente, o resultado da implementação de um programa de prevenção a saúde mental e a vitimização policial. Em que pese, a saúde mental não ser uma “novidade” nas instituições policiais, podemos identificar claramente nos últimos anos uma tentativa de sistematizar as ações implementadas na área de saúde mental e posterior publicação.

Os artigos de Branco, 2020; Dias Campos, et al., 2021; Minayo et al., 2011; Queiroz et. al. 2020-A; Queiroz et al, 2020-B, apresentam grande valor acadêmico seja pela representatividade da amostra pesquisada, revisão de literatura ou adaptação de instrumento psicológico a ser utilizado pela área de saúde mental.

As intervenções e os programas institucionais que contemplem a análise do trabalho policial, vitimização policial e saúde mental, devem ser pensados nestes quatro níveis: 1) organizacionais; 2) situacionais (ou relacionados com a tarefa); 3) sociais (externos); 4) individuais (ou pessoais). Importante esclarecer, como já foi anteriormente explicado, que as causas de adoecimento psíquico dos profissionais de segurança pública são multifatoriais, complexas e assim deve ser a intervenção também de forma interdisciplinar e em equipe, de forma coletiva a individual, respeitando sempre as necessidades de cada caso e propondo ações para mitigar os danos e propor soluções.

Aos poucos, podemos identificar nas instituições policiais e na mídia um movimento no campo da saúde do trabalhador de que o capital humano seria o maior valor da corporação. A repercussão do aumento de suicídios entre os profissionais de segurança pública, o grande aumento das licenças ligadas à saúde mental, trazem esses assuntos a ordem do dia, bem como as cobranças da sociedade e da mídia sobre a responsabilidade institucional e as consequências das ações de um policial que não esteja em boas condições

físicas e mentais, sem equipamento de segurança ou armamento adequado traz consequências principalmente para os próprios profissionais e em última instância para instituição.

De certa forma, nos estudos pesquisados para a realização desta revisão, a maior parte seriam estudos exploratórios, descritivos, de diagnóstico institucional, com aplicação de instrumentos psicométricos ou de análise institucional. Nenhum dos estudos pesquisados, descreve o resultado das ações implementadas, quase todos falam da importância de um serviço de saúde mental e psicologia acessível e atuante dado à especificidade do trabalho policial, enfatizam a necessidade de valorização do profissional de segurança e melhoria das condições de trabalho para estes profissionais.

Como já observado nos artigos desta revisão, reafirmo a importância de as instituições de segurança pública elaborarem um programa sobre saúde mental permanente e institucionalizado que objetivem prevenir as incidências de transtornos psíquicos, acolher e tratar os profissionais identificados precocemente e que promovam o aprimoramento também da saúde física e bem-estar entre os profissionais.

4. A VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM PORTUGAL

Neste capítulo farei uma breve contextualização do campo da segurança pública em Portugal, sobre a atuação da PSP e os dados relativos à vitimização policial encontrados neste país.

4.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PORTUGAL

Notícia: “Operação de trânsito: dois-militares da GNR baleados em Coimbra durante operação de fiscalização de trânsito”¹⁴

Em 15 junho de 2019, segundo publicado na matéria da TVI notícias, dois militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) foram baleados em Coimbra durante uma operação de fiscalização de trânsito. Apesar dos ferimentos serem classificados como “leves”, aparentemente seriam “estilhaços de vidro”, os militares foram encaminhados para o hospital para acompanhamento e a realização de exames complementares. A investigação do crime, por envolver o uso de arma de fogo, passa para a jurisdição da Polícia Judiciária.

O militar da GNR, três dias após a ocorrência e por avaliação médica, precisou fazer uma intervenção cirúrgica e o seu quadro evoluiu satisfatoriamente. Nesta tarde, após a cirurgia enquanto se recuperava, o militar recebeu uma ligação do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Segundo nota divulgada pela no portal da presidência, o chefe de Estado ficou inteirado do quadro de saúde do militar e sublinhou a coragem, a importância do papel e a responsabilidade das forças de segurança, desejando ainda, segundo a nota, melhoras rápidas ao guarda ferido.

Notícia: “31 polícias da PSP e GNR perderam a vida em serviço desde 2000. Estas são histórias que dão rosto aos números.”¹⁵

Com apenas 26 anos, Fábio Guerra – o polícia que, dizia, queria trabalhar numa “esquadra com ação” – morreu num dia de folga, na sequência de uma brutal agressão, à porta de uma discoteca na Avenida 24 de Julho, em Lisboa. (...)

¹⁴ Disponível em: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/operacao-de-transito/dois-militares-da-gnr-baleados-em-coimbra-durante-operacao-de-fiscalizacao-de-transito/> Consulta em 10 de fevereiro de 2022.

<https://tvi24.iol.pt/sociedade/marcelo-rebelo-de-sousa/marcelo-falou-com-militar-da-gnr-ferido-em-coimbra> Consulta em 10 de fevereiro de 2022.

Disponível em: ¹⁵<https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2022-03-29-31-policias-da-psp-e-gnr-perderam-a-vida-em-servico-desde-2000-estas-sao-historias-que-dao-rosto-aos-numeros/> Consulta em 08 de abril de 2022.

A Lista é longa: morrem, em média, 1,4 polícias por ano

Antes da passada terça-feira, 22, a última morte de um elemento das forças de segurança em serviço, em Portugal, datava de finais de 2020.

Desde 2000, 31 elementos da PSP e da GNR perderam a vida em serviço – à média de 1,4 óbitos por ano. Os números confirmam o perfil das vítimas: homens, agentes ou guardas e jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Os distritos a vermelho estão igualmente identificados: Lisboa, Guarda e Setúbal. Quase dois terços dos polícias que morreram em serviço pertenciam à GNR (20); os restantes à PSP (11). No calendário, dois anos negros: 2004 e 2005, em que morreram oito polícias – quatro da GNR e outros quatro da PSP, respetivamente.

A estes dados, não escapam outras forças de segurança: neste período (2000-2022, até ao momento), PJ (dois), SEF (um) e Polícia Militar (um) registaram, no total, mais quatro vítimas mortais, entre os seus elementos que estavam em serviço.

Mas serão estas mortes sintoma de algo mais? Ou apenas episódios circunstanciais? Miguel Oliveira Rodrigues, 43 anos, chefe no Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, docente e investigador do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona e autor do livro *Os Polícias Não Choram*, que contou com o apoio do Sindicato Independente dos Agentes da Polícia (SIAP/PSP) – onde exerce o cargo de Diretor Social –, tem dedicado (grande) parte da sua carreira a “estudar” o quotidiano das forças de segurança portuguesas. E conclui: “As agressões contra os polícias têm, nos últimos anos, aumentado de forma significativa, e isso deve-se, em grande parte, ao sentimento de impunidade de quem comete estes atos”. Existem responsáveis? “Sim, claro. A justiça portuguesa”, aponta.

“Temos assistido, neste período, a uma ausência de punições exemplares para quem agride polícias. Isso acaba por levar à repetição desses episódios e, pior ainda, a um aumento da gravidade de cada um destes casos, podendo, nalguns deles, o desfecho ser a própria morte dos polícias, como aconteceu com o Fábio Guerra”, diz, à VISÃO, Miguel Oliveira. (...)

Recordando que “a agressão e a morte de um agente da autoridade não atenta, somente, contra a PSP ou GNR, mas contra aquilo que é a autoridade do Estado”, Paulo Santos considera que “o estatuto do polícia na sociedade tem vindo a diminuir”. E apresenta razões: “Hoje, existe uma maior mediatização do crime, através, por exemplo, de programas de televisão, que não contribuem para a imagem dos polícias portugueses e das suas intervenções”, esclarece.

Alertando para o que considera ser “uma falência de valores na sociedade portuguesa”, o presidente da ASPP/PSP acredita “ser chegada a hora” da polícia e da tutela “reforçarem a dignidade dos polícias”, considerando que, para isso, tem, sobretudo, de existir “uma valorização das condições de trabalho” das forças de segurança portuguesas – o aumento dos salários e dos subsídios de riscos é apontado como “mais fundamental do que nunca”.

“Os polícias estão revoltados e esgotados. Melhorar as condições remuneratórias das forças de segurança é a única forma de conseguirmos atrair mais elementos para as polícias portuguesas, para que os concursos deixem de ficar com vagas por preencher. Precisávamos urgentemente desse reforço”, sublinha.

Se há um contexto diferente entre Portugal e o Brasil sobre exposição à violência, criminalidade, ainda assim, as funções da atuação da polícia continuam as mesmas. Cabe ainda ressaltar como nesta pesquisa podemos fazer uma leitura sobre a atuação policial do Brasil e Portugal, e o que esta aproximação permite evidenciar com características semelhantes e dar ênfase nas diferenças relevantes.

Durão e Darck (2012), ao publicar o livro “Polícia, Segurança e Ordem Pública”, nos convidam a observar alguns pontos importantes para compreendermos as diferenças e semelhanças. Os autores ressaltam que o próprio contexto geopolítico que Portugal e o Brasil se encontram são diferentes.

Para começar, Portugal está no espaço europeu, inserido na União Europeia, e partilha de toda uma legislação comum ao espaço europeu. Já o Brasil insere-se numa esfera totalmente distinta, a dos países da América do Sul e da América Latina, o Mercosul. Para os autores, esta distinção é mais do que apenas geográfica, pois irá acarretar fatores subjacentes importantes, uma vez que a economia, a legislação, a vida sociocultural e, também, os índices e tipos de criminalidade são particularmente diferenciados.

Ainda sobre as semelhanças e diferenças, para Durão e Darck (2012:23), no Brasil há uma maior ênfase nos índices de criminalidade violenta e grave que fica ainda mais perceptível quando comparado com Portugal, onde os índices registrados se mantêm baixos mesmo na média europeia. Essa realidade diferente entre os dois países configura e determina o tipo de análise que é feita a propósito da polícia enquanto garantidor da segurança e da ordem pública:

Em Portugal, a tónica é colocada nos procedimentos burocráticos e administrativos, no Brasil é a questão dos direitos humanos que mais prevalece. Estamos aqui perante duas lógicas de ação e atuação totalmente distintas e que vale a pena salientar. O modelo português, tal como outros europeus, assenta numa estratégia muito em voga atualmente que se relaciona com a prevenção e dissuasão da criminalidade. Prevenção, neste domínio, traduz-se numa lógica de

atuação em que a polícia antecipa e evita a ocorrência criminal. No Brasil, a lógica tem sido muito distinta, assentando sobretudo numa resposta pronta à situação através de uma atuação predominantemente paramilitar e reativa. Estas duas lógicas de desempenho e performance estão estreitamente ligadas com o que dizia acima sobre os contextos geográficos, políticos e culturais em que estes países se inserem e a forma como são influenciados pelas suas condicionantes internas e externas, seja a nível de política, seja, repito, a nível dos tipos e índices de criminalidade experienciada. (Durão e Darck, 2012. p.23)

No relatório do Global Peace Index (GPI) de 2021, Portugal está classificado como o 4º país mais pacífico do mundo, já o Brasil está na 128ª posição entre 163 países, atrás de nações que viveram crises violentas no ano de 2020 como Azerbaijão e Bielorrússia, classificado como país de “baixo estado de paz”.

Esses baixos números também se refletem nos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) nos últimos anos. Rodrigues (2018) afirma que no contexto nacional, a criminalidade violenta e grave, ou seja, aquela que envolve as tipologias criminais que têm como denominador comum a violência física ou psicológica e causam forte sentimento de insegurança tem apresentado tendência de queda. (Rodrigues, 2018)

Para Muniz (2007) podemos diferenciar a atuação da polícia na Europa e na América Latina. No velho continente, a polícia tem o papel de garantir a paz na delicada injunção entre o monopólio do uso da força e manutenção do Estado de Direito. Por sua vez, a polícia na América Latina é utilizada como um braço estatal para controlar a sociedade, atuando em meio à grande desigualdade social e econômica, crime organizado, altos índices de crimes violentos e homicídios.

Para Minayo (2014), apesar dos estudos sobre vítima remontarem ao século XVIII, Mendelsohn (1956) foi considerado o pioneiro nos estudos sobre vitimologia, ou seja, o estudo que leva uma pessoa a ser vítima e quais as ações poderiam ser “precipitantes para a vitimização”, na atualidade, ainda segundo Minayo, a vitimologia seria considerada o estudo do “porque” certas pessoas são mais propensas a serem vítimas do que outras e como certas atitudes e estilo de vida afetam essa tendência. (Minayo, 2014)

Alguns estudos sobre a incidência de vitimização policial identificaram que determinados policiais podem sofrer mais de uma agressão ao longo da carreira, outros colecionam várias ocorrências. Brito (2017) identifica em seu estudo sobre a PSP que, em média, o número de agressões sofridas por cada elemento é de 1,60 agressões, ou seja, aproximadamente de duas (2) agressões. Segundo a autora, policiais mais jovens, são mais propensos a serem vitimados e refere-se à influência da personalidade na vitimização, “elementos policiais com uma personalidade mais extrovertida são mais propensos a serem vítimas de violência e a tomarem menos precauções de segurança”. Estar atento ao protocolo de encaminhamento ao serviço de psicologia pode ajudar a identificar esse fato precocemente. (Brito, 2017. p.59)

Ao pesquisar sobre vitimização em Portugal, Monteiro (2002) questiona se as agressões dirigidas aos agentes de segurança são dirigidas à democracia e se poderiam colocar em risco o estado democrático de Direito. Afirma ainda que devem ser priorizadas estratégias de prevenção, frente a ocorrência de tais fatos devem de ser urgentemente analisadas e implementadas, de modo a salvaguardar a segurança dos agentes policiais. Ainda segundo a autora, a violência contra policiais não deverá ser em caso algum considerado como um risco ocupacional aceitável desta profissão, é imperioso a qualquer democracia tomar uma posição contra estas condutas. (Monteiro, 2002)

Rodrigues (2018 p.25) afirma que, embora pese os dados apresentados sobre a criminalidade e o posicionamento do país no ranking de países mais seguros do mundo, ser policial em Portugal também é uma profissão de risco. Segundo sua pesquisa, entre 2000 e 2017, a probabilidade de um policial da PSP e GNR ser morto em serviço, é de 1,5 a cada ano, totalizando 27 profissionais mortos no período estudado pelo autor. Em relação às agressões, quase 16 mil policiais foram vítimas neste mesmo período, ou seja, uma agressão é cometida contra um policial a cada dez horas. Em relação aos acidentes de trabalho, a frequência é a cada 8 horas, um aumento de 31% que outras profissões. Sobre os suicídios das forças policiais, ocorreram 141 casos entre 2000 e os primeiros meses de 2018, com sua população apresentando uma taxa de ocorrência maior que a população em geral e de acordo com um

estudo da Direção Nacional da PSP¹⁶, a expectativa de vida dos policiais é de menos 11 anos que a da população em geral. (Rodrigues, 2018 p.25)

Segundo Rodrigues (2018) em Portugal, existem cerca de vinte Polícias, civis e/ou militares, porém duas, a PSP e a GNR são por ele, chamadas de “primeira linha”, ou seja, são as que possuem competências constitucionais para realizarem as atividades de policial em todo o território nacional e, por isso, são as primeiras a intervir na emergência, na crise e no perigo. Ainda segundo o autor, atualmente a PSP assume uma intervenção num território mais urbano, e a GNR no território mais rural. De acordo com o Plano de Atividades da GNR, será da sua responsabilidade 94% do território nacional, o qual abrange 86.597,4 Km², e na qual reside cerca de 53,8% da população portuguesa (GNR, 2018), e, neste quadro, caberá à PSP os restantes 6% do território, área onde residem cerca 46,2% da população nacional. (Rodrigues, 2018. p.22)

Já para Torres (2020), mesmo com uma minoritária parcela de território nacional para exercer missões gerais de Polícia, esta parte é mais urbana e densamente povoada, em termos concretos, segundo o autor, a PSP protege cerca de 70% da população portuguesa residente e pendular, sendo responsável pelo policiamento por aproximadamente 95% das Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) e combate mais de três quartos do crime grave e violento em Portugal. (Torres, 2020)

Para Branco (2020) e corroborado pela revisão de literatura realizada nesta dissertação, dos estudos realizados em Portugal sobre a polícia e dentro das academias policiais, poucos tem como objeto a área da saúde mental. Segundo a autora, esse fato refletiria, ainda hoje, uma faceta institucional da dificuldade de compreender o policial como um profissional que apresenta conflitos internos, defesas, problemas e emoções, afetando diretamente os níveis de estresse e Burnout nestes indivíduos. Branco (2020).

Segundo Brito (2017), em dissertação apresentada no ISCPSI, o número de agressões a policiais em Portugal tem vindo a aumentar, porém não têm aumentado as medidas e programas de apoio prestados pela instituição nos

¹⁶ Disponível em: [Polícias morrem 11 anos mais cedo que o resto da população \(dn.pt\)](#)
Consulta em 02 de fevereiro de 2022.

casos ocorridos. No ano de 2016, foram perpetradas 407 agressões contra agentes policiais na unidade com maior número de profissionais, Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS). O serviço operacional de patrulhamento, segundo sua pesquisa, será a função onde os policiais estão mais vulneráveis a sofrerem agressões com ferimentos ligeiros e na maior parte das vezes, com recurso à força física.

4.2. CONSEQUÊNCIAS DA VITIMIZAÇÃO

Além das explicitadas acima, Brito (2017), Monteiro (2002) e Araújo (2020) estudaram as consequências para os policiais após a vitimização policial.

Para Monteiro (2002), a maioria dos inquiridos sente que aquele incidente crítico, do qual foram protagonistas, interfere no seu desempenho profissional de polícia, sendo difícil voltar à rotina do trabalho e uma das principais alterações ao nível profissional, observada pelo autor, será o de evitar determinadas ocorrências que de certa forma traz algum perigo para a sua integridade física e lembra o ocorrido. Assim, nas palavras do autor “é preocupante saber que quase todos eles nos dizem que ainda não voltaram a ser polícias como antes e que possivelmente nunca mais serão os mesmos”. (Monteiro, 2002. p. 32)

Outro ponto que Monteiro (2002) também observa será a insegurança e a permanente desconfiança que os policiais agredidos passam a sentir no exercício da sua profissão, ante a possibilidade de uma nova agressão, somada a consciencialização da inexistência de preparação para fazer face a estas situações, colocam os profissionais vitimados em um permanente estado de alerta e hiper vigilância. Segundo o autor, nestes casos, muitos dos policiais relataram sentir um certo desconforto no retorno a interação com os cidadãos, para ele, esta alteração comportamental torna-se compreensível se tivermos em conta que é precisamente o público o seu potencial agressor.

4.3. DADOS SOBRE ATIVIDADES POLICIAIS EXTRAÍDOS DO RASI, 2020

O RASI será o documento oficial em Portugal, onde são publicados os dados ligados às atividades de Segurança Interna e que apresentam dados relativos à vitimização profissional. Neste relatório não há diferenciação entre as instituições de segurança e os dados são classificados como: Consequência das Atividades Operacionais nas FSS (Forças e Serviços de Segurança). São apresentados neste relatório sempre dados dos dois últimos anos, para melhor conhecimento sobre os dados de vitimização e dados relativos ao efetivo total de profissionais que compõem os serviços: Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteira e Polícia Marítima.

A análise sobre as estatísticas do relatório RASI (2020) realizada pelo Conselho Superior de Justiça¹⁷ afirma que:

O principal facto a assinalar é a descida muito acentuada em 2020, relativamente ao ano anterior, da criminalidade participada, quer a criminalidade geral (-36 817 participações, a que corresponde uma variação de -11%), quer a criminalidade violenta e grave (-1929 participações, o que corresponde a uma variação de -13,4%). Com efeito, registaram-se em 2020 os valores mais baixos de sempre de criminalidade participada desde que há registo nestes moldes, o que constitui uma retoma da tendência de decréscimo verificada desde 2009.

No RASI, não há dados sobre suicídios nas FSS, e não foram disponibilizados dados sobre sua ocorrência com essa pesquisadora, tendo que contar com as matérias de jornal ou na pesquisa documental. Assim, segundo Rodrigues (2018) a ocorrência de suicídios nas FSS supera os números de mortes em serviço e com ocorrências maiores quando comparadas a população em geral. Segundo o autor, ocorreram 137 casos de suicídio entre os anos 2000 e 2017, correspondendo a uma média anual de 8 casos”. Esse fato será abordado pelo chefe da DP. (Rodrigues, 2018. p. 155)

¹⁷ Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatório-anual-de-seguranca-interna-2021> Acessado em 03 de abril de 2022.

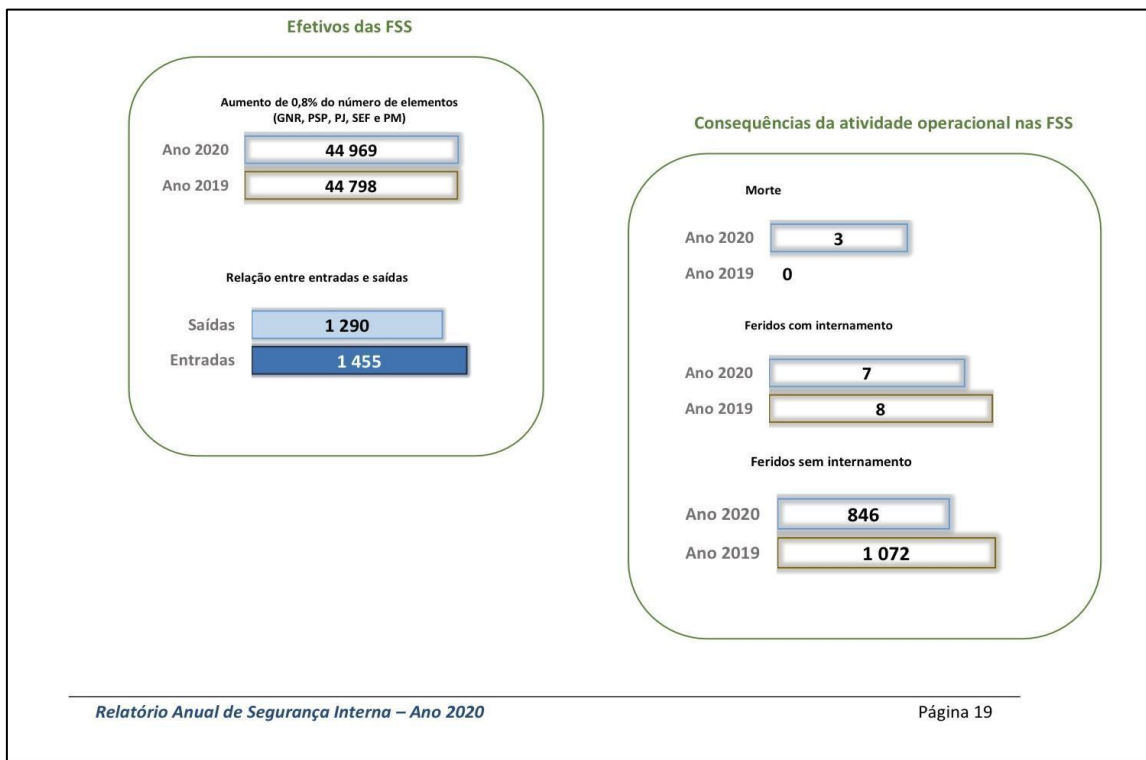


Figura 1: Efetivo total das Forças e Serviços de Segurança (RASI, 2020. p. 19). Ano 2019: 44.969; Ano 2020: 44.798.

Em 2019, não houve mortes em serviço de profissionais de segurança pública. Já em 2020, houve 03 (três) ocorrências com eventual morte. (RASI, 2020: 19)

Em relação às ocorrências de profissionais de segurança feridos que precisaram ser internados: em 2019, foram 08 (oito) ocorrências, em comparação a 07 (sete) no ano de 2020. (RASI, 2020: 19)

Já em relação aos feridos sem internamentos: Foram 1072 (um mil e setenta e duas ocorrências e 846 (oitocentos e quarenta e seis) profissionais feridos em 2020. (RASI, 2020: 19) Sobre as consequências sofridas pelos elementos policiais, apesar do alto número de agressões, a maioria das agressões resultaram em ferimentos leves para os policiais. Essas conclusões também são encontradas nos estudos sobre vitimização de Brito (2017) e Monteiro (2002). O que poderia explicar a ausência de mortalidade é a baixa circulação de armas no momento das agressões e os índices baixos de

criminalidade, assim verificado que colocam este país entre os cinco mais pacíficos e seguros do mundo nas últimas pesquisas.

É muito difícil para pessoas que nascem e vivem em territórios marcados pelo alto índice de violência cotidiana (como o Brasil) compreender o que seria viver em um país pacífico, classificados como os cinco mais seguros no Global Peace Index. Para um melhor entendimento, traremos alguns dados sobre segurança e criminalidade.

Segundo matéria divulgada no jornal “Público”¹⁸ sobre o resultado das pesquisas do relatório da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, Portugal tem dos níveis mais baixos de violência da União Europeia. No que diz respeito à violência física, apenas 4% dos portugueses relataram ter sido fisicamente agredidos nos últimos cinco anos e um terço da violência física é atribuída a familiares, seguindo-se amigos e vizinhos e outros conhecidos, e apenas 34% dos casos aconteceram em casa, seguindo-se espaços públicos (jardins, parques, rua) e restaurantes, cafés e lojas.

Um último fator diz respeito a indemnização paga pelo governo aos profissionais de segurança que morreram ou com invalidez permanente em função do dever. De acordo com o Decreto-Lei nº 113/2005¹⁹ que versa sobre compensação pecuniária, a previsão de indenização em caso de morte o valor de 250 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida.

4.4. A DIVISÃO DE PSICOLOGIA DA PSP

4.4.1. PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas²⁰ foram realizadas com o chefe da psicologia e com os chefes dos setores de psicologia clínica e o setor de intervenção em crise. Os

¹⁸ Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/02/19/sociedade/noticia/portugal-niveis-baixos-violencia-uniao-europeia-1951310> Acessado em 04 de abril de 2022.

¹⁹ Cria um regime de compensação por invalidez permanente ou morte aplicável aos membros da Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Marítima, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Corpo da Guarda Prisional e Corpo da Guarda Florestal.

²⁰ A entrevista foi realizada de forma coletiva, não foi autorizado o uso de gravador e em seguimento foram disponibilizados um artigo “Intervenção Psicológica com agentes da Polícia de Segurança Pública” publicado no livro A Prática Profissional da Psicologia na Justiça, (2020) e uma cópia do instrumento psicológico utilizado para a realização de autópsia após o suicídio.

profissionais da Divisão de Psicologia falaram sobre a estrutura do serviço, a existência de ações institucionais de prevenção a agravos à saúde mental e às ações desenvolvidas na PSP no âmbito da vitimização policial. A entrevista foi realizada na Unidade Especial de Polícia (Lisboa), no dia 06 de fevereiro de 2022.

4.4.2. ESTRUTURA DA DIVISÃO DE PSICOLOGIA

O serviço da Divisão de Psicologia (DP) funciona desde 2001, constituindo uma “unidade flexível, que tem por competência: (a) assegurar a prestação de serviços de psicologia clínica ao pessoal do PSP; (b) realizar ou promover a avaliação dos candidatos ao ingresso na PSP; e (c) prestar apoio aos serviços da PSP em matéria de psicologia criminal”. (Vieira e Fernandes, 2020, p.592)

O serviço abrange todo o território nacional e atualmente possui 46 profissionais psicólogos para 20 mil de efetivo policial. O público-alvo atendido pelo serviço é de todo o efetivo e seu agregado familiar direto, pois segundo a equipe, o bem-estar da família do elemento policial constitui um fator de proteção.

A Divisão de Psicologia está dividida em três áreas:

- 1) Seleção;
- 2) Núcleo de Psicologia Clínica (incluindo o Núcleo de Intervenção de Crise);
- 3) Psicologia criminal.

A Divisão de Psicologia possui ações específicas que abrangem os temas ligados à saúde mental na vertente preventiva e pós ocorrência, que consiste no atendimento aos casos de vitimização identificados, após incidentes críticos que necessitem de uma intervenção da equipe técnica. Não há um

Não foi disponibilizado com esta pesquisadora a legislação para os casos relacionados a vitimização policial.

programa específico para a vitimização profissional, mas são preconizados procedimentos e ações de apoio ao profissional nestes casos.

Será importante ressaltar que, segundo Vieira e Fernandes (2020), a grande parte das ações e do desenho das atividades e da DP foi implementada a partir das ações de prevenção ao suicídio, como será melhor explicitado abaixo. Uma das explicações para esta configuração, a nosso ver, terá relação com o número de casos de suicídio entre os policiais que nos países com baixos índices de criminalidade e de vitimização policial acabam tendo um maior destaque, seja na elaboração das ações institucionais de intervenção e prevenção, seja no impacto da mídia e opinião pública.

Assim nas palavras de Vieira e Fernandes (2020):

Em 2005, o então Ministério do Estado e da Administração Interna solicitou o apoio da Sociedade Portuguesa de Suicidologia para a criação de uma Comissão Técnica para o Estudo e Desenvolvimento de Estratégias de Prevenção do Suicídio nas Forças de Segurança, que, após estudo da especificidade desta realidade, elaborou uma proposta de recomendações que visaram a reorganização dos cuidados de saúde mental nas polícias consubstanciando-se no Despacho n.º 04/ MEAI/2007, de 30 de janeiro. A actividade da Divisão está, em parte, orientada para a prevenção do suicídio, para dar resposta ao Plano Nacional de Prevenção do Suicídio (DGS, 2013), mas principalmente porque a prevenção do suicídio abarca todas as áreas da saúde mental pelo que é na prática, também, um projeto de promoção de bem-estar e autocuidado. (Vieira e Fernandes, 2020. p.595)

Dito isso, passamos às ações da Divisão de Psicologia.

4.4.3. NO ÂMBITO DA PREVENÇÃO

Segundo Vieira e Fernandes (2020), as ações na vertente preventiva são:

(a) A implementação do processo de reavaliação periódica²¹ (Despacho Ministerial 04/MAI/2007 de 30 de janeiro) que visa detectar sinais de

²¹ O Despacho Ministerial 04/MAI/2007 de 30 de janeiro de 2007, irá regular ações e determinar os protocolos de atuação no âmbito do serviço de psicologia nas forças de segurança em Portugal. O despacho foi elaborado através de reunião técnica com especialistas das instituições policiais e resultou no documento denominado Plano de Prevenção de Suicídios nas Forças de Segurança. Este documento está dividido em um plano de ações em três eixos: 1) sensibilização/prevenção, 2) tratamento e 3) intervenção em casos de emergência. O Despacho orienta os serviços de saúde mental nestas instituições a realizarem ações preventivas, de

desgaste profissional. A periodicidade é anual e para todo o efetivo. O processo de reavaliação inclui ainda uma vertente de psicoeducação e gestão de estresse. Em Lisboa e Porto, pelo tamanho do efetivo e a quantidade de técnicos, ainda não se consegue realizar as reavaliações em todos os profissionais anualmente, por isso o chefe da psicologia refere a periodicidade como tendencialmente anual. Os policiais são convocados e são de comparecimento obrigatório.

(b) Ações de formação de abrangência nacional sobre prevenção do suicídio²² com o objetivo de sensibilizar para os sinais de risco, gestão de casos identificados e encaminhamento para apoio, incluindo a formação de pares, denominado Sentinelas²³. O grupo de “sentinelas” seriam policiais com reconhecida liderança institucional que podem aconselhar seus pares e encaminhar para o serviço de psicologia quando necessário.

(c) Divulgação e disponibilização do serviço de consultas clínicas e da Linha de Emergência²⁴ ou das consultas clínicas aos profissionais de segurança pública.

(d) Elaboração de autópsias psicológicas, que objetivam a avaliação retrospectiva do perfil psicológico e do comportamento do profissional que cometeu suicídio, buscando-se os fatores protetores, de risco e os precipitantes. Essa ação busca compreender o fenômeno do suicídio na

intervenção, seleção de pessoal, de acompanhamento e autópsia psicológica e foi revisado em 2015 após a solicitação do Ministério da Administração Interna, devido ao aumento de ocorrências de suicídio nas forças de segurança.

²² Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc20/os-ministerios/mai/mantenha-se-atualizado/20151119-seamai-suicidio-policias.aspx>. Acessado em 08 de março de 2022

²³ Os “sentinelas” consistem em elementos de ligação à psicologia (suporte de pares) que são identificados e referenciados. São atualmente 135 elementos policiais no país inteiro escolhidos por serem pessoas de bom senso, liderança e são capazes pelo conhecimento que têm dos colegas, identificar as alterações e dão conhecimento a psicologia deste caso.

²⁴ A linha de atendimento de emergência em saúde mental (também chamada de SOS Linha Verde) atua na intervenção em crise. O escopo dos programas SOS Linha Verde consiste em uma avaliação psicológica realizada pelo profissional que atende o telefone (existe uma escala de plantão e um número institucional que funciona 24/7 de abrangência nacional). Caso haja a necessidade de deslocamento, dois profissionais são destacados e vão ao local de atendimento em um veículo próprio do gabinete de psicologia. São realizados o atendimento no local e de sua família. Há um protocolo firmado entre a polícia e hospitais para encaminhamento nos casos em que há necessidade de acionar a rede de saúde vinculada ao Sistema Nacional de Saúde. A orientação aos profissionais é que em todos os casos de crise, a psicologia deve ser acionada.

PSP e realizar ações preventivas necessárias à sua redução. São realizadas entrevistas com pessoas chave do círculo próximo do falecido (familiares, pares, superiores hierárquicos etc.). Segundo o chefe da psicologia, nas autópsias psicológicas realizadas após suicídio, em 90% dos casos são por causas **não profissionais**, as causas precipitadoras são quase sempre são: questões emocionais e familiares, questões judiciais, dívidas e casos de jogos patológicos.

4.4.4. NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES EM CRISE

Segundo Vieira e Fernandes (2020), o Núcleo de Intervenções em Crise visa a gestão de incidentes críticos e implica deslocação imediata, além de proporcionar aos profissionais de segurança os “primeiros socorros psicológicos” objetivando reduzir sintomas, promover a estabilização emocional e o restabelecimento do funcionamento anterior à crise e prevenir estresse pós-traumático. Além disso, o Núcleo também é membro integrante do Plano Nacional de Emergências de Proteção civil e pode ser convocado a atuar no contexto de atendimento de crise e urgências nacionais. (Vieira e Fernandes, 2020. p.594)

As opções abaixo podem ser acionadas sempre que o profissional sentir necessidade:

- (a) A consulta de psicologia é gratuita para os agentes da PSP e seus familiares.
- (b) A linha **SOS Linha Verde** é acionada nos casos de intervenção em crise quando. Faz-se uma avaliação sumária, a equipe de plantão da psicologia, se desloca em um veículo próprio e destinado a este fim, a qualquer lugar do país de noite ou de dia, 24 horas, todos os dias do ano.
- (c) Depois da avaliação, sua família e colegas também são avaliados. Há sempre dois a quatro profissionais neste serviço para atenderem as chamadas na escala. O quadro de profissionais com treinamento específico para intervenção em possui atualmente 15 psicólogos.

(d) Proatividade e versatilidade são habilidades desejadas nestes profissionais. Nos casos de suicídio, a psicologia sempre é chamada, mas ainda existem casos de acionamento em ocorrências relacionadas a ferimentos graves, crises psicológicas agudas e violência doméstica.

(e) São disponibilizadas consultas de trauma nos casos em que os profissionais passaram por alguma situação potencialmente traumática. Após avaliação e intervenção em situações de crise, são aplicados protocolos de intervenção específicos tais como: *Critical Incident Stress Management*, o *Traumatic Incident Reduction* ou o *Eye Movement Desensitization and Reprocessing*.

(f) Atuação integrada com os serviços de psiquiatria e serviços sociais da PSP.

(g) Elaboração do protocolo de colaboração da Direção Geral de Saúde /Forças de Segurança e do Ministério da Saúde em 2016, possibilitando o acesso facilitado aos cuidados de saúde hospitalares dentro da rede pública nacional aos elementos policiais em risco.

(h) Implementação de procedimentos de apoio aos casos em que ocorrem **vitimização policial**, incidentes críticos, entre outros.

4.4.5. AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E RESULTADOS

Todas as ações realizadas pelo serviço de psicologia são monitoradas, avaliadas e passam por auditorias para verificar a padronização e cumprimento de protocolos, assim como outros setores dentro da polícia.

Segundo o chefe da psicologia, há monitoramento pela polícia do número de policiais feridos e que cometeram suicídio, além do registro do número de atendimento e ações do setor (com o objetivo de orientar o planejamento). Como já visto, os dados relativos à vitimização são publicados no Relatório Anual da Segurança Interna (RASI) anualmente.

4.5. ANÁLISE DA VITIMIZAÇÃO POLICIAL EM PORTUGAL

Segundo o chefe da Divisão de Psicologia, apesar de existir uma obrigação de notificar a psicologia nos casos de vitimização aos profissionais, o encaminhamento fica a critério do comandante ou do próprio policial ou dos “sentinelas”. Nos casos mais graves identificados de vitimização ou com repercussão na mídia, a notificação é imediata, nos casos em que não há gravidade esses policiais não são encaminhados à divisão de psicologia. Sabemos que muitos policiais acreditam que sofrer agressões em serviço faz parte da natureza de sua função, a recorrência de tais atos pode levar a uma escalada de reação.

Este fato também justifica um acompanhamento mais longo, assim, como foi relatado pelos entrevistados, as ações relativas a pós ocorrência realizadas nos casos de policiais vitimados encaminhados ao serviço da DP devem ter acompanhamento e seguimento posterior ao atendimento por um período maior.

Um exemplo de ação que merece ser destacada é realização da autópsia psicológica após a ocorrência de casos de suicídios de policiais. Assim, objetivando realizar uma avaliação retrospectiva do perfil psicológico e comportamental através de instrumento de recolha de dados específico para este fim, foi revisado e adaptado para as forças policiais. Este instrumento, busca identificar os fatores de proteção, de risco e precipitantes, objetivando o planejamento de medidas para sua mitigação. (Vieira e Fernandes, 2020)

O fato de a Divisão de Psicologia também possuir um carro próprio para deslocamento também facilita o trabalho no caso de atendimento a ocorrências de primeiros socorros psicológicos.

Como já explicitado nos capítulos anteriores, ser policial é uma atividade de risco em qualquer lugar do mundo, mesmo nos países onde o índice de criminalidade é baixo, como em Portugal. O que vai distinguir a quantidade de policiais mortos são os meios pelos quais os indivíduos usam para "atacar" a polícia e a capacidade de causar ferimentos quando resolvem fazê-lo.

Assim, para Monteiro (2002), Portugal se destaca pois há poucas armas em circulação na sociedade e com menor número de armas de fogo em poder

da população e na maneira em que são enfrentados. Corroborando esses dados, apesar da baixa criminalidade e da menor incidência no número de mortos e feridos dos agentes policiais portugueses, em relação aos números do Brasil, esclarece que o número de agressões é alto, proporcionalmente ao efetivo policial. (Monteiro, 2002)

Portanto, independentemente de o número de mortes não ser muito alto, o número de polícias agredidos é, sendo possível compreender as críticas dos profissionais das forças de segurança, através dos sindicatos de polícia na cobrança por melhorias nas condições de trabalho, e a discussão para o recebimento de um adicional de risco condizente com as especificidades laborais em Portugal. (Rodrigues, 2018)

Em que pese as dificuldades e especificidades de trabalho em cada país, nos casos de ocorrência de vitimização policial, trabalhar em uma instituição onde ocorre, a ligação e preocupação do chefe de Estado, certamente contribui para elevar o sentimento de cuidado e de importância das corporações policiais. O alto valor da indenização (250 vezes o valor da retribuição mínima mensal garantida) em caso de morte ou invalidez também não apaga a dor das famílias, porém pode ajudar a garantir um futuro para aqueles que perderam o provedor em nome do dever.

No último mês da realização desta dissertação e por conta da morte do agente da PSP (cf. notícia de jornal em epígrafe deste capítulo), pudemos acompanhar as discussões sobre o tema, seja entre colegas policiais, seja pela grande imprensa, seja pelos sindicatos. Muitos policiais e grande parte da opinião pública cobraram ações mais enérgicas para que casos como esse não acabasse transmitindo uma sensação de impunidade o que, segundo eles, seria prejudicial e poderia levar a mais agressões no futuro.

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) também divulgou uma nota considerando grave a existência de agressões aos policiais, sustentando que, mais do que o número de agressões que têm vindo a aumentar, será a violência das agressões o mais grave nestes casos. A nota destacou que as agressões aos polícias "são cada vez mais violentas e feitas

em grupo", frisando que, nos últimos anos, têm aumentado as ameaças aos policiais, bem como também casos de apedrejamento.

Novamente, além de cobradas mais ações de prevenção e foram dadas sugestões para reduzir a vitimização em Portugal, entre as propostas está a “necessidade de distribuir coletes de proteção balística individual a todos os policiais, a necessidade de rever modelo de atuação no terreno e a imediata atribuição do suplemento de risco atribuído em razão das condições de risco. A ASPP defende ainda o uso da *'bodycam'* e rastreador GPS no equipamento individual, abolição das patrulhas individuais e mais formação.”²⁵

²⁵Disponível em: <https://www.dn.pt/pais/cerca-de-200-agentes-da-psp-agredidos-nos-primeiros-quatro-meses-deste-ano-12284520.html> acessado em 03 de abril de 2022.

5. OUTRAS EXPERIÊNCIAS: EUA, FRANÇA E REINO UNIDO

5.1.1. EUA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com dados compilados pelo *National Law Enforcement Officers Memorial Fund*,²⁶ publicados no fim de 2021, nos Estados Unidos, 458 policiais morreram no cumprimento do dever em 2021 (a estatística engloba os diferentes tipos de instituições policiais de todo o território americano). De acordo com o relatório, podemos identificar um aumento de 55% nos casos de vitimização policial que corresponde a quase o dobro sobre os números encontrados em 2020, quando 295 oficiais foram mortos durante o mesmo período, esse é o maior total de mortes de oficiais em serviço desde 1930, quando houve 312 mortes.

As fatalidades relacionadas ao Covid-19 continuam sendo a maior causa de mortes de policiais ocorridas em 2021. Dados preliminares mostram que, do total de casos registrados, cerca de 301 mortes de policiais foram identificadas como causadas pelo Covid.

O aumento dramático nas mortes relacionadas ao trânsito em 2021 também é motivo de preocupação para as agências de aplicação da lei em todo o país. Em 2021, 58 policiais morreram devido a causas relacionadas ao trânsito e representam um aumento de 38% em comparação com as 42 mortes no mesmo período do ano passado. Tragicamente, as fatalidades atingidas aumentaram extraordinários 93% em relação ao ano passado.

Em 2021, como consequência da atividade policial, 84 policiais foram atacados e morreram após agressões criminosas. Esses números incluem 61 policiais que foram mortos por armas de fogo, 11 policiais morreram em incidentes de trânsito atropelados e 3 mortos em acidentes de carro em que o sujeito estava fugindo da polícia ou um motorista embriagado estava envolvido. Além disso, 4 policiais foram espancados até a morte, 2 morreram de doenças relacionadas ao 11 de setembro e 3 policiais foram esfaqueados. Os 61 policiais

²⁶ [Últimos Relatórios de Fatalidade - Fundo Memorial nacional dos policiais \(nleomf.org\)](https://www.nleomf.org/).

mortos por armas de fogo representam um aumento de 36% em relação aos 45 policiais mortos por armas de fogo em 2020.

A principal circunstância das mortes por armas de fogo foram os policiais mortos em ataques de emboscada. Um total de 19 policiais foram mortos em ataques de emboscada em 2021, um aumento significativo em relação a apenas 6 desses ataques em 2020.

Bartol e Bartol (2018) afirmam que, apesar dos dados acima, em contraste com o que é retratado em tantos mídias sobre o trabalho policial, felizmente a maioria dos policiais nos EUA completa sua carreira sem nunca disparar uma arma contra um cidadão no cumprimento do dever. De forma geral, segundo documento do FBI produzido em 2008, cerca de 350 a 400 indivíduos foram feridos por arma de fogo e mortos por policiais a cada ano nos EUA, e outros 200 foram feridos sem maior gravidade (*Federal Bureau of Investigation* [FBI], 2008). Os autores estimam ainda que nos Estados Unidos, dois terços dos policiais envolvidos em troca de tiros apresentaram problemas psicológicos moderados a graves após o evento, e cerca de 70% deixam as unidades policiais dentro de 7 anos após o incidente, indicam ainda que o problema psicológico mais comum após os incidentes críticos é o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT).

5.1.2. EUA: LAW ENFORCEMENT OFFICERS KILLED AND ASSAULTED (LEOKA)

O Law Enforcement Officers Killed and Assaulted (LEOKA), é um relatório anual publicado pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI) desde 1996. O objetivo deste relatório é fornecer informações relevantes, de alta qualidade e que possam potencialmente salvar vidas dos profissionais lotados nas agências policiais. O foco principal é na motivação pelo qual um incidente ocorreu, em oposição ao que ocorreu durante o incidente, na esperança de se conhecer a motivação e prevenir incidentes futuros.

Assim como nos outros países, os profissionais de segurança pública possuem maior risco de morte se comparados a outras profissões. Nos Estados Unidos, as taxas de acidentes fatais no trabalho entre os policiais são cerca de

3 a 4 vezes maiores quando comparadas a profissionais de outros setores e os que trabalham no âmbito privado. (Maia, 2018; Swedler et al., 2013)

Para se compreender qual era a gravidade da situação, foi implementado um relatório denominado LEOKA²⁷, que terá como objetivo principal identificar e sistematizar a coleta de dados de agentes e policiais mortos e agredidos. Será através desses dados que o FBI irá estruturar a estratégia e formulará treinamentos que ajudem a manter os policiais seguros enquanto eles policiam as ruas e protegem as comunidades. Os dados coletados são posteriormente analisados pela equipe LEOKA e os resultados são incorporados no treinamento de conscientização de segurança de oficiais que o FBI fornece às agências policiais parceiras do programa.

Swedler et al. (2013) na pesquisa intitulada “*Occupational homicide of law enforcement officers in the US, 1996-2010*” buscam compreender as circunstâncias dos homicídios de policiais em serviço nos EUA. Os resultados encontrados pela pesquisa analisaram um total de 796 policiais mortos em serviço no período compreendido entre 1996 e 2010. A taxa de homicídios ocupacionais durante o período estudado, atingiu seu maior número em 2001 em 3,76/100.000 habitantes (excluindo os mortos durante os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001), e a taxa mais baixa foi encontrada em 2008 em 1,92/100 000 habitantes. A maioria dos profissionais de segurança pública (67%) foi morta por armas de fogo de cano curto (tais como revólveres e pistolas); 10% foram mortos com sua própria arma de serviço. As circunstâncias que antecedem o encontro mortal mais frequente com um suspeito antes do homicídio foi responder a uma chamada de perturbação da ordem pública. (Swedler et al, 2013)

O programa de prevenção a vitimização elaborado pelo FBI com a base de dados LEOKA disponível na página do programa, tem uma abordagem em três níveis, objetivando promover a conscientização sobre a segurança dos profissionais de segurança pública e aplicadores da lei e de toda a comunidade policial de abrangência nacional:

²⁷ Disponível em: <https://www.fbi.gov/services/cjis/ucr/leoka>

- **Coleta de dados:** Os dados sobre mortes e agressões no local de serviço são coletados das agências participantes em todo o território americano, por meio do Programa *Uniform Crime Reporting* do FBI, e a recente expansão dos métodos de coleta de dados fornece ainda mais fatos que podem ser estudados por técnicos e treinadores especializados em segurança de policiais. O objetivo desta recolha de dados será adaptar o treinamento às circunstâncias do mundo real e manter atualizado as pesquisas sobre novos tipos de ataque e métodos criminosos inovadores. Os dados compilados também são publicados anualmente no relatório *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted do FBI*.
- **Pesquisa:** Ao longo dos anos, pesquisadores liderados pela Coleta de Dados LEOKA têm realizado pesquisas aprofundadas usando dados coletados sobre incidentes em que os policiais são mortos ou agredidos. A pesquisa publicada dá aos profissionais de segurança pública uma compreensão mais nítida de quais tipos de cenários e circunstâncias resultaram em mortes e agressões. Esses artigos e publicações também contêm informações obtidas por meio de extensas entrevistas com policiais e infratores envolvidos em incidentes críticos para desenvolver lições aprendidas, tendências e desenvolvimento curricular para o Treinamento de Conscientização sobre Segurança de policiais do FBI.
- **Treinamento:** O objetivo do Programa será o treinamento objetivando identificar problemas e circunstâncias que possam contribuir para mortes e agressões de policiais e ajudar a preveni-los. Os dados mostraram um aumento nas emboscadas aos policiais ao longo dos anos nos EUA. Como resultado, os treinadores LEOKA estão estudando os dados com o objetivo de moldar o treinamento futuro para ajudar a reverter essa tendência com informação e educação.

Os dados coletados para serem incluídos nas estatísticas LEOKA precisam atender um determinado conjunto de critérios estabelecidos pelo FBI que envolvem ocorrências de vitimização com policiais e precisam ser referentes

à: mortes criminosas, mortes acidentais e agressões de diferentes tipos de policiais de abrangência nacional que, no momento do incidente

- Estavam fardados ou identificados / Usou/carregou um crachá (normalmente);
- Portavam uma arma de fogo (normalmente);
- Estavam em atividade de polícia legítima e tinham plenos poderes de prisão;
- Eram membros de uma agência de aplicação da lei;
- Estavam agindo oficialmente, dentro ou fora de serviço, no momento do incidente;
- Se mortos, os óbitos estavam diretamente relacionados aos ferimentos recebidos durante os incidentes.

Importante destacar que todas as mortes de aplicadores da lei entraram nas estatísticas do programa. Foram criados critérios de exclusão da coleta de casos os óbitos resultantes das situações consideradas não relacionadas à atividade policial, são elas:

- Causas naturais, como ataque cardíaco, derrame, aneurisma etc.;
- No trabalho, mas a morte é atribuída à sua própria situação pessoal, como violência doméstica, conflito de vizinhos, entre outros;
- Suicídio.

Existem ainda três grandes publicações e estudos de caso que buscam dar mais informações aos profissionais para mantê-los em segurança, são eles:

- *Killed in the Line of Duty* (1992) - Um estudo selecionado de assassinatos criminosos de policiais que irá examinar as motivações dos infratores na tentativa de responder por que esses ataques ocorrem;
- *In the Line of Fire* (1997) - Um estudo de ataques criminosos a policiais que examina os motivos do infrator e as percepções dos oficiais sobre o ataque para melhorar a segurança dos policiais.
- *Violent Encounters* (2006) - O resultado dos dois estudos anteriores, concentrou-se em agressões criminosas e assassinatos de policiais

examinando criticamente as percepções dos policiais, os motivos dos infratores e as circunstâncias que os uniram.

- *Ambushes and Unprovoked Attacks* (2019) - Estudo sobre ataque e emboscadas aos policiais.

Além destes estudos, também foram publicados uma série de artigos sobre questões de segurança (ou seja, perseguição a pé, situações de prisão, prevenção de agressões, mortes acidentais).

Os dados pesquisados sobre os números e programa sobre vitimização nos EUA indicam uma grande alta (+55%) dos casos de policiais que morreram em decorrência do seu trabalho. Ressaltamos que os casos ligados à exposição à COVID e os casos de mortes relacionadas ao serviço policial também integram o relatório.

Pesquisas sobre vitimização em território americano indicam que 15.9% dos 719 policiais pesquisados naquele país relataram ter sido agredidos gravemente em serviço pelo menos uma vez ao longo de sua carreira profissional, sendo que 50,8% foram ameaçados com armas de fogo e 55,2% com instrumentos perfurocortantes, além de 87,2% terem testemunhado diretamente a morte de uma pessoa. (Dias Campos et al, 2021)

Ao analisar o material disponibilizado pelo Programa sobre vitimização dos Estados Unidos, LEOKA, podemos identificar um sistema de registro e controle dos casos ocorridos voltados para atividade de polícia, além do enfoque operacional nos estudos dos casos com o objetivo de melhorar o treinamento e aumentar a segurança dos profissionais para evitar novas ocorrências. Não fica evidente, ao analisar este programa, de acordo com as informações pesquisadas, o enfoque no bem-estar dos policiais ou de análise de risco psicológico ou trauma.

5.2. FRANÇA: POLICE- ACTION SOLIDAIRE²⁸

Notícia: “Polícia francesa enfrenta onda de suicídios”.²⁹

Só em 2018, mais de 50 policiais se mataram. Sob pressão, oficiais fazem campanha contra a deterioração das condições de trabalho. Maggy Biskupski é o último nome em uma lista de mais de 50 policiais que se mataram neste ano. Seu suicídio foi uma surpresa para muitos. A policial de 36 anos era exatamente um ícone na luta contra os suicídios na corporação. (...) A DW estava em contato com Biskupski. Ela ia levar nossa equipe de câmeras para o subúrbio onde trabalhava. Porém, alguns dias antes do encontro marcado, ela tirou a própria vida. Por telefone, ela havia contado sobre suas difíceis condições de trabalho.

"É catastrófico. Subúrbios como este são áreas sem lei. Alguns dos habitantes odeiam a polícia e continuam nos atacando. Não podemos viver onde trabalhamos; seria muito perigoso para nós e nossa família", disse ela. Depois do suicídio de Biskupski, Lebeau concordou em nos levar para aquele subúrbio - fez isso por ela. Ele havia dito "não" a todos os outros pedidos de jornalistas que recebeu após o episódio.

Juntos, eles fizeram campanha contra a deterioração das condições de trabalho da polícia. Lebeau acredita que isso foi uma das principais razões para o suicídio de Biskupski. "Algumas de nossas viaturas têm centenas de milhares de quilômetros rodados. Em uma perseguição, não podemos acompanhar os carros rápidos. Além disso, nossos rádios muitas vezes não funcionam. É assim que temos que operar em áreas onde as pessoas atiram pedras e cospem na gente. Isso realmente nos desanima", explicou Lebeau enquanto dirigia pelo subúrbio. (...)

Lebeau disse ainda que, devido à ameaça terrorista atual, os policiais dificilmente podem tirar uma folga. A polícia, no entanto, aumentou o número de psicólogos para combater e prevenir os suicídios - de 50 para 89, voltados para o atendimento de 120 mil policiais. Gerard Clerissi, chefe de recursos humanos da polícia, disse à DW que a proporção é melhor do que em outros países. (...) Lebeau pretende continuar a luta de Biskupski a fim de garantir que seu sacrifício não tenha sido em vão.

Notícia: “Milhares de Polícias saem à rua em Paris porque rejeitam ser carne para canhão”.³⁰

Em maio de 2021, após o homicídio de dois policiais na França, cerca de 35 mil policiais franceses foram às ruas em Paris para protestar por melhores condições de trabalho e pedir agravamento de penas para quem cometa agressões contra policiais. Segundo a agência de publicidade Lusa, o protesto contou com a presença do próprio Ministro do Interior e de outros cargos importantes, fato nunca visto anteriormente. Somente entre 2009 e 2019, as agressões aos policiais na França chegaram a 37 mil casos por ano e aumentaram 40% nos últimos dez anos. Os policiais reivindicam a falta de segurança para trabalhar, relatam que a rotina de agressões tem sido frequente e que eles têm sofrido na pele toda a revolta contra os sucessivos governos.

²⁸ <https://www.police-actionsolidaire.fr/nos-actions/>

²⁹ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%ADcia-francesa-enfrenta-onda-de-suic%C3%ADdios/a-46787870>. Acessado em 03 de abril de 2022.

Disponível em: ³⁰ <https://www.dnoticias.pt/2021/5/19/261988-milhares-de-policias-saem-a-rua-em-paris-porque-rejeitam-ser-carne-para-canhao/>

Através desses relatos ocorridos na França, temos assistido nos últimos anos uma cobrança maior das instituições policiais por melhores condições de trabalho neste país. O ineditismo da presença de integrantes do governo apoiando o movimento e o grande número de polícias nas ruas chama atenção sobre esse tema: saúde ocupacional dos profissionais de segurança pública.

Stéphane Lemerrier (2010) é autor do livro *“Victims du Devoir”* policial e acadêmico foi um dos primeiros pesquisadores que se dedicou ao tema da vitimização na França. Sendo Capitão da Police Nationale e antigo administrador da página de mesmo nome, ele acompanha e analisa os casos de policiais que sofreram ataques mortais no exercício profissional, e para que esses servidores fossem jamais esquecidos eram publicadas as informações em forma de memorial sobre a ocorrência de vitimização de policiais no seu país³¹.

Ainda para o autor, ele afirma que embora a profissão de policial permaneça obviamente perigosa, há mais de trinta anos, o número de policiais mortos vem caindo drasticamente em relação ao início do século, e de forma muito mais acentuada nas últimas décadas (-57% no período 1980-2019). Essa comparação se dá com uma outra época, onde o tipo de policiamento a que estes profissionais empregavam deixavam seus corpos mais expostos às agressões e consequências dos embates operacionais. Contudo, eram outros tempos, e apesar do número elevado, esse fato não era um “problema” institucional. (Lemerrier, 2010)

Segundo seus estudos sobre o tema, a mudança nos números relativos à vitimização atualmente está relacionada a ações implementadas na administração, a adoção de normas operacionais mais seguras, nova legislação, adoção de equipamento de segurança pessoal obrigatório na polícia, entre outros (essas medidas serão explicadas melhor abaixo). Apresentamos os dados mais relevantes para esta pesquisa avançados pelo autor:

- Períodos: Concentrando 38% dessas mortes, 1974-1986 foi o período mais acentuado, com um pico em 1982 (10 casos); uma década

³¹ O livro foi publicado por uma editora de autor em França e dada a dificuldade de compra, foi-nos gentilmente cedido pelo autor.

obscurecida pelo terrorismo e pelo grande banditismo que trabalham em ataques diretos as instituições financeiras e carros de transporte de valores.

- Uso de armas: 65% dessas mortes resultam do uso de uma arma de fogo. Apenas 10% dessas mortes por arma de fogo ocorreram de 2000 até os dias atuais, sendo 2001 o ano com o maior número de casos com sete ocorrências (7 casos). Deve-se notar que, logo após esse aumento de casos, foi publicada uma lei tornando obrigatória a distribuição e o acautelamento de coletes individuais à prova de balas para o contingente operacional da polícia nacional francesa.
- Antecedentes: 60% dessas mortes ocorreram no contexto do controle de um ou mais indivíduos (controles, prisões, loucos), 23% no contexto de uma interceptação de veículos em movimento (perseguições, colisões voluntárias, atropelamento de pedestres). 14,5% eram de natureza terrorista.

Para ser considerado uma morte em serviço, de acordo com regulamento interno da Polícia Nacional, será preciso atender a pelo menos uma das seguintes condições:

Artigo 27-20 do regulamento interno da polícia nacional

O funcionário é considerado de plantão:

- a - entre o momento da prestação do serviço e o momento do levantamento do serviço, inclusive os intervalos, salvo se o caso de faltar sem autorização durante o horário em que for obrigado ao exercício de suas funções;
- b - quando ele for ou retornar diretamente ao seu serviço
- c - quando, mesmo com roupa civil, intervir a pedido ou ex officio em caso para o qual sua intervenção seria obrigatória se estivesse de uniforme;
- d - em todas as circunstâncias em que ele execute, onde quer que esteja, um ato de coragem ou dedicação.

Em todos os outros casos, o funcionário é considerado fora de serviço.

Entretanto, em relação ao período 2010-2019, Lemerrier (site: *victima du devoir*) ressalta que, pela primeira vez desde a década de 1980, o número de mortes está aumentando muito ligeiramente, como indica o gráfico seguinte:

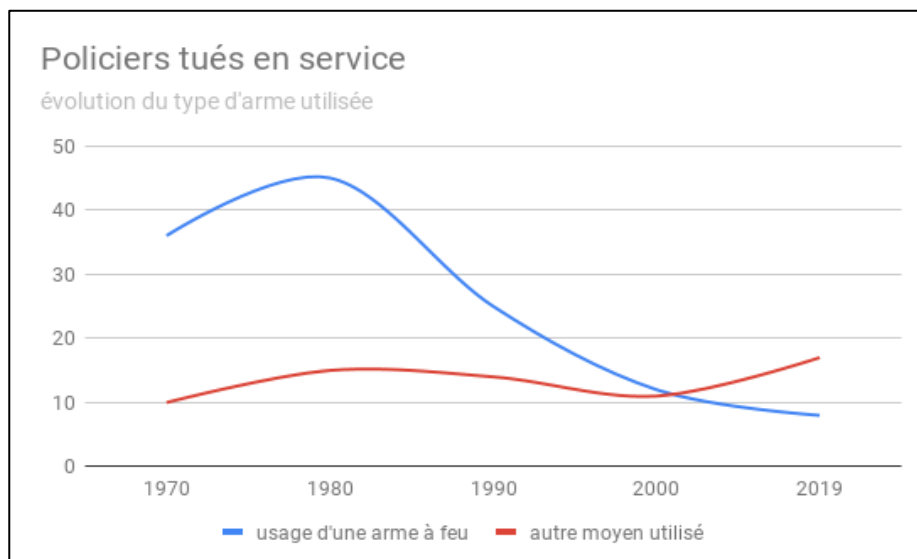


Figura 2: Policiais mortos em serviço.

(fonte: <https://www.police-actionsolidaire.fr/nos-actions/>)

A principal causa de morte de policiais na década de 2000 foram acidentes (acidentes rodoviários, incidentes de tiroteio, incidentes de treinamento, acidentes de helicóptero, entre outros.). Os tiroteios só vêm em segundo lugar e muito atrás. Isso é seguido por mortes no que a instituição policial geralmente se recusa a reconhecer e valorizar em toda a sua extensão: missões de resgate (resgate marítimo, resgate em montanha, incêndios, entre outros.).

Na França, segundo Lemerrier, temos observado um aumento da sensação de insegurança como um grande problema social, e com isso, como visto através da série histórica de morte de policiais na França, podemos contatar uma tendência de alta nos atentados à policiais, muitos deles classificados como ataques terroristas.

As consequências imediatas são os riscos crescentes que os policiais assumem no exercício de suas missões a serviço do público, mas também em suas vidas diárias, fora de serviço, uma vez que foram designados "alvos prioritários" por aqueles que ameaçam a França.

Em setembro de 2021, a página dedicada à memória dos policiais vitimados é integrada por um novo programa. Desde 1970, eram registradas em uma página “*victimes du devoir*” uma homenagem aos policiais mortos, um acompanhamento detalhado das 193 mortes de policiais, com o objetivo de se realizar um ato em memória destes profissionais. Para Lemercier, criador da página, na ausência de uma política memorial formal coerente, desde 2012, ele continua sua abordagem criando este memorial, trazendo novos nomes, cruzando o máximo de informações possível na forma de histórias neutras e detalhadas. E desde 2018, o projeto tem sido bem recebido e apoiado por uma associação de caridade centenária: *Police - Action Solidaire*, o departamento de solidariedade criado pela União de Veteranos da Polícia e Profissionais de Segurança Interna.

Esse apoio culminou que no fim do ano de 2021, foi lançado dentro do Departamento de Solidariedade com a Polícia, em uma operacional da polícia e um novo programa que se propõe a ser mais abrangente, iniciando o movimento de apoio aos atores de segurança interna. Segundo a descrição este departamento vem a ser administrado por profissionais policiais que também tiveram contato com violência e os levaram a conviver de perto com a morte.

A "Polícia - Ação Solidária" também decidiu intervir arrecadando fundos, parcerias e doações para garantir que haja o menor número possível de vítimas do dever, e objetiva fornecer assistência material, legal e psicológica aos atores de segurança interna feridos, bem como às famílias dos mortos em serviço.

No campo da saúde mental, o objetivo é acompanhar e disponibilizar aos membros das forças de segurança interna feridos em intervenção e/ou que sofrem de Síndrome de Estresse Pós-Trauma, um serviço de apoio e encaminhamento a profissionais de saúde mental e encaminhamento para participação em atividades terapêuticas.

Outras ações realizadas no âmbito do projeto são o apoio à assessoria jurídica e a aquisição de um simulador de tiro. O oferecimento de assessoria jurídica especializados em questões relacionadas a vitimização policial tais como: ferimentos em serviço após atentados, durante prisões, manifestações e

acidentes de trânsito e o acompanhamento dos processos legais para ajudá-los a obter compensação por danos pessoais.

Já a aquisição de um simulador de tiro especialmente projetado para o treinamento de profissionais de segurança é o primeiro na França. Segundo o programa, o uso do simulador permite que operadores e agentes não só aprofundem suas técnicas e decisão de tiro com segurança, mas também se preparem para suas intervenções, confrontando-as com situações realistas e intervenções de grupos especializados. Há também o uso terapêutico do simulador, policiais que foram vitimizados e sofrem de estresse pós-traumático também podem se beneficiar do treinamento do simulador para recuperar a autoconfiança antes de retornar ao serviço ativo.

Se as mortes em serviço têm trazido mobilização e ações concretas nas instituições policiais, existe ainda a preocupação com o suicídio de policiais na França. Um fenômeno que sempre foi elevado neste país.

Segundo Rodrigues (2018) somente no ano de 2017, ocorreram o suicídio de 66 policiais (49 da Polícia Nacional e 17 da *Gendarmerie*), número elevado, indicado como preocupante e muito acima da média das taxas de suicídio policial encontradas nos anos anteriores. Neste mesmo ano, em um intervalo de apenas cinco dias, entre 7 e 12 de novembro, foram registrados seis suicídios de policiais no país. O Ministério do Interior da França solicitou medidas emergenciais para impedir que seus agentes de segurança pública tirem a própria vida.

Para efeito de comparação, 58 policiais se mataram no Estado do Rio de Janeiro num intervalo de 14 anos (1995-2008), segundo dados do GEPESP (Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A população da França é de 67 milhões de pessoas, em comparação com a do Estado do Rio, que naquele ano contava com 16 milhões³².

³² Disponível em: <https://ippesbrasil.com.br/noticias/como-a-franca-tenta-conter-uma-onda-de-suicidios-de-policiais-link-para-materia-httpswww-nexojornal-com-brexpesso20171113como-a-fran%C3%A7a-tenta-conter-uma-onda-de-suic%C3%ADdios-de-polic/>

Em 2019, foi criado um grupo no Facebook, chamado "*SOS Policemen in Déstressé*", objetivando a mobilização de policiais e acompanhantes e solicitando a eles um trabalho em prol da saúde mental das instituições policiais. A página conta mais de 4.500 membros lançada há menos de um ano. Alguns desses voluntários, trabalham há meses contra o sofrimento no trabalho policial, uma linha direta de policiais para policiais.

Segundo os organizadores da página, os policiais da França estão exaustos. Segundo uma contagem mantida pela associação, o número de policiais que cometeram suicídio no ano de 2019, foi de 59 mortes.

Existe ainda disponibilizado para atendimento em saúde mental do policial o Serviço de Apoio Psicológico Operacional (SSPO) gerenciado pelo Ministério do Interior e que possui uma rede nacional de psicólogos que podem ser consultados anonimamente pela polícia e *gendarmes*.

Além do SSPO, existe uma parceria com a associação *Souffrance et Travail*, a associação de policiais também encaminha profissionais vitimados para psicólogos em toda a França.

De acordo com o Lemerrier (1998), além das ações acima podemos encontrar as seguintes evidências que concorreram para a redução da vitimização policial, com vários parâmetros e que poderiam explicar brevemente esse fenômeno, o autor menciona alguns deles:

- (1) Uma mudança nos métodos de financiamento das grandes organizações criminosas transnacionais, que atualmente estariam mais focadas na economia criminosa subterrânea (como por exemplo: tráfico de drogas, contrabando, cibercrimes) que rapidamente gera grande margem de lucros, emprega uma considerável força de trabalho, mas limita o confronto armado com a força policial.
- (2) A criação de grupos operacionais de intervenção e formação específica para emprego em situações de alto risco (equipe de negociadores de reféns, contraterrorismo, escoltas de prisioneiros perigosos...)
- (3) O engajamento das unidades de segurança pública diárias em intervenções cujo risco seja previamente identificado, com a implantação

prioritária de serviços especializados, constituídos por elementos experientes, como os das brigadas anticrime, investimento em inteligência policial e com equipamentos pesados (*hard police*) adaptados à força de trabalho do serviço operacional para pronto emprego.

(4) A evolução do equipamento de proteção; utilização em larga escala de dispositivos e armamento menos letais e dispositivos autônomos que auxiliam o policiamento e reduzem o risco para os profissionais.

(5) O progresso da medicina, treinamento em primeiros socorros operacional e apoio médico às operações.

Ou seja, segundo Lemercier, embora o número de vítimas esteja diminuindo constantemente, o número de feridos aumenta significativamente, indicando a necessidade de se reforçar a resposta defensiva da polícia. A distribuição e o amplo uso de coletes de proteção balística e armamento menos letais fez reduzir os números. Felizmente, afirma o autor, como já visto, a ênfase no treinamento inicial e na formação continuada do policial, treinamento regular em protocolos e técnicas de intervenção policial e sessões de treinamento de tiro obrigatórias, reduziram significativamente o número de vítimas. Finalmente, ele afirma que na França, ao contrário da crença popular, são os acidentes em serviço e não são os encontros criminosos ou atentados à vida dos profissionais, as intervenções policiais mais fatais.

5.3. REINO UNIDO: OPERAÇÃO HAMPSHIRE

5.3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A Operação Hampshire é um programa que começou em 2016, no Reino Unido, objetivando fornecer uma resposta abrangente aos ataques policiais. Foram produzidos ao longo desse período material de orientação e também foram realizados eventos entre os profissionais para divulgação do programa. O intuito da divulgação é que para que as atividades possam ser aprimoradas ou replicadas às unidades menores quando necessário, passando a ter como meta

uma abordagem consistente e a aplicação de protocolos de resposta nos casos envolvendo agressões a policiais. Segundo a página oficial do programa, ocorreram cerca de 30.000 agressões a policiais em todo o Reino Unido no ano de 2020.

O bem-estar dos policiais será a prioridade e implementação do programa é uma oportunidade de abordar as questões institucionais relacionadas à vitimização profissional, além deles buscarem uma mudança radical na maneira como são vistos os profissionais vitimados ao longo da carreira, fornecendo-lhes apoio e a justiça que eles merecem.

O programa do Reino Unido, busca fornecer estratégias, processos e orientações para ajudar as instituições policiais a implementar seu passo a passo e desta forma, responder de forma mais eficaz às agressões a policiais.

Segundo os dirigentes, este programa é necessário devido às características da atividade policial. O policiamento é uma ocupação única. Os policiais trabalham para proteger o público e, ao fazê-lo, muitas vezes são obrigados a lidar com confrontos, agressão e violência em alguns dos cenários mais imprevisíveis.

Ser agredido é um perigo que este profissional enfrenta por causa do trabalho que faz - mas há uma mensagem clara que o programa busca transmitir: as agressões não devem ser aceitas como "apenas parte do trabalho". Antes, é preciso reconhecer que qualquer ataque a um policial é um assunto sério e é preciso tratar as pessoas afetadas como vítimas de crime.

Será importante fazer tudo o que a instituição puder para apoiar as forças de segurança a seguir seu dever de cuidado e proteger o bem-estar e fornecer o apoio que os vitimados precisam.

O programa está estruturado em cinco áreas a serem observadas logo após uma ocorrência envolvendo a vitimização policial, a saber: (1) supervisão, (2) bem-estar, (3) comunicação, (4) investigação e (5) justiça criminal. Esta dissertação irá descrever mais detidamente na área de bem-estar.

De acordo com o site de divulgação, para a elaboração das ações da área de bem-estar do programa Operação Hampshire e orientar as ações, foi realizada uma pesquisa com oficiais e funcionários que foram agredidos nos

últimos 12-18 meses de 2020. O resultado da pesquisa identificou alguns temas muito comuns aos policiais vítimas de agressões e foram propostas ações a partir dessa pesquisa. Foi enfatizado, pelos profissionais vitimados, que o acompanhamento a longo prazo pela equipe responsável pelo bem-estar é um fator importante. Em relação à equipe de assistência, foi enfatizado que não há soluções rápidas para questões complexas, e que as soluções precisam ser devidamente pensadas caso a caso.

O entendimento do programa é que ser agredido pode ter um grande impacto psicológico, por isso será importante ter processos e protocolos válidos para reconhecer e cuidar dos colegas afetados. Ser vitimado pode afetar a confiança do profissional e ter consequências na sua vida familiar. Outra orientação é quanto à gravidade das lesões, as que não tiveram tanta gravidade e requerem apenas reabilitação geralmente podem ser tratadas de forma mais objetiva e podem não trazer mudanças na rotina do profissional, já lesões crônicas ou mais complexas, com longo prazo para recuperação podem ter um impacto adverso na saúde mental. Sem uma boa liderança e apoio significativo, os profissionais vitimados podem se sentir desapegados, isolados e desmotivados.

5.3.2. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE RISCO PSICOLÓGICO

Dentro da área de bem-estar, o Programa de Avaliação de Risco Psicológico foi projetado para ajudar as forças policiais em todo o Reino Unido a melhorar o apoio à saúde mental que oferecem aos oficiais e funcionários.

Foi desenvolvido um processo de avaliação de risco psicológico on-line, como uma maneira de disponibilizar de forma facilitada a identificação de quem pode precisar de apoio. Na sequência da implantação inicial, com 2000 avaliações realizadas desde 2020, o serviço foi ampliado para oferecer avaliações para mais 6.000 oficiais e funcionários em funções que foram classificadas como de maior risco de impacto psicológico.

Segundo o guia, para a implantação inicial, as avaliações foram oferecidas nas seguintes funções;

- Negociadores de reféns e crises;
- Investigação online sobre pedofilia e abuso infantil;
- Investigadores de colisão de trânsito;
- Agentes de Tráfego;
- Oficiais de investigação de crimes familiar.

Com a reestruturação e ampliação, esta lista também engloba profissionais que trabalham nas seguintes áreas e funções:

- Violência sexual e doméstica;
- Juventude e menores infratores;
- Equipes de trabalho forenses;
- Unidades de combate ao terrorismo;
- Equipes de identificação de vítimas de desastres;
- Apoio à Covid-19;
- Investigadores de cena de crime.

As Avaliações de Risco Psicológico são disponibilizadas através dos Serviços de Saúde Ocupacional em cada instituição policial. As pessoas são identificadas e convidadas a participar pelo Serviço de Saúde Ocupacional responsável pela sua área de trabalho. A avaliação é feita através de um questionário on-line que foi desenvolvido para avaliar resiliência e capacidade pessoal de lidar com as demandas emocionais de sua função. Posteriormente a avaliação, e caso seja necessário, será efetuado o encaminhamento de apoio profissional, seja intervenção psicológica ou outro tipo de apoio institucional mais adequado.

Segundo o guia, recomenda-se que as avaliações sejam realizadas anualmente em todo o efetivo de forma a identificar condições clínicas, tais como: ansiedade, depressão, TEPT e burnout. A equipe de apoio e suporte técnico continua no apoio e no treinamento dos profissionais de Saúde Ocupacional na realização e avaliação das entrevistas, tratamento e apoio adicionais.

5.3.3. RESULTADOS: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA, INSTITUCIONALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA DA POLÍTICA

A equipe de execução do programa tem realizado ao longo desse tempo de execução, avaliações da política implementada, benefícios e registro estatístico. Através de indicadores, busca-se quantificar e qualificar o resultado da efetivação das ações previstas, segundo o guia, são monitorados os indicadores de entrada, os resultados efetivos e resultados potenciais. A divulgação destes números ajuda a demonstrar o alcance que Operação Hampshire tem no bem-estar dos profissionais, no atendimento às vítimas e no acesso à justiça criminal. Enfatiza ainda a importância do compromisso organizacional com a vitimização, estratégia ao lidar com tema, processos claros e a capacidade de verificar de que forma essas ações alcançam os policiais.

5.3.4. COMO A EQUIPE PODE ATUAR PREVENTIVAMENTE

Respondendo ao trauma no policiamento: um guia prático para 2020 é a segunda edição do protocolo com orientações práticas sobre como lidar com o risco de trauma no profissional que está atuando no policiamento. Foi necessário ampliá-la para incluir as atualizações e desafios das respostas a COVID -19.

Como já visto, lidar com o estresse e o trauma no policiamento é uma área complexa. Para simplificar, este guia elaborou uma estrutura para a ação. O Guia estrutura a análise de riscos e respostas em três áreas de policiamento.

A primeira área analisada consiste no maior grupo dentro das instituições policiais, a saber: os oficiais e praças que fornecem uma primeira resposta a incidentes e eventos, este grupo atua no policiamento básico e cotidiano. Essas funções expõem regularmente policiais a situações de risco e potencialmente traumáticas, tais como: a presença de assassinatos, suicídios, colisões de tráfego rodoviário, morte súbita entre outros.

O segundo grupo é o policial especialista, são os policiais que se concentram em uma atividade específica, como por exemplo como lidar com violência doméstica, abuso infantil, combate ao terrorismo, equipes especializadas em intervenção e controle de distúrbios, policiais que atuam na

investigação e inteligência, investigações de mortes de outros policiais entre outros.

O último grupo inclui comandantes e os profissionais envolvidos na atuação em situações de desastres. Esse grupo engloba membros dos outros dois grupos anteriores, mas geralmente a magnitude do evento traumático requer uma resposta mais especializada.

Para cada um dos três grupos, o guia propõe o mapeamento das atividades realizadas, cada uma com base nas melhores evidências. Ao mesmo tempo, o mapeamento destas atividades melhora a base de evidências, incorporando informações coletadas por meio de monitoramento e avaliação. As três atividades principais envolvem a identificação, gestão e controle de risco por:

- reconhecer os riscos psicológicos diretos e indiretos enfrentados por oficiais e praças;
- identificar e selecionar a melhor abordagem para reduzir o risco e mitigar qualquer impacto;
- estabelecer processos para monitorar o impacto da exposição e avaliar a eficácia na saúde ocupacional e intervenções de recursos humanos.

	1. Policiais de Primeira Resposta	2. Especialistas	3. Gestão de desastres
Identificação do Risco	Comando direto (avaliação de cenário)	Avaliação de risco	elaborar e gerir Plano de contingência
Selecionando a abordagem	Desmobilização / desarmamento	Avaliação/vigilância , terapia de trauma	Triagem e tratamento de TEPT
Avaliando o resultado	Estresse / trauma conjunto de ferramentas	relatórios individuais e gestão em formação	após-incidente acompanhamento e monitoramento

Tabela 1: Estrutura para ação (adaptado pela autora com base no guia).

Os policiais de linha de frente que compõem o maior grupo e situam-se na base do policiamento são os que frequentemente respondem primeiramente a incidentes críticos e eventos potencialmente traumáticos. Essas funções possuem características especiais por além da necessidade de responderem às demandas sociais da comunidade, atuarem em conflito e estarem submetidos às estatísticas operacionais de policiamento. Estes profissionais são muito exigidos e tem pouco controle sobre suas atividades do dia a dia e são os primeiros a ter contato com cenas de assassinato, suicídios, acidentes de tráfego rodoviário, mortes súbitas, violência doméstica, abuso infantil, combate ao crime organizado, exposição à armas de fogo, terrorismo, morte de colegas, ameaça a sua vida entre outros incidentes críticos.

Nestas circunstâncias, estes profissionais podem experimentar sentimentos de ansiedade, esgotamento, falta de motivação, transtorno de estresse pós-traumático e fadiga de compaixão devido às grandes exigências emocionais de lidar com pessoas em risco ou muito angustiadas. Podem experimentar períodos de alta demanda no trabalho com longos períodos de rotina. Muitas vezes, estes profissionais estão sozinhos ou com um colega e precisam ser assertivos e autossuficiente na tomada de decisão. Funções operacionais especiais, altamente especializadas e de intervenção ou de investigação e inteligência também necessitam de acompanhamento e gestão de risco psicológico, mas estes seriam um pouco diferentes. A principal diferença das equipes especializadas seria uma maior previsibilidade da exposição a situações críticas e potencialmente traumáticas.

Nos dois casos, porém, ações de suporte institucional, apoio da chefia e suporte dos pares são essenciais para manter o bem-estar de sua equipe e identificar situações que podem ter impacto nas pessoas envolvidas e os profissionais que possam estar em risco de desencadear uma resposta de vulnerabilidade a estes eventos.

Instrumentos de avaliação de risco de trauma situacional e ferramentas de gestão podem ser necessários para identificar, acompanhar e encaminhar adequadamente para especialistas, caso seja necessário. O objetivo da

avaliação e monitorização será a redução do impacto da situação traumática na personalidade individual e reduzir os riscos organizacionais e promover resiliência entre os participantes da equipe, seriam as ações indicadas neste contexto.

De acordo com as diretrizes dos mais recentes programas elaborados pela Nações Unidas e pelo Departamento de Bem-estar implementado na polícia do Reino Unido para a área de saúde mental. Garantir a criação de protocolos de acompanhamento e avaliação para os profissionais que passaram por incidentes considerados de risco e críticos que possam desencadear o surgimento de alguma patologia mental, bem como acompanhar regularmente os profissionais que desempenham atividades especializadas de alto risco.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi afirmado anteriormente, o termo vitimização policial foi utilizado nos estudos pioneiros de Minayo, Assis & Oliveira (2011) em referência aos agravos à saúde física e mental dos profissionais de segurança pública. O conceito de vitimização refere-se, então, a policiais que sofreram lesões e traumas no exercício da profissão e às consequências que os fatos traumáticos trazem para si, para sua saúde, sua família, seus relacionamentos e para o desempenho profissional. (Minayo, 2013)

Assim, o termo diz respeito às agressões dirigidas aos agentes de segurança pública enquanto vítimas de agravos físicos, emocionais ou de morte no exercício de sua profissão.

No Brasil, além desses fatores compartilhados por todos os policiais, os elevados níveis de criminalidade, a existência de confrontos armados contra grupos de narcotráfico e o elevado número de armas de fogo em circulação resultam em um alto número de policiais atingidos por projéteis de arma de fogo, produzindo lesões fatais e/ou incapacitantes e agravando as condições de risco para sua saúde e com consequências para sua saúde mental.

Os riscos psicológicos têm aumentado no enfrentamento a violência e na resposta dos policiais às demandas do policiamento moderno. Muitos estudos nas próprias instituições atualmente se dedicam a examinar os riscos psicológicos a que esses profissionais estão submetidos. Onde programas de avaliação e vigilância foram implementados, como observado no Reino Unido e nas pesquisas de diagnósticos elaboradas pelas instituições policiais (Portugal, Brasil, França e EUA), foram evidenciados níveis aumentados de estresse traumático, altos níveis de fadiga da compaixão e esgotamento, é possível que estes índices sempre foram altos, porém antes de serem mensurados eles estavam invisibilizados na tropa, geralmente sua ponta mais visível são os afastamentos por saúde mental.

Assim como encontrado no Reino Unido, o mesmo acontece no Brasil, os policiais que atuam nas patrulhas formam o maior grupo no policiamento e

responsável pela maior parte das faltas por doença. Assim também como no Brasil, no passado os principais afastamentos por doença foram causados principalmente por condições físicas, como lesões musculoesqueléticas. Hoje, no entanto, uma alta proporção de doenças a ausência é devida a problemas de saúde mental.

Nos documentos pesquisados para essa dissertação foram encontradas as consequências mais frequentes dos agravos em saúde mental: perda de efetivo por licença de tratamento de saúde, perda de efetivo por aposentadoria precoce e clima institucional de medo generalizado.

Em que pese a existência de grande risco nas atividades de policiamento, atualmente existe uma cobrança social para que estes profissionais assumam funções ligadas a áreas anteriormente identificadas como de bem-estar social e garantia de direitos e cidadania, adicionando uma maior complexidade ao já multifacetado trabalho da polícia.

A pressão por se manter constantemente vigilante, engajado, responsivo e resolutivo às demandas sociais, embora desafiador e estimulante para muitos policiais, podem levar a problemas psicológicos, a um crônico estado de estresse, exaustão e esgotamento caso não sejam administrados corretamente, minando a satisfação sentida com o trabalho. Ainda assim, em comparação às questões de ordem operacional, a lista de eventos estressores ligados a fatores organizacionais aparece como o conjunto de variáveis que mais contribui para a alteração dos níveis de estresse e para as questões associadas à saúde mental.

As instituições de segurança pública devem compreender os desafios inerentes à atividade laboral de seus profissionais e devem disponibilizar serviços de saúde mental de forma acessível e aceitável. A saúde mental e o bem-estar devem ser promovidas dentro do ambiente de trabalho, no dia a dia das instituições.

É preciso criar uma cultura de aprendizagem, desenvolvimento e treinamento nesta área para toda a equipe, mas principalmente um comprometimento dos líderes e chefes de seção de forma a garantir que estes possuam conhecimento, habilidades e responsabilidade de construir um ambiente saudável e produtivo. Métodos de prevenção e aconselhamento

devem ser baseados em evidências, integrados a uma equipe de saúde a assistência psicossocial multidisciplinar e, por fim, promover aconselhamento e integração aos recursos humanos das instituições, de forma a otimizar os resultados.

Para além disso, ações de valorização e reconhecimentos dos policiais vitimados em serviço são imprescindíveis para homenagear aqueles que deram o sangue ou a vida cumprindo seu dever. O programa francês (*Victime du Devoir e Police - Action Solidaire*), os Estados Unidos da América (ações do FBI) e mais recentemente o Rio de Janeiro (Heróis do Rio) têm realizado algumas ações que merecem ser louvadas.³³

Já em relação ao caso português, concluiu-se que os policiais têm alta vitimização profissional, mas esse dado não acompanha o número de policiais mortos devido ao baixo acesso as armas na população e no momento de ataque a esses profissionais. Já as ações desenvolvidas no Departamento de Psicologia da PSP, apesar de não possuírem um programa específico para lidar com esse tema, a nosso ver são abrangentes e compreensivas. O DP disponibiliza uma linha de atendimento para avaliação de risco e suporte de emergência em situações críticas, com ênfase em ações preventivas e após a ocorrência de suicídios (autópsia psicológica).

Em contraponto, as ações desenvolvidas pelo EUA, priorizam a prevenção de ocorrências de vitimização profissional do ponto de vista operacional, quais são os cenários e ocorrências de maior risco, como evitá-las e como sobreviver atuando na linha de frente do policiamento.

Sobre a França, a ênfase das ações sobre vitimização profissional se inicia sob a mensagem de memória e honra dos profissionais que morreram em serviço e posteriormente com os programas de prevenção a suicídios policial e ações de suporte entre pares.

Já o Reino Unido, desenvolveu um programa sobre vitimização que nos parece o mais completo e abrangente. Este programa preconiza a padronização

³³ Incentivar a esporte e paraolimpíadas também devem ser uma das ações dentro das instituições policiais. No Rio de Janeiro temos um exército de ex-policiais jovens que foram vitimados e tiveram sequelas que tem conseguido recuperar autoestima e pertencimento social pelo esporte, se tornando grandes atletas paraolímpicos.

de uma resposta institucional e contempla uma vertente de bem-estar e avaliação de risco psicológico, facilitando seu acesso ao ser disponibilizado de forma online, além de propor uma mudança sobre como são tratados os policiais que sofreram algum tipo de vitimização.

Concluimos esta pesquisa afirmando que, assim como observado, as ações voltadas para a vitimização profissional nas instituições policiais são relativamente recentes (isso pode ser explicado pelo aumento da incidência de casos nestes países) e tem vindo a ter cada vez mais destaque sendo um campo onde a psicologia terá bastante a acrescentar. Esperemos que tal seja o caso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, R. (2001). É possível construir uma segurança pública sem violência? in Bandeira, L. et al. (Org.), *Violência Policial: Tolerância Zero?* Goiânia: Editora UFG.

Aldé, L. (2003). *Ossos do ofício: processo de trabalho e percepções de saúde no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro* (Tese de Doutorado), Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Almeida, C. V. R. D. (2012). *Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo-corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na polícia militar goiana* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiás, GO, Brasil.

Andrade, E. R. D., & Souza, E. R. D. (2010). Autoestima como expressão de saúde mental e dispositivo de mudanças na cultura organizacional da polícia. *Psicologia Clínica*, 22(2), 179-195.

Araújo, L. (2021). *A polícia que mais mata é a polícia que mais morre? Uma análise da vitimização na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2017 e 2018* (Dissertação de Mestrado), Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

Assis, C., & Silva, M. (2019). Investigação sobre sintomas de Transtorno de Estresse Pós-Traumático em policiais: um estudo a partir do Grupo de Operações Especiais (GOE) de Cacoal-RO. *Revista Sociais e Humanas*, 32(2), 9-20.

Bartol, C. R., & Bartol, A. M. (2018). *Introduction to forensic psychology: Research and application*. Califórnia: Sage Publications.

Branco, J. C. C. (2020). *O Burnout na Polícia de Segurança Pública: causas e engagement* (Dissertação de Mestrado), ISCPPI, Lisboa, Portugal.

Brasil - A. (2010). Portaria Interministerial SEDH/MJ, nº 2, de 15 de dezembro de 2010 – Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. Brasília, DF. Brasil.

Brasil - B. (2010). Portaria Interministerial SEDH/MJ, nº. 4.226, de 31 de dezembro de 2010. Estabelece as diretrizes do uso da força pelos agentes de segurança pública. Brasília, DF. Brasil.

Brasil. (2009) Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Brasília, DF. Brasil

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil, DF. Senado, 1988. Brasil.

Brito, Carolina F. F. (2017). *Violência contra elementos policiais: estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa* (Dissertação de Mestrado), ISCPSI, Lisboa, Portugal.

Cândido, P., P. E. F. (2013). *Trabalho e saúde mental em policiais militares de palhoça (SC)* (Dissertação de Mestrado), Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Carvalho, P. L. D. (2016). *Mapeamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho em policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Tocantins, Tocantins, TO, Brasil.

Castro, T. D. C. M. (2010). *Reconhecimento e vida dos guardas municipais: clínica do trabalho na atividade de segurança pública* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Portalegre, RS, Brasil.

Civil, T. D (2001) *Configuração Da QVT No Contexto De Trabalho dos Detetives Da Polícia Civil Metropolitana De Belo Horizonte* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

College of Policing (2017). *Psychological Risk Management: Introduction & Guidance*. UK

College of Policing (2020). *Responding to Trauma in Policing: a Practical Guide*. UK

de Andrade Carneiro, L., & dos Santos, L. C. (2019). Jiu-Jítsu: Bem-Estar Emocional E Físico Dos Militares Praticantes Um Estudo No 1º Batalhão De Polícia Militar Do Tocantins. *Humanidades & Inovação*, 6(2), 235-243.

Decreto Lei nº 243/86, de 20 de agosto. (1986). Diário da República nº 190 – I-Série. Portugal

Decreto Lei Nº. 26/94, de 1 de fevereiro. (1994). Diário da República nº 26/94- I Série A. Ministério do Emprego e Segurança Social. Pág. 480, de 1 de fevereiro de 1994. Portugal

Dias Campos, F., Chambel, M. J., Lopes, S., & Dias, P. C. (2021). Post-traumatic stress disorder in the military police of Rio de Janeiro: can a risk profile be identified? *International journal of environmental research and public health*, 18(5), 2594.

do Nascimento, VMS, de Oliveira, LAS, Teles, LL, Oliveira, DPM, Soares, NMM, & dos Santos Silva, RJ (2020). Saúde Mental e Nível de Atividade Física em Policiais Militares de Sergipe, Brasil. *Motricidade*, 16 (S1), 136-143.

Durão, S., & Coelho, M. C. (2020). Do que fala quem fala sobre polícia no Brasil? Uma revisão da literatura. *Análise Social*, LV, 234, 72-99.

Durão, S., & Darck, M. (2012). *Polícia, segurança e ordem pública: perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Elias, L. (2012) Desafios da Segurança na Sociedade Globalizada, Working Paper#11, *Observatório Político*, publicado em 15/5/2012, URL: www.observatoriopolitico.pt

Fernandes, A. (2016) Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo 2013-2014 – Fundação Getúlio Vargas, *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 10(2): 192-219.

Fernandes, F. D. (2010). *Ambivalência das políticas de segurança pública: os governos de Antônio Britto e de Olívio Dutra e os novos atores* (Dissertação de Mestrado), Universidade Rio Grande do Sul, Portalegre, RS, Brasil.

Fernandes, H. M. D. S. S., Marques, M. O., & Castilho, P. C. (2013). *Comprometimento organizacional, auto criticismo e autocompaixão na PSP* (Dissertação de mestrado) ISMT, Coimbra, Portugal

Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Atlas da violência (2018), http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2018/06/FBSP_atlas_violencia_2108_Infografico.pdf acessado em 25 de outubro de 2021.

Fórum Brasileiro De Segurança Pública (2015) Pesquisa de Vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública /Ministério da Justiça, Brasil.

Fraga, C. K. (2005) *A Polícia Militar Ferida: Da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço* (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Gil, A. C. (2002) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, 4ª.ed. São Paulo: Atlas.

Henry, V. (2004) *Death Work: Police, Trauma, and the Psychology of Survival*. Oxford: Oxford University Press.

Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Relatório Vitimização Policial. Acesso em 04 fevereiro de 2022. Disponível em: <http://www.isp.rj.org.gov.br/>.

Joly, B. R. (2017). *Risco e Vitimização Policial Militar: da Caserna à Política* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

Kennedy, C. H., & Zillmer, E. A. (2006). *Military psychology. Clinical and Operational Applications*. New York: Guilford.

Lemercier, S. (2011) *Victime du devoir*. Montpellier: Les édition du Prévôt.

Maia, A.B.P. (2018). *Vitimização policial: morbidade por arma de fogo de policiais militares do estado do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado), Fundação Oswaldo Cruz, RJ, Brasil.

Maia, D. B., Nóbrega, A., Marques-Portella, C., Mendlowicz, M. V., Volchan, E., Coutinho, E. S., & Figueira, I. (2015). Peritraumatic tonic immobility is associated with PTSD symptom severity in Brazilian police officers: a prospective study. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 37(1), 49-54.

Maia, I.M. (2018) *Profissionais do sistema socioeducativo: um estudo sobre engajamento e exaustão com o trabalho* (Dissertação de Mestrado), Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil.

Manzochi, L. A. (2014). *O Profissional Invisível nas Emergências: sua inserção social e institucional* (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Meza, A. P. Britto, A.C., J., Barros, J. P. P., P., Silva, J.F.D. Benício, L. F. D. S., Bicalho, P. P. G. D. (2020). *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Política de Segurança Pública*. Rio de Janeiro, Brasil.

Minayo M. C. S. Souza (2005). Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência Coletiva*, 10(4), 917-928.

Minayo, (2014) *Vitimização Policial* in Lima, R., Ratton, J. & Azevedo, R. (Orgs.), *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Contexto.

Minayo, M. C. D. S., Assis, S. G. D. Oliveira, R. V. C. D. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciências da Saúde Coletiva*. 16(4), 2199-2209.

Minayo, M. C. S. de Souza, E. R. Constantino, P. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública Perceived risks and victimization of military and civil police in the public (in) security domain. *Cadernos de Saúde Pública*. 23(11), 2767-2779.

Minayo, M. C. S. Souza (2008). *Missão Prevenir e Proteger: Condições de trabalho, saúde e qualidade de vida dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Minayo, M. C. S. Souza, E. R. Constantino, P. (2003) *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond.

Monteiro, P. I. (2002). Quando o polícia é a vítima - consequências das agressões aos agentes da PSP (Dissertação de Mestrado), Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal.

Moreira, A. (2010) *Portugal e as Operações de Paz*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

Moura, T. (2005). Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (71), 77-96.

Muniz, J. e Soares, B. (2011) *Relatório Final sobre Vitimização, Letalidade e Saúde Ocupacional no Rio de Janeiro - Sugestões para um Programa de Ação Federativa*. SENASP, Brasília, DF, Brasil.

Muniz, J. Soares, B. M. (1998) *Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania.

Muniz, J., Caruso, H., & Freitas, F. (2017). Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. 2, 148-187.

Oliveira, K. L. D., & Santos, L. M. D. (2010). Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, 12(25), 224-250.

Paixão, C. C. (2013). *Transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes filhos de policiais militares do estado do Rio de Janeiro* (Tese de Doutorado), Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Perez, A. D. M., & Bensenor, I. M. (2015). Tabagismo e consumo de álcool, comportamento sexual e transtornos mentais comuns em estudantes militares da Academia de Polícia: Um estudo transversal. *São Paulo Medical Journal*. 133 (3), 235-244.

Pinizzotto, A. J., Davis, E. F., & Miller III, C. E. (2002). Escape from the killing zone. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 71, 1-8.

Piovesan, F. (2014). Sistema Interamericano de Direitos Humanos: impacto transformador, diálogos jurisdicionais e os desafios da reforma. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, 3(1), 76-101.

Poiars, N. C. L. D. B. (2018). Serviço Policial e Direito da Saúde. *Pensar Enfermagem*, 22, 75-84.

Porto, M. E. G. (2001) Violência e segurança: a morte como poder? in Bandeira, L. et al. (Org.), *Violência Policial: Tolerância Zero?* Goiânia: Editora UFG.

Prisciliano, J. C. S. (2014). *Aptidão física e índices de capacidade de trabalho na polícia de segurança pública* (Dissertação de Mestrado), ISPSI, Lisboa. Portugal.

Queirós, C., Passos, F., Bártolo, A., Faria, S., Fonseca, S. M., Marques, A. J. & Pereira, A. (2020). Job stress, burnout and coping in police officers: relationships and psychometric properties of the organizational police stress questionnaire. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(18), 6718.

Reiser, M., & Geiger, S. P. (1984). Police officer as victim. *Professional psychology: research and practice*, 15(3), 315.

Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?V=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6> acessado em 10 de julho de 2019.

Rio de Janeiro. Lei n. 7883, de 02 de março de 2018. Institui o programa de segurança e saúde no trabalho dos agentes de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.

Rodrigues, M. O. (2018). *Os polícias não choram: toda a verdade: visão multidisciplinar*. Lisboa: Prime Books.

Sartori, L. (2006) *Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento* (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Paraná, PA, Brasil.

Silva, J. (2001). Violência policial e ideologia dos algozes-vítima. in Bandeira, L. et al. (Org.), *Violência Policial: Tolerância Zero?* Goiânia: Editora UFG.

Silva, D. M. D. F. (2016). *Ajustamento emocional: a satisfação profissional e a exposição em incidentes críticos na Polícia de Segurança Pública* (Dissertação de Mestrado), ISCPSI, Lisboa, Portugal.

Silva, E.P., E., Fabbro, M. R. C., Heloani, R. (2009). O trabalho de enfermeiros e guardas municipais: identidade, gênero e poder. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 5, s/p.

Silva, J.H. D. (2009). *Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental* (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Silva, M. B. da, & Vieira, S. B. (2008). Working process of military police state officers and mental health. *Saúde E Sociedade*, 17(4), 161-170.

Soares, D. R. (2013). *Em busca dos sentidos do trabalho para servidores públicos policiais: um estudo entre peritos criminais federais* (Dissertação de Mestrado). Fundação de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Souza, L. A. S. (2013). *O papel da autoeficácia na saúde mental e no Burnout de Cadetes Policiais e Bombeiros Militares* (Tese de Doutorado), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Spode, C. B. (2004). *Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Spode, C. B., Merlo, Á. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 19(3), 362-370.

Swedler, D. I., Kercher, C., M Simmons, M., & M Pollack, K. (2014). Occupational homicide of law enforcement officers in the US, 1996-2010. *Injury Prevention*. 20(1), 35-40.

Torres, J.E.M. (2015). *Gestão de Riscos no Planejamento, Execução e Auditoria de Segurança*. Lisboa: ISCPSI.

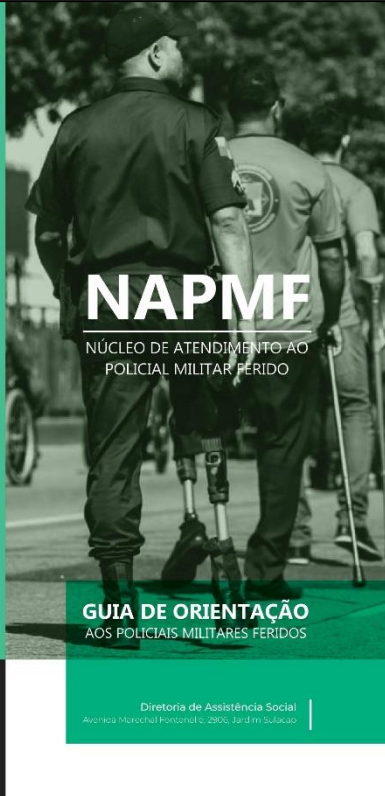
Torres, J.E.M. (2020). Uma Polícia para o século XXI - Breves reflexões. *Separata da Revista Polícia Portuguesa*. 5(2), 1-27.


Vale, S. F. D., Maciel, R. H. M. D. O. Nascimento, A. P. T. D. Vasconcelos, J. W. O., & Pimentel, F.H., P. (2015). Análise de diagnósticos associados às licenças médicas de servidores públicos do Ceará. *Revista de Psicologia*. 6(1), 68-81.

Van der Kolk, B. (2020). *O corpo guarda as marcas: Cérebro, mente e corpo na cura do trauma*. Rio de Janeiro: Sextante.

Zietlow, B. (2016). Violence Against Police Officers: The Victims' Perspective. In D. Baier and C. Pfeiffer (Eds.) *Representative Studies on Victimization*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. (pp. 163-184).

ANEXO I – GUIA DE ORIENTAÇÕES (NAPMF)

<p>• Isenções em impostos na aquisição de veículos adaptados: O policial militar com deficiência possui isenções em impostos na aquisição de veículos adaptados. As isenções se referem aos seguintes impostos: Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).</p>	<p style="text-align: center;">Em caso de dúvida, procure o Núcleo de Atendimento ao Policial Militar Ferido na DAS, ou através dos seus núcleos descentralizados.</p> <p style="text-align: center;">Sede DAS: Tel: (21) 2334-1896 Núcleo da DAS em São Cristóvão: Tel: (21) 2334-1833 Núcleo da DAS no HCPM: Tel: (21) 2333-7902 Núcleo da DAS no 20º BPM: Tel: (21) 2334-1896 Núcleo da DAS no 4º CPA: Tel: (21) 2717-6707 Núcleo da DAS no 29º BPM: Tel: (22) 2533-0389</p>	
<p>EM CASO DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO:</p> <p>• Seguro DPVAT: Qualquer vítima de acidente envolvendo veículo, inclusive motoristas e passageiros, ou seus beneficiários, podem requerer a indenização do DPVAT. A seguradora efetuará o pagamento das indenizações por pessoa vitimada em casos de Morte, Invalidez Permanente e Despesas de Assistência Médica e Suplementares. Em caso de dúvida, o beneficiário deve ligar para a Central de Atendimento dos Consórcios DPVAT: 0800-0221204, ou consultar o site dos Consórcios na internet www.dpvatseguro.com.br, ou, ainda, ligar para a central de atendimento da SUSEP: 0800-0218484.</p>		
<p>LEGISLAÇÕES IMPORTANTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 279 de 26 de novembro de 1979 Remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências • Lei n.º 443 de 1º de julho de 1981 Estatuto do Policial Militar • Lei n.º 6764 de 02 de maio de 2014 Dispõe sobre o Auxílio Invalidez • Decreto n.º 544 de 07 de janeiro de 1976 Dispõe sobre o Ato de Serviço; • Decreto n.º 6.579 de 05 de março de 1983 Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro • Portaria PMERJ n.º 346 de 12 de maio de 2010 Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde e das Juntas de Inspeção de Saúde no âmbito da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; • Portaria PMERJ n.º 350 de 12 de maio de 2010 Instruções Reguladoras dos Documentos Sanitários de Origem (DSO) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 	<p style="text-align: center;">Diretoria de Assistência Social Avenida Marechal Fontenelle, 2906, Sulacap, RJ (21) 2334-1896 (21) 2334-1895 (21) 2334-1894</p> <p style="text-align: center;">Acesse: unidades.pmerj.rj.gov.br/das/ ✉ servicosocial.das@gmail.com 📷 @das_pmerj 📘 @dasoficial.pmerj</p>	

<p>O QUE É O NAPMF?</p> <p>O Núcleo é composto por uma equipe especializada, e tem como objetivo promover a valorização profissional dos policiais militares por meio de ações que contribuam para o acesso do policial militar acidentado a recursos, benefícios e direitos sociais. A equipe é composta por assistentes sociais, agentes sociais e administrativos.</p>	<p>DIREITOS DO POLICIAL MILITAR FERIDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seguro de acidentes pessoais: Este seguro é destinado a policiais militares da ativa que adquiram Invalidez Parcial (IPA) ou Permanente por Acidente e Morte Acidental (MA). O Seguro visa indenizar o policial pelas sequelas deixadas por acidentes ocorridos em serviço ou folga. • Procedimentos: O atendimento é realizado na DAS com agendamento prévio ou através dos Núcleos descentralizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio invalidez (Lei n.º 279 de 26 de novembro de 1979): O policial que foi ou venha a ser reformado por incapacidade definitiva e considerado inválido, não podendo prover meios de subsistência, de acordo com o artigo 81: 					
<p>PROCEDIMENTO A SER ADOTADO PELO POLICIAL MILITAR EM CASO DE FERIMENTO, DE SERVIÇO OU DE FOLGA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar ao seu Chefe imediato, por escrito ou verbalmente o fato ocorrido, especificando hora, local e circunstâncias em que se deram os acontecimentos, bem como as testemunhas. A participação verbal deve ser confirmada por escrito no prazo máximo de 48 horas. • Requerer o Inquérito Sanitário de Origem (ISO), em caso de não ser aberto o Atestado Sanitário de Origem (ASO) em até um ano após a data do acidente, como prescreve o PORTARIA PMERJ n.º 0350, de 12 de maio de 2010. O ISO destina-se a apurar se a incapacidade física atual, temporária ou definitiva, do policial militar resulta de: I - doença, moléstia ou enfermidade com relação de causa ou efeito a condições inerentes ao serviço; ou; II - estado mórbido consequente a ferimento recebido na manutenção da ordem pública ou acidente em serviço, quando não tiver sido lavrado na época própria o ASO. 	<p style="text-align: center;">O formulário do seguro deve ser atualizado anualmente. Solicite na sua unidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de recursos de saúde pela DAS: A DAS oferece alguns recursos de saúde, tais como: medicamentos, material médico hospitalar, cadeiras de rodas, condução para tratamento de saúde, entre outros (de acordo com a disponibilidade). • Procedimentos: O atendimento é realizado na DAS mediante agendamento ou através dos Núcleos descentralizados. OBS: a solicitação do recurso deve estar em refeitório da PMERJ ou homologada por um médico da Corporação. <p style="text-align: center;">ATENÇÃO: Para acessar os recursos de saúde o militar necessita descontar para o FUSPOM.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma (Lei n.º 443 de 1º de julho de 1981): O policial militar será reformado quando for julgado incapaz definitivamente para o serviço ativo da Corporação. 	<p>“fará jus ao auxílio invalidez no valor de vinte e cinco por cento da soma da base de cálculo com a Gratificação de Tempo de Serviço, desde que satisfaça a uma das condições abaixo especificadas, devidamente declarada por Junta de Saúde da Corporação: I - necessitar de internação em instituição apropriada, da Corporação e/ou não; II - necessitar de assistência ou de cuidados permanentes de enfermagem”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxílio invalidez (Lei n.º 6764 de 02 de maio de 2014): Conforme o artigo 1º, tem direito ao auxílio invalidez, o policial militar que foi ou que venha a ser reformado por incapacidade definitiva e considerado inválido, em razão de paraplegia ou tetraplegia, bem como da amputação de membro (s) superior (es) e/ou inferior (es), decorrente de acidente de serviço, impossibilitado total e permanentemente para qualquer atividade laboral, não podendo prover os meios de sua subsistência. O valor do benefício é R\$ 3.000,00 (três mil reais) e deverá ser pago mensalmente. 					
<p>COMPETÊNCIA DAS OPM:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instaurar procedimento apuratório sobre o fato que culminou com o ferimento do policial militar e publicar a solução em Boletim Interno definindo se o acidente foi em ato de serviço ou não. • Lavrar a prova circunstancial, que faz parte do Atestado Sanitário de Origem (ASO) e encaminhar para unidade de saúde conforme prescreve a PORTARIA PMERJ n.º 0350, de 12 de maio de 2010. <p style="text-align: center;">ATENÇÃO: O ASO deve ser confeccionado em até 01 (um ano) após a data do acidente.</p>	<p>A incapacidade definitiva é condição física e/ou mental do inspecionado que, depois de esgotados os recursos de tratamento, impossibilita-o definitivamente de exercer qualquer serviço de natureza policial militar ou atividade inerente ao cargo ou função, inclusive as de atividade meio.</p> 	<p>Observações:</p> <table border="1" style="width: 100%; height: 100px;"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>					

ANEXO II – PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PÓS- CONFRONTO (PMERJ)

7. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEPM N° 044, DE 24 DE MARÇO DE 2021.

ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA O PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PÓS-CONFRONTO NO ÂMBITO DA PMERJ.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR**, no uso de suas atribuições legais, e atendendo proposta do **DIRETOR-GERAL DE ENSINO E INSTRUÇÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art.3º, inciso VI, do Decreto n.º 15.427/90, que regulamenta as atribuições da Diretoria Geral de Ensino e Instrução, **RESOLVE:**

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO:

- A missão constitucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, de realização de atividades de polícia ostensiva com vistas à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- As vicissitudes do trabalho policial, caracterizado por exposição constante ao risco;
- O potencial desencadeamento de danos físicos e psicológicos a partir do trabalho policial militar, notadamente entre estes o Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT);

- A dinâmica de desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-traumático, que pode se dar em um tempo estendido, entre o fato traumático e um período de aproximadamente 6 (seis) meses do mesmo;

- O alto número de afastamentos de policiais militares devido a transtornos psiquiátricos, o que requer um trabalho de prevenção dos mesmos, através da sistematização de ações de assistência psicológica ao policial militar da ativa,

- O Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Estado e o Ministério Público do Rio de Janeiro, em julho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Protocolo de Avaliação Psicológica Pós-Confronto, a ser estabelecido no âmbito da PMERJ, para as unidades do Estado do Rio de Janeiro, na forma que segue:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I – DAS FINALIDADES

Art 2º - Fica aprovado o Protocolo de Avaliação Psicológica Pós-Confronto no âmbito da PMERJ.

Parágrafo Único - O público-alvo são os policiais militares de equipes envolvidas em ocorrências nas quais tenha havido falecimento de civis, bem como ferimento ou morte de policial militar.

Art. 3º - A presente Instrução Normativa visa atender às seguintes finalidades:

- I. Uniformizar e alinhar procedimentos de encaminhamento de policiais para a avaliação psicológica pós-confronto com vítimas;
- II. Implantar fluxo e protocolos de atendimento; e,
- III. Definir as responsabilidades dos Comandantes, Chefes e Diretores no encaminhamento dos policiais militares envolvidos diretamente em tais ocorrências.

SEÇÃO II – DOS OBJETIVOS

Art. 4º - São objetivos do Protocolo de Avaliação Psicológica Pós-Confronto:

- I. Estruturar a assistência psicológica aos policiais militares a partir de ocorrências nas quais tenha havido falecimento de civis, bem como falecimento ou ferimento de policial militar, através de um encaminhamento formal destes casos;
- II. Proporcionar escuta qualificada aos policiais que passam por situações potencialmente traumáticas;
- III. Disponibilizar atendimento psicológico aos referidos policiais e, de acordo com a necessidade avaliada por oficiais psicólogos da Corporação, encaminhá-los para atendimento psiquiátrico;
- IV. Viabilizar encaminhamento para outros serviços de saúde que se fizerem necessários

SEÇÃO III – DA LEGISLAÇÃO BÁSICA

Art. 5º - O amparo legal que orienta esta Instrução Normativa baseia-se nos seguintes dispositivos:

- I. Resolução CFP N° 010/2005, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo;
- II. Portaria Interministerial SDH/MI, n° 2/2010 – Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública;
- III. Lei n° 443, de 01 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;
- IV. Lei n° 3234/2017, que institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- V. Decreto Conjunto do Interventor Federal e do Governador do Estado do Rio de Janeiro n° 03, de 27 de Dezembro de 2018, que Regulamenta a Lei n° 3234/2017.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA

Art. 6º - São OPMs responsáveis pela execução do Programa:

- I. Diretoria Geral de Saúde, por meio da Coordenação Técnica de Psicologia.
- II. Unidades Operacionais do Estado do Rio de Janeiro (relação em anexo);
- III. Unidades de Saúde da Polícia Militar.

Art. 7º - São atribuições das OPM envolvidas:

I. À P1 das Unidades Operacionais do Estado do Rio de Janeiro, cabe relacionar os policiais militares envolvidos em ocorrências com as vítimas tipificadas acima, militares ou civis, estabelecendo contato telefônico com o SAME ao qual o Serviço de Psicologia desejado para atendimento esteja vinculado, conforme Anexo 1, para marcação do atendimento psicológico dos policiais militares que participaram de ocorrência conforme descrito no Parágrafo Único do Art. 1º.

- II. Aos serviços de Psicologia da PMERJ, em Unidades Operacionais ou de Saúde, compete a recepção e disponibilização de acompanhamento psicológico no escopo do presente programa.
- III. À Coordenação Técnica de Psicologia/DGS, dar suporte ao cumprimento deste protocolo;
- IV. Ao serviço de Psiquiatria da PMERJ, acolher e atender aos policiais encaminhados a partir de atendimento psicológico no presente programa.
- V. Aos serviços de Saúde da Corporação, acolher e atender aos policiais militares encaminhados a partir deste protocolo.

CAPÍTULO III

DOS PROTOCOLOS DE ENCAMINHAMENTO E SEÇÃO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 8º - Quando da conclusão de ocorrência policial com vitimização tipificada nesta IN, a P1 da Unidade Operacional de pertencimento da equipe deverá contatar, por meio telefônico, o SAME ao qual o Serviço de Psicologia desejado para atendimento esteja vinculado, conforme Anexo 1, para agendamento de consulta para os membros da guarnição envolvida. O policial militar que desconta FUSPOM, necessariamente, tem que estar cadastrado no site meufuspom.pmerj.rj.gov.br e os policiais que não possuem FUSPOM deverão ser encaminhados pela P1 das suas unidades, conforme esta IN, para os serviços de Psicologia da própria unidade do policial militar ou dos batalhões operacionais mais próximos;

Art. 9º - Com **exceção** do **HCPM**, as policlínicas e o HPM-NIT disponibilizam o Serviço Ambulatorial de Psicologia. As Unidades que não possuem Serviço de Psicologia podem agendar o atendimento para Unidades mais próximas. As Unidades DAS, COE, APM, DMP, DRSP, UP, BOPE, GAM, CHOQUE, RCECS, CPM I, II e III possuem Serviço de Psicologia próprio e o atendimento de seu efetivo pode ser realizado diretamente nos Serviços de Psicologia destas Unidades, ou em outra Unidade que conte com Serviço de Psicologia a critério do policial.

Art. 10 - Deverão ser fornecidas, no ato de agendamento, as seguintes informações: nome completo, RG, CPF, e-mail e telefone.

Art. 11 - O agendamento deverá ser feito em um período de, no máximo, 7 (sete) dias corridos após a ocorrência, e deverá ser realizado preferencialmente no horário de serviço dos policiais;

Art. 12 - O oficial psicólogo responsável pelo atendimento deverá comunicar à Coordenação Técnica de Psicologia, através do endereço eletrônico psicologia_dgs@pmerj.rj.gov.br, com o título "Atendimento Realiza-

do” a realização do atendimento e encaminhamentos feitos para outros serviços de saúde, para efeitos de controle estatístico e análise qualitativa.

Art. 13 - A partir deste primeiro atendimento será indicado:

I – Início de tratamento psicológico, individual ou em grupo, caso necessário, de acordo com a avaliação do oficial psicólogo responsável;

II – Encaminhamento para o serviço de Psiquiatria, caso necessário, de acordo com a avaliação do oficial psicólogo responsável;

III – Agendamento de nova avaliação dentro do período máximo de 3 (três) meses, mesmo para aqueles que não permanecerem em atendimento, tendo em vista o potencial desenvolvimento tardio do Transtorno de Estresse Pós-Traumático nos envolvidos, na ocorrência que gerou o encaminhamento. Esse agendamento deve ser realizado pelo oficial psicólogo que fez o primeiro atendimento ou, no caso de tratamento psicológico continuado, pelo psicólogo que o acompanhou;

Art. 14 – O oficial psicólogo responsável pelo atendimento deverá manter registro em prontuário dos atendimentos realizados, de forma a possibilitar o acompanhamento da evolução dos casos atendidos.

CAPITULO IV – DO FLUXO DA INFORMAÇÃO

Art. 15 - Todos os casos assistidos através deste Protocolo deverão ser registrados em prontuário, nas OPMs e órgãos envolvidos, onde constará a data dos procedimentos, encaminhamentos realizados e a evolução dos casos.

CAPÍTULO V - DAS PRESCRIÇÕES FINAIS

Art. 16 - A presente Instrução Normativa deverá ser revisada, minimamente a cada 02 (dois) anos, sendo realizadas alterações, caso pertinentes.

Art. 17 - Compete à Coordenação Técnica de Psicologia dirimir as dúvidas decorrentes da presente Instrução Normativa.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Com Ger ROGÉRIO FIGUEREDO DE LACERDA

Secretário de Estado de Polícia Militar

ANEXO III – QUESTIONÁRIO I

Análise dos Dados Bibliográficos - Dissertação Beta

Formulário a ser utilizado para o levantamento de dados bibliográficos da pesquisa.

***Obrigatório**

Seção sem título

Identificação do artigo

1. Referência completa APA - Sobrenome, N. (ANO) Título do artigo (em normal)
Título do Periódico (em itálico), No., Volume, pp-pp. *

2. Referência curta - (Sobrenome, ano) *

3. Área do conhecimento (Área da revista ou o Programa)

Marcar apenas uma oval.

- Psicologia
 Administração
 Direito
 Antropologia
 Sociologia
 Ciência Política
 Estatística
 Serviço Social
 Filosofia
 Saúde
 Outro: _____

4. O texto apresenta pesquisa de campo empírico?

Marcar apenas uma oval.

- Sim *Pular para a pergunta 5*
 Não *Pular para a pergunta 11*

Campo Empírico

5. País:

Marque todas que se aplicam.

- Brasil
 Portugal
 EUA
 França
 Israel
Outro: _____

6. Cidade/Estado:

7. Participantes

Marque todas que se aplicam.

- Policiais militares (Brasil)
 Policiais civis (Brasil)
 Guardas Municipais (Brasil)
 Polícia de Segurança Pública (Portugal)
 Guarda Nacional Republicana (Portugal)
 Polícia Municipal (Portugal)
 Bombeiros Militares (Brasil)
 Bombeiros Militares / Sapadores (Portugal)

Outro: _____

8. Quanto ao procedimento de coleta de dados, qual foi a metodologia utilizada no rastreio em saúde mental?

Marque todas que se aplicam.

- Survey (individual com entrevista de roteiro fechado)
 Entrevista clínica (individual com entrevista de roteiro semi-aberto)
 Grupo focal (em grupo e roteiro semi-aberto)
 Pesquisa em base de dados (coletivo, não identificado, CID)
 Pesquisa documental em prontuário médico
 Pesquisa documental em fontes individuais ou fontes institucionais

Outro: _____

9. A pesquisa de campo utilizou instrumento de psicodiagnóstico validado pela categoria (teste ou inventário psicológico/teste psiquiátrico)

Marque todas que se aplicam.

- (ISSL) Inventário de Sintomas de Estresse de Lipp
 (MBI) Inventário de Burnout de Maslach
 (QVT) Escala de Avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho
 (ICT) Índice de Condição do Trabalho
 (DUKE) Duke - Perfil de Saúde / Duke-UNC Health Profile
 (ASSIST-OMS) Questionário para Triagem do Uso de Álcool, Tabaco e Outros Substâncias
 (BDI) Escala de Depressão de Beck
 (SSIIPA) Semi-Structured Interview for Psychological Autopsy
 (HAD) Escala para Ansiedade e Depressão
 (OLBI) Oldenburg Burnout Inventory
 (UWES) Utrecht Work Engagement Scale

Outro: _____

10. Quanto ao procedimento de coleta de dados, qual foi a metodologia utilizada para informações da instituição?

Marque todas que se aplicam.

- Entrevista individual
 Grupo focal (em grupo e roteiro semi-aberto)
 Pesquisa documental em fontes institucionais

Outro: _____

Vitimização - definições

11. Como os autores definem objetivamente vitimização policial?

Marque todas que se aplicam.

- Número de homicídios por causas externas em serviço
 Número de homicídios por causas externas em folga
 Número de ferimentos por causas externas em folga
 Número de ferimentos por causas externas em folga
 Número de suicídios

Outro: _____

12. O texto apresenta dados sobre os tipos de vitimização acima?

13. Qual entendimento dos autores dos fatores envolvidos na vitimização?

Marque todas que se aplicam.

Comportamento de risco

Falta de planejamento operacional

Planejamento operacional inadequado

Planejamento operacional sem inteligência policial

Condições de moradia do policial

Outro: _____

Polícia e Saúde Mental

14. Quais são os efeitos do trabalho policial na saúde mental dos profissionais? (Pode-se marcar mais que uma opção)

Marque todas que se aplicam.

TEPT / Burnout

Estresse laboral

Transtornos de Ansiedade

Suicídio

Transtorno Depressivo

Nível de Saúde / QVT / Capacidade Laboral

Outro: _____

15. Como o texto discute tais efeitos assinalados acima? (Resultados da pesquisa)

16. O texto discute as conexões entre as condições de trabalho policial e os impactos na saúde mental?

Gênero

17. A publicação discute intersecção de gênero na vitimização policial?

Institucional

18. Quais são as consequências da vitimização para as instituições de segurança pública?

Marque todas que se aplicam.

Perda de efetivo por licença de tratamento de saúde

Perda de efetivo pela "escolha" por outra carreira

Perda de efetivo por aposentadoria precoce

Clima institucional de medo generalizado

Gastos com tratamento de saúde

Gastos com pensões

Outro: _____

19. O texto recomenda ações institucionais de prevenção à vitimização?

20. Existem ações institucionais de prevenção à vitimização na realidade pesquisada?

21. Quais são os resultados dessas ações encontrados nas realizadas pesquisadas, caso existam?

Psicologia

22. Há referência ao saber psicológico?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

23. Em caso positivo, detalhar.

Impressões gerais sobre o artigo

24. Há pontos a destacar no artigo?

ANEXO IV – OFÍCIOS E AUTORIZAÇÕES

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 5/SECDE/2022

Classificador: 080.10.02


Processo: SECDE201900004MNI

Data: 2022-01-10

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS (NI)

1. O Curso de Mestrado em Ciências Policiais (CMCP), no 2.º ano, compreende a elaboração de uma dissertação que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais.
2. Neste sentido, a aluna do CMCP Roberta Torres dos Santos, da especialização em Gestão da Segurança, irá realizar o seu estudo subordinado ao tema "Psicologia Policial: Programas de prevenção à redução da vitimização profissional sob a ótica da saúde mental", do qual são orientadores o Professor Doutor José Antunes Fernandes e Professora Doutora Juliana Ferreira da Silva.
3. Deste modo, a aluna veio solicitar autorização para realizar uma visita técnica na Divisão de Psicologia da PSP e solicitar a realização de entrevistas ao Exmo. Senhor Chefe de Divisão, Dr. Fernando Passos, e a psicólogos que trabalhem com a temática do objeto de estudo.
4. A necessidade desta visita tem por objetivo obter conhecimento sobre documentos técnicos que subsidiem a dissertação, sobre o funcionamento do serviço, seu organograma e as ações realizadas no tema em questão.
5. Segue, em anexo, o guião.
6. Mais se informa V.ª Ex.ª que a aluna Roberta Torres dos Santos, se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, não usando os mesmos fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor


José Carlos Bastos Leitão
Superintendente



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |
iscpsi@psp.pt

137112
Página 1/1

ANEXO V – QUESTIONÁRIO 2

O roteiro de entrevistas semi aberto e será composto por um questionário a ser respondido posteriormente a entrevista, composto com as seguintes perguntas:

Eixo 1

Identificação dos programas de prevenção à saúde mental, escopo, abrangência e público alvo.

- 1) Existe na sua instituição um programa de prevenção a vitimização (agravos) à saúde mental e a promoção de bem estar? (caso exista, e seja um documento público, solicito a gentileza de compartilhamento com a pesquisadora)
- 2) Quais as ações (escopo) deste programa?
- 3) Qual a sua abrangência?
- 4) Qual o público alvo deste programa (ele é estendido a todos os policiais?)
- 5) Quais os desafios de implementação?
- 6) São programas preventivos ou de pós ocorrência? Há ações de rastreio em saúde mental nos casos onde o policial foi ferido em serviço?
- 7) Quais os instrumentos psicológicos (caso existam) são utilizados?

Eixo 2

Institucionalização dos Programas

- 1) Este programa é coberto por regulamentos internos e protocolos de ação?
- 2) Existe previsão para ser acionado? Esse acionamento é determinado pela ocorrência?
- 3) Existe regularidade no acionamento?

Eixo 3

Resultados (Avaliação e monitoramento)

- 1) Existe um acompanhamento dos resultados da aplicação destes programas? Caso haja, foi possível identificar redução dos números apresentados na aplicação do programa?
- 2) Existe um monitoramento do número de policiais feridos em serviço, casos de suicídio policial, ou afastamentos por motivos psicológicos? Caso haja um programa de prevenção, esse dados são utilizados para subsidiar ações do setor?
- 3) Os dados encontrado são utilizados para a atualização das políticas institucionais (retroalimentação) sobre a prevenção em saúde mental e avaliação do programa?

Roteiro de entrevistas situacional:

- 1) Descreva uma situação onde um policial foi encaminhado para o programa de atendimento psicológico.
- 2) descreva uma situação onde um policial foi ferido, quais os procedimentos institucionais acionados.
- 3) Descreva um caso de suicídio policial e quais os protocolos que foram acionados.

Muito obrigada,
Coms os melhores cumprimentos,
Roberta Torres.

ANEXO VI – FLYER INFORMATIVO (LEOKA)

TRAINING	CONTACT INFORMATION	<div style="text-align: right; font-size: small;"> U.S. Department of Justice Federal Bureau of Investigation Criminal Justice Information Services Division </div>
<p>Training</p> <p>Based on more than 40 years of research and data collection, the LEOKA Program provides free Officer Safety Awareness Training (OSAT) to city, college and university, county, state, tribal, federal, and international law enforcement agencies. The goal of the LEOKA Program's OSAT course is to provide relevant, high quality, potentially lifesaving information to law enforcement agencies focusing on "why" an incident occurred, as opposed to "what" occurred during the incident. Training is offered in a 4- or 8-hour block of instruction. Information regarding training can be requested through:</p> <p style="text-align: center;">leoka.training@fbi.gov</p> <p>LEOKA data is available to all LEEP users. LEOKA's Community of Interest within JusticeConnect provides access to the LEOKA publications, research studies, and information regarding the OSAT course.</p>	<p>Training Questions:</p> <p style="text-align: center;">304-625-2939 or leoka.training@fbi.gov</p> <p>Statistical Questions:</p> <p style="text-align: center;">304-625-3521 or leoka.statistics@fbi.gov</p> <div style="text-align: center; margin: 20px 0;"> </div> <p style="text-align: center; font-size: x-small;"> U.S. Department of Justice Federal Bureau of Investigation Criminal Justice Information Services Division Law Enforcement Support Section Crime Statistics Management Unit 1000 Custer Hollow Road Clarksburg, West Virginia 26306 June 2019 </p>	

DATA COLLECTION	RESEARCH	RESEARCH STUDIES
<div style="text-align: center; margin-bottom: 10px;"> </div> <p>The FBI LEOKA Program provides services to the law enforcement community relative to officer safety. The Program can be described as a three-pronged service: data collection, research, and instructional services. Through these services, LEOKA strives to provide potentially lifesaving information.</p> <p>Data Collection</p> <p>The LEOKA Program collects data for incidents during which officers are feloniously killed, accidentally killed, and assaulted in the line of duty and is made available in an annual</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"> </div>	<p>publication. Beginning with the 2005 edition, the FBI began publishing <i>Law Enforcement Officers Killed and Assaulted</i> exclusively as a Web publication. That report, along with the subsequent publications, contains all the information published in previous years' hard copy reports but with the benefits of navigable files and downloadable information.</p> <p>Annual LEOKA publications are available on the FBI's Website. Click on the appropriate year to access the desired annual publication.</p> <div style="text-align: center; margin: 10px 0;"> </div> <p style="text-align: center;">https://ucr.fbi.gov/leoka</p> <p>Research</p> <p>Utilizing reported data, the LEOKA Program conducts research on law enforcement officers feloniously killed or assaulted in the line of duty. Since 1992, the Program has completed four research studies: <i>Killed in the Line of Duty</i> (1992); <i>In the Line of Fire</i> (1997); <i>Violent Encounters</i> (2006); and <i>Ambushes and Unprovoked Attacks</i> (2019). These studies involved extensive interviews of officers and offenders who were directly involved in a critical injury assault. The results derived from the studies provide a better understanding of why attacks occur.</p>	<div style="margin-bottom: 10px;"> <p><i>Killed in the Line of Duty:</i> A Study of Selected Felonious Killings of Law Enforcement Officers (September 1992)</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;"> <p><i>In the Line of Fire:</i> Violence Against Law Enforcement - A Study of Felonious Assaults on Law Enforcement Officers (October 1997)</p> </div> <div style="margin-bottom: 10px;"> <p><i>Violent Encounters:</i> A Study of Felonious Assaults on Our Nation's Law Enforcement Officers (August 2006)</p> </div> <div> <p><i>Ambushes and Unprovoked Attacks:</i> Assaults on Our Nation's Law Enforcement Officers (April 2019)</p> </div> <p style="font-size: x-small; margin-top: 10px;"> These studies can be found on LEOKA's Community of Interest within JusticeConnect in the FBI's Law Enforcement Enterprise Portal (LEEP). </p>

ANEXO VII – FLYER INFORMATIVO (HAMPSHIRE)



OSCAR KILO

Op Hampshire Victim Information

It's important that as a victim you have expectations. This means you can appropriately challenge if you feel you have not received a service or you feel that something is missing. The following guidance are Operation Hampshire standards and they complement the more specific Victims Code of Practice, revised and relaunched in April 2021 which also apply to you fully as a victim of crime.

I have been the victim of an assault, what can I expect to happen?

Ideally if Op Hampshire is in place in your force you should expect the following:

- A local supervisor should be made aware that you have been assaulted. There is no time limit to this as it will depend on the circumstances. However, if it isn't obvious that someone knows what has happened, you or a colleague should let someone know as soon as possible.
 - A supervisor should contact you to find out how you are? What sort of injuries do you have? Do you need medical care? What were the circumstances? Has the suspect been arrested? This information will be recorded and your wellbeing in the early stages will be taken care of.
 - A supervisor should ascertain whether you need any ongoing support or whether any of your other responsibilities need to be handed over so that you have time to recover.
 - Ideally you should not write your own statement but this will vary depending on the assault and the availability of colleagues. If able you should complete original notes to justify your actions as they are important evidentially but they can be relatively brief.
- The statement should be more detailed and a colleague should take the time to capture the detail including the impact it has had on you – the victim.
- You should be offered the opportunity to submit a Victim Personal Statement. This explains how the assault has affected you as an individual and there is specific guidance available to assist with this.
 - Your assault needs to be accurately recorded. It's best that you don't do this yourself. It is part of the initial investigation and it can cause issues later on. Someone should record it for you.
 - You must not investigate your own assault nor should you interview the suspect who assaulted you. Someone should be assigned to do this and those arrangements will be made by a supervisor. You should know who the investigating officer is and they should keep you informed of the progress of the investigation.
 - An officer (supervisor or colleague) can be provided if you need additional support longer term. If you go sick as a result someone should keep in contact with you.
 - You should be informed of what happens to the suspect. If no further action is taken, the investigating officer should contact you to discuss this. Similarly, if the case is discontinued, as a victim you are entitled to request a Victim's Right to Review (VRR) to challenge the decision. This should also be discussed.
 - All assault cases should be reviewed by your local senior managers to ensure the process is being followed and more importantly that you are receiving the support and contact you deserve.

There is lots more information and documentation round Operation Hampshire available our website: oscar kilo.org.uk/OpHampshire

